



AGROPECUÁRIA

CADERNOS SETORIAIS

04 | 2019

Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO



Instituto Jones dos Santos Neves

Agropecuária: Cadernos Setoriais 4.

Vitória, ES, 2019.

68p.; il. tab. (Cadernos Setoriais, 04)

1. Agropecuária. 2. Economia. 3. Ocupação. 4. Espírito Santo (Estado).

I. Beiral, Paula Rubia Simões. II. Título. III. Série.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADOR

Jacqueline Moraes da Silva

**SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
E PLANEJAMENTO – SEP**

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Paulo Vellozo Lucas

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS

Júnia Santa Rosa

DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO E PROJETOS ESPECIAIS

Pablo Silva Lira

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Gustavo Ribeiro

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha

EXECUÇÃO TÉCNICA

Elaboração

Paula Rubia Simões Beiral

Fotografia

Micaelly Rupf

Projeto Gráfico

João Vitor André

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	6
3. ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ATUAIS.....	15
4. AGROPECUÁRIA NA ECONOMIA.....	20
5. LAVOURAS	22
6. PECUÁRIA.....	44
7. HORTICULTURA E FLORICULTURA	57
8. PRODUÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA.....	58
9. AQUICULTURA	61
10. AGROINDÚSTRIA RURAL.....	62
11. PESSOAL OCUPADO	62
BIBLIOGRAFIA	66

APRESENTAÇÃO

Este Caderno faz parte do projeto “Cadernos Setoriais” da Coordenação de Estudos Econômicos (CEE) do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). Os temas tratados nos Cadernos já fazem parte das atividades cotidianas de nossa equipe técnica e são publicados por meio de Resenhas e Boletins mensais, divulgados no site do próprio IJSN. O objetivo do projeto é contribuir com uma análise mais ampla e qualificada sobre os temas tratados, permitindo maior reflexão e compreensão sobre a economia do Estado do Espírito Santo.

Dando sequência, a quarta edição do projeto “Cadernos Setoriais” tem como objetivo traçar o perfil da agropecuária capixaba, contextualizando-a historicamente e identificando os principais subsetores e produtos envolvidos, bem como sua evolução, entre outras questões. O trabalho foi elaborado, principalmente, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desejamos a todos uma boa leitura e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.



1. INTRODUÇÃO

A história da ocupação do território capixaba seguiu o fluxo da ocupação agropecuária. Inicialmente com os complexos mercantil-escravistas de cana-de-açúcar intercalados com o despontar da cultura cafeeira, que como se verá é um dos grandes destaques do Espírito Santo na produção agrícola até os dias atuais.

Conforme dados do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), dos R\$ 92,19 bilhões do valor agregado gerado por todas as atividades econômicas, no Espírito Santo em 2016, 70,9% foram oriundos das atividades terciárias, 24,5% das secundárias e 4,6% das atividades primárias. Quando se considera apenas a atividade primária, a agricultura produziu 69,9%, a pecuária 24,9% e a silvicultura 5,5%. Já no total do valor agregado do estado, a agricultura respondeu por 3,2%, a pecuária por 1,2% e a silvicultura 0,3%.

No Brasil, em 2017, conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE, 48,8% dos estabelecimentos agropecuários eram dedicados à pecuária e criação de outros animais, enquanto 43,7% eram destinados à produção das lavouras temporária e permanente. No Espírito Santo, a maior concentração dos 108 mil estabelecimentos agropecuários estava nas lavouras (69,5%). Da produção das lavouras brasileiras, conforme dados da pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2018, 37,1% do valor foi oriundo da soja, 15,2% da Cana-de-açúcar, 11,0% do milho e apenas 6,6% do café. Já no Espírito Santo, a maior parcela provém do café, que totalizou 69,3% do valor total das lavouras de 2018, ressaltando a importância do café para a economia capixaba ainda nos dias atuais.

No contexto mundial, segundo dados da Organização Internacional do Café (OIC)¹ o Brasil apresenta uma participação de 35,5% na produção global, na média dos últimos dez anos, seguido pelo Vietnã, com produção média de 16,5%, pela Colômbia, com média de 7,5% e pela Indonésia, com 7,4% da produção mundial do período. Assim, o Brasil é destaque como maior produtor mundial de Café. Da produção brasileira, o Espírito Santo respondeu por 23,3% da

¹ Disponível em: http://www.ico.org/new_historical.asp



produção total de café, na média dos últimos dez anos. Considerando a produção do Espírito Santo no contexto mundial, o Estado respondeu por 7,6%, nesse período. Assim, se fosse um país, o Espírito Santo seria o terceiro maior produtor mundial de café, nesse período, atrás apenas do próprio Brasil e do Vietnã. Subdividindo a produção brasileira por variedade, o Espírito Santo salta para a primeira posição na produção nacional de café robusta (Conilon) com quase 70% na média entre os anos de 2012 a 2018.

2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O desenvolvimento mercantil agropecuário no estado do Espírito Santo iniciou-se relativamente de forma tardia, dada a utilização do Estado como barreira verde (REGO e FASSARELLA, 2011). Inicialmente, o cultivo da cana e os engenhos de açúcar, predominaram como atividade de maior valor mercantil na primeira metade do século XIX. A atividade canieira predominou na região litoral, de mais fácil acesso, já que o interior do estado permaneceu fora da área de ocupação luso-brasileira devido a “densa floresta tropical, a existência de rios encachoeirados e o temor aos indígenas...” (SOUZA FILHO, 1990).

A produção de açúcar no Espírito Santo foi de pouca expressividade e magnitude do ponto de vista mercantil e convivia com cultivos de subsistência. Entretanto, esta atividade deu forma à estrutura econômico-social de parte do território capixaba. Souza Filho (1990) destaca algumas culturas alternativas como a produção e exportação de farinha de mandioca na Vila de São Mateus, ao norte do Estado, e a produção de arroz na Vila de Vitória. O Estado estava dividido em grandes sesmarias constituindo fazendas produtivas nas regiões mais acessíveis (litorânea), com predominância da relação de trabalho escrava.

Por volta de 1840, o café despontava como cultura dominante no cenário produtivo e exportador nacional, iniciando-se pelas regiões montanhosas próximas ao Rio de Janeiro. O primeiro movimento de ocupação do interior sul do estado de Espírito Santo deu-se a partir do momento em que produtores de Minas Gerais e do Rio de Janeiro passaram a requerer terras devolutas próximas ao Alto Itapemirim e aos rios Castelo e Itabapoana. Ali predominou,



inicialmente, a grande propriedade escravista-mercantil. Nesse cenário, pouco a pouco as grandes fazendas de açúcar do litoral do estado do Espírito Santo foram cedendo lugar a produção cafeeira devido a uma série de fatores, apontados por Souza Filho (1990) como baixos preços internacionais do açúcar; concorrência com a produção das Antilhas; expansão produtiva da Luisiânia; o açúcar de beterraba europeu; e o fornecimento de Cuba ao mercado americano com fretes relativamente mais baixos. Entretanto, já na década de 1870, essas fazendas no litoral retornaram à produção da cultura tradicional, devido à impropriedade das terras e do clima desses locais para a produção de café.

A produção de café ficou concentrada, portanto, no sul do estado, vinculada à base exportadora fluminense. Até a década de 1870, a produção capixaba de café era de pouca expressividade, não passando de 5% da produção do país. As dificuldades enfrentadas pelos produtores locais iam de baixa produtividade física passando por problemas logísticos de transporte do produto, até à questão de ser o capital mercantil local subordinado aos exportadores cariocas. Segundo Souza Filho (1990) “uma parcela do excedente gerado era para lá (Rio de Janeiro) transferida por meio da cadeia mercantil, controlada pela praça carioca”. O autor segue mostrando que a parte que restava do excedente não era integralmente investida no café ou na região, já que iam para títulos de bancos com sede no Rio de Janeiro. Nesse contexto, o crescimento econômico era inviabilizado ou muito lento, e impedia-se o desenvolvimento de atividades urbanas, como o comércio.

No contexto do fim da escravidão, a política de imigração europeia para o Brasil passava a visar, além da colonização do espaço e da captação de receitas aos governos das províncias, a elevação da oferta de trabalho. Assim, a estrutura de produção transitou para um sistema de pequena propriedade com trabalho familiar no Espírito Santo (ROCHA e MORANDI, 1991). Souza Filho (1990) mostra que em 1888, no Espírito Santo, 85% das terras ainda eram devolutas pertencentes ao Estado, e excetuando-se a região sul produtora de café e cana (esta última já em crise), a capital e o povoado de São Mateus, todo o restante central e norte caracterizavam-se por floresta atlântica habitada por indígenas. Segundo Rego e Fassarella



(2011) “A política imigratória foi orientada com o objetivo de ser uma alternativa ao trabalho escravo e especialmente, no Estado, a política foi de povoamento para que houvesse maior desenvolvimento. ”.

Os colonos, entretanto, não possuíam condições de tornarem-se produtores independentes, dado os tamanhos e a qualidade das terras que adquiriam. A produção era basicamente de subsistência e os colonos acabavam por ter de firmar contratos de parcerias ou mesmo assalariamento com os grandes produtores, para complementar a renda. Muitos ainda possuíam uma pequena produção cafeeira que lhes garantia uma renda excedente, possibilitando-os adquirir mercadorias não produzidas na propriedade familiar. Devido a essas características, a estrutura produtiva predominante era baseada na pequena propriedade familiar, com produção de subsistência.

Apesar da produção estadual do café corresponder a apenas 6% da produção do país até fins do século XIX, ela correspondia a 99% das exportações estaduais e o imposto sobre comercialização gerava 80% da receita do tesouro estadual (SOUZA FILHO, 1990). Entretanto, em inícios do século XX os preços internacionais do café sofreram quedas, reduzindo as receitas do governo local e reduzindo o fluxo migratório. Mesmo assim as bases da pequena propriedade familiar já estavam fincadas, e a queda nos preços do café ali significava apenas uma queda na renda mercantilizada, ou seja, a crise não abalava a pequena propriedade familiar. Contrariamente, a crise de preços do café causou a divisão de vários latifúndios, uma vez que os grandes fazendeiros não tiveram opção para obtenção de recursos financeiros, diante das dificuldades, senão vender lotes de terra para os parceiros, em sua maioria. Dessa forma, criaram-se inúmeras pequenas propriedades que circuncidavam as antigas sedes das grandes fazendas.

Como se percebe do exposto, a estrutura fundiária historicamente consolidada no Espírito Santo é a da pequena propriedade. Assim, a história da ocupação do solo capixaba, marcada pela chegada dos colonos estrangeiros entre o final do século XIX e início do século XX, delinea uma estrutura agrária produtiva pouco concentrada neste estado, e segundo Nonnenberg e



Rezende (2010) essa estrutura, com grande participação de pequenos proprietários, no Espírito Santo estava bem acima da média dos demais estados brasileiros.

Souza Filho (1990) mostra que o “Recenseamento Geral do Brasil” de 1920 registrava que 89% dos estabelecimentos não possuíam mais de 100 hectares, correspondendo a 52% da área total. E apenas 0,3% dos estabelecimentos possuíam mais de 1.000 hectares, representando 10% da área total. Nesse período 71% de terras ainda eram devolutas e florestas virgens, e apenas 18% da área total dos estabelecimentos eram cultivados. Desse total cultivado, 68% eram com café, 5% com cana, e o remanescente era cultivado com culturas de subsistência: mandioca, arroz, milho e feijão.

Como vantagens dessa estrutura produtiva familiar citam-se a baixa concentração fundiária e a alta resistência às crises de preços do café, frequentes no início do século XX. Entretanto, tal estrutura mostrava-se incapaz de gerar mercado consumidor e de trabalho, o que impedia o desenvolvimento de uma indústria regional no Espírito Santo. Além disso, como descrito por Souza Filho (1990), na pequena propriedade, os cafezais tinham vida mais curta, baixa produtividade e a qualidade do café era inferior. A queima das matas, no processo produtivo também consistia problema, na medida em que esse método danificava o solo. Dentre os métodos rudimentares estavam ainda a colheita e o beneficiamento que utilizavam técnicas tradicionais como colheita manual e secagem ao sol.

No final da década de 1920 a grande expansão da oferta brasileira de café incompatível com a capacidade de absorção mundial do produto gerava queda no preço internacional. Nesse período, surge o Serviço de Defesa do Café (SDC) responsável por estabelecer, no Espírito Santo, uma política alinhada ao restante dos estados produtores visando retenção de estoques, financiamento e propaganda do produto. A partir das campanhas para melhoria da qualidade do café capixaba empreendidas pelo SDC eliminou-se o estigma de inferioridade do produto local. Ademais, com a regulamentação da Bolsa de Café de Vitória, em 1929, esta cidade entrou para o rol dos destacados centros de comercialização de café. Em 1930 o



Governo Provisório assume o controle da política cafeeira, iniciando a destruição de estoques em 1931. Nesse contexto, em 1933, o SDC foi extinto².

Os impostos sobre exportações de café correspondiam a 74% das receitas públicas, o que levou o governo interventor a reduzir impostos de exportações de outros produtos com a finalidade de diversificar a pauta e reduzir a dependência do café que sofria com fortes variações de preço. Isso despertou o interesse do capital mercantil por outros produtos além do café. Nesse contexto ocorreu certa diversificação produtiva não só pela diversificação da pauta exportadora, mas também porque uma vez que as crises de preço do café reduziam a renda monetária da pequena propriedade familiar, esta tentava contornar o problema aumentando a produção de subsistência para compensar a redução da compra dos produtos adquiridos no mercado com a renda do café.

Em fins da década de 1930 o café estava consolidado como o “fator de integração” da agropecuária capixaba com a economia brasileira, pois aproximadamente 70% das exportações eram deste produto. Porém, o fato de o Espírito Santo exportar, no período, madeira, milho, cacau, feijão, arroz, aves, gado e açúcar (este último em menor escala) para outros estados do país como Distrito Federal, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco (SOUZA FILHO, 1990), dá ideia da diversificação produtiva em curso.

Até a década de 1950 a produção de alimentos como arroz, cacau, feijão e mandioca cresceu consideravelmente. Entretanto, dado o crescimento populacional verificado entre 1940 e 1960 - aproximadamente 70% (SOUZA FILHO, 1990) – somado à não expansão da produtividade da terra e à expansão da produção e da área colhida constata-se que houve uma expansão da fronteira agrícola do estado no período. Nas áreas tradicionais, no sul e centro do estado, que como relatado utilizavam técnicas rudimentares de plantio de café ocorria desgaste do solo que reduzia a capacidade de produção. Algumas dessas áreas desgastadas, no centro e sul acabaram por serem ocupadas por pastagens de gado leiteiro,

² Ressalta-se que na década de 1930 foram lançadas duas instituições financeiras voltadas ao setor agrícola: Instituto de Crédito Agrícola do Espírito Santo (1935) e Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A – Ruralbank (1937).



como ocorreu em Itapemirim. Já áreas do meio-Norte passaram a receber um fluxo migratório, sobretudo devido ao crescimento populacional, que terminou por caracterizar a região como importante produtora de café, com estrutura agrária, de pequena propriedade familiar, semelhante a das antigas áreas tradicionais. Exemplo desta última é o município de Colatina que em fins da década de 1950 já se caracterizava como grande produtor de café.

Já a expansão da ocupação no extremo norte do estado caracterizou a formação de uma estrutura fundiária ali um pouco diversa do que havia até então, com índices de concentração de posse maior que a média estadual. Isso porque esse território possuía solos pouco férteis, o que caracterizava um ciclo de ocupação que se dava pela derrubada das matas virgens e sua concomitante transformação em área de pecuária bovina extensiva. Dados sobre a estrutura fundiária do Espírito Santo (SOUZA FILHO, 1990) relatam que era no norte do estado que se localizavam 58% dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares em 1960.

Contudo, apesar de ter sido iniciado um processo concentrador em termos de estrutura fundiária no extremo norte do estado, a característica fundiária marcante, no Espírito Santo como um todo, continuou de ser de estrutura pouco concentrada, e em 1950, mais de 80% do pessoal ocupado na agricultura era composta de mão de obra familiar e parceiros.

No processo de ocupação do norte do estado parcela da mão de obra caracterizada por parceiros acabaram por migrar para lá tornando-se proprietários de terras. Alguns membros das famílias proprietárias nas antigas regiões tradicionais, sul e centro, migraram também para o norte, dado a impossibilidade de divisão das pequenas propriedades e o esgotamento do solo naquela região. Outra parte dos membros das famílias de pequenos proprietários da região tradicional também migrou para zonas urbanas, como o Rio de Janeiro e Vitória - que viu sua população dobrar na década de 1950.

Em meados da década de 1950 a grande quantidade ofertada de café causou forte queda do preço configurando mais uma crise que perdurou por quase uma década. O enfrentamento desta crise pelo governo federal determinou a chamada política de erradicação de cafezais,



com finalidade de equiparar a oferta à demanda do mercado consumidor. Nesse contexto é criado o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), composto por membros do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e de outros órgãos e ministérios do governo. Esse grupo ficou responsável por traçar diretrizes para a cafeicultura, tendo como objetivo a política monetária e cambial do governo, dado o peso do café para a economia nacional no período. Assim, com a crise formada deu-se início aos planos de erradicação de cafezais improdutivos, que delineou um processo de transformações econômicas que acabou por alterar a estrutura produtiva capixaba.

Do total das áreas erradicadas de cafés no Espírito Santo, até 1963, cerca de 70% foram substituídas por pastagens, 10% por mandioca, 9% por milho, e apenas 0,2% para novos cafezais. Em 1966/1967 deu-se o segundo programa de erradicação no país. Desta feita, aproximadamente 35% do total da área liberada no país correspondiam a pés erradicados no Espírito Santo, devido, sobretudo, à baixa produtividade dos cafezais e à precária situação financeira dos cafeicultores no estado. Do total da área com café no Espírito Santo, 45% havia sido erradicada e nesse processo cerca de 20% da mão de obra agrícola foi marginalizada, gerando desemprego e crise econômico-social (SOUZA FILHO, 1990).

No país como um todo, o governo federal instituiu o Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras com a criação do Fundo de Diversificação Econômica da Cafeicultura (FUNDEC). O responsável pela administração deste fundo no Espírito Santo era a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES) que havia firmado acordo de cooperação com o IBC/GERCA. O objetivo era financiar a criação de infraestrutura, a industrialização de produtos agrícolas substitutivos, atividades de pesquisa, assistência técnica, dentre outros. Então, foram implantadas no estado diversas unidades produtivas como frigoríficos, fábrica de café solúvel, carvoaria, serraria, etc., entretanto, essas políticas não resolveram os problemas sociais gerados pelo programa de erradicação de cafés. Assim, lideranças políticas e empresariais locais passaram a reivindicar a inclusão do Espírito Santo na área da SUDENE sem, contudo, obter êxito. O que se logrou foi a criação de um Decreto-lei,



em 1969, que criou o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES) para prestação de assistência financeira a empreendimentos industriais e agropecuários.

Entre meados dos anos 1950 e meados dos anos 1970 os ‘pequenos capitais locais’, contando com as ajudas das políticas de estado, comandaram o processo de acumulação. Nesse processo de crise cafeeira, a pecuária, a extração vegetal e a indústria de transformação apresentaram dinamismo e crescimento substanciais (ROCHA e MORANDI, 1991).

Mudança na dinâmica de acumulação

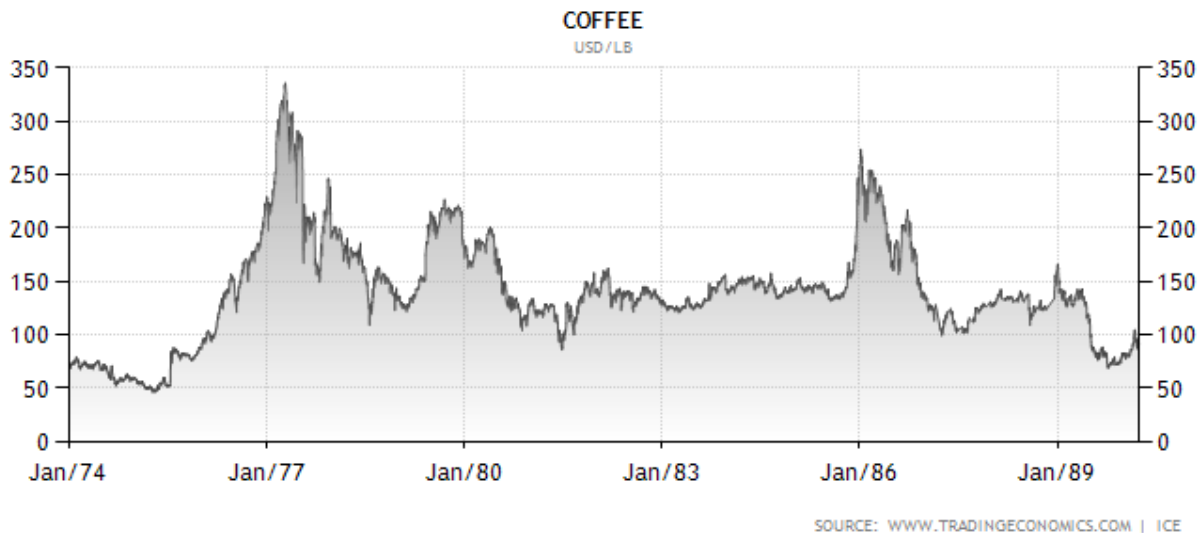
A partir de meados dos anos 1970 iniciou-se um processo caracterizado por uma *nova dinâmica de acumulação* no estado, marcado pela presença hegemônica do capital nacional ou estrangeiro, ou seja, não era mais o capital local (com raras exceções) que determinava o processo de acumulação. Assim, o setor agrícola capixaba entra em um processo de intensa modernização capitalista com retomada do crescimento. Esse processo era determinado pelo avanço das relações de assalariamento no campo e pela predominância de empresas rurais, que disseminava o uso de novas técnicas de cultivo e insumos industriais modernos, garantindo à agropecuária maior nível de produtividade e dinamismo. O café volta à expansão, bem como a cana-de-açúcar e a atividade de reflorestamento. Ressalta-se que esse processo produziu certo aumento da concentração da posse da terra no estado, com disseminação das relações de assalariamento, que resultou na perda da importância das relações tradicionais de produção familiar e parceria, no período (ROCHA e MORANDI, 1991). No setor industrial ocorre a expansão de gêneros dinâmicos e complexos. É nesse momento que se inicia no estado um violento processo de concentração da riqueza (REGO e FASSARELLA, 2011), determinado não só pela instalação das grandes indústrias (no contexto do II PND), mas também pelo movimento de concentração fundiária e transformações tecnológicas na agricultura, que empurrava mão de obra do campo para os espaços urbanos.

Sobre o café, especificamente, vale ressaltar que em 1975 ocorreu uma grande geada que atingiu os cafezais mais importantes do país, o que levou os preços a subirem constantemente



até 1977 no mercado internacional. A queda de preços ocorrida a partir de então, entretanto, não foi suficiente para rebaixa-los aos níveis dos anos anteriores (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Preços internacionais do café: 1974 - 1989



Fonte: <http://www.tradingeconomics.com/commodity/coffee>

Essa elevação dos preços, somada aos incentivos do GERCA contribuíram para o crescimento do plantio do café no Espírito Santo, no período, que levaram ao aumento da oferta de café do estado. Em 1980 a oferta capixaba de café, de 2,7 milhões de sacas, superou a safra recorde de 2,5 milhões de sacas de 1958, e em 1983 e 1985 chegou a 4,6 milhões de sacas (ROCHA e MORANDI, 1991). Essa expansão da cafeicultura levou-a de volta ao papel de importante gerador de emprego e renda no estado. Entretanto, nesse momento não era apenas a pequena propriedade que predominava, mas participava, de forma crescente, a empresa rural com grande escala produtiva e trabalho assalariado; e os dois modelos utilizavam técnicas e insumos modernos, que levava à melhor qualidade do produto com maior produtividade.

O reflorestamento, ou a silvicultura, também se destacou a partir da década de 1970, quando contava com 25,1 mil hectares de reflorestamento, saltando para 156,7 mil hectares em 1985. Nesse contexto estão inseridas as grandes empresas reflorestadoras, como a Aracruz Florestal S.A., que sozinha respondia por mais de 58% do total da área reflorestada em 1989, e que se concentrava na produção de celulose branqueada (ROCHA e MORANDI, 1991). Essa atividade levou à concentração da propriedade no norte do estado, pois um número substancial de



pequenas propriedades foi incorporado para a formação de áreas plantadas, sobretudo com eucalipto.

3. ESTRUTURA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS ATUAIS

O Censo Agropecuário de 2017, do IBGE, demonstra que o Brasil possui uma área de 351,3 milhões de hectares de área ocupada com a agropecuária, com 5,1 milhões estabelecimentos agropecuários, enquanto no Espírito Santo essa área é de 3,2 milhões de hectares com 108,0 mil estabelecimentos, sendo definido como *estabelecimento agropecuário*: “toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas etc.), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).”³

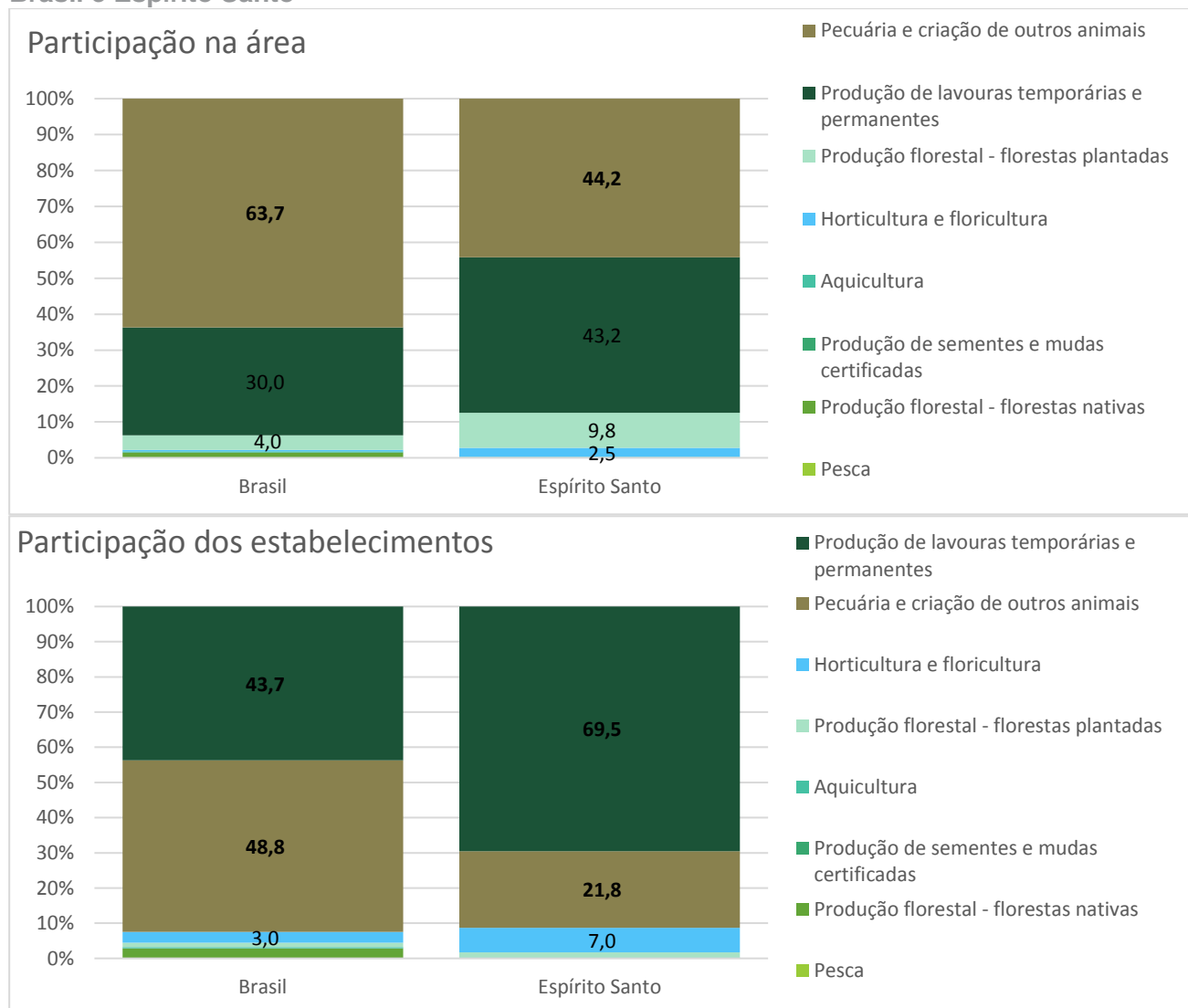
A pecuária ocupa 63,7% da área agropecuária do país e 44,2% no estado. Já em número de estabelecimentos, essa atividade engloba 48,8% no país e 21,8% no estado. As lavouras temporárias e permanentes ocupam 30,0% da área do país e 43,2% do estado, com 43,7% dos estabelecimentos do país e 69,5% do estado. As florestas plantadas (produção florestal) ocupam 4,0% da área agropecuária no Brasil e 9,8% no Espírito Santo, mas em termos de estabelecimentos são somente 1,2% no país e 1,4% no Espírito Santo. Assim sendo, pecuária, lavoura e produção florestal ocupam 97,8% da área agropecuária brasileira e 97,2% no Espírito Santo.

³ Para detalhes metodológicos do Censo Agropecuário 2017, ver:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf



Gráfico 2 – Ocupação da área agropecuária e dos estabelecimentos (%) - grupos de atividade Brasil e Espírito Santo

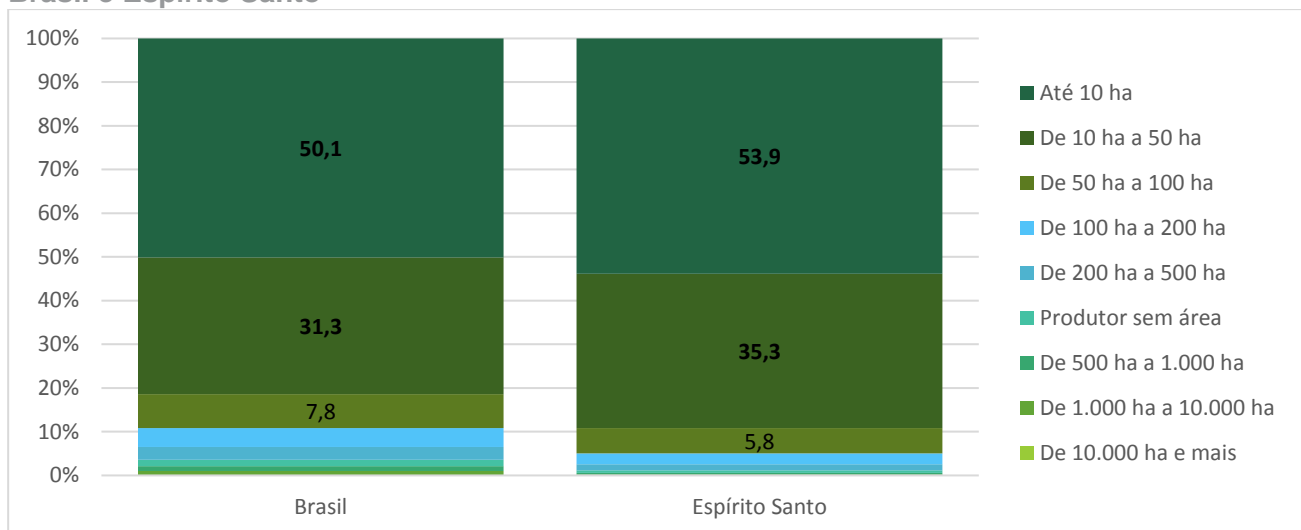


Fonte: Censo Agropecuário 2017 – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos - CEE/IJSN.

Dos 108,0 mil estabelecimentos agropecuários do Espírito Santo, 53,9% possuem até 10 hectares; 35,3% possuem entre 10 e 50 hectares; 5,8% possuem entre 50 e 100 hectares. O gráfico a seguir apresenta essas informações tanto para o estado quanto para o país, que possui uma estrutura semelhante, demonstrando que a maioria dos estabelecimentos do estado (89,2%) e do país (81,4%) possuem menos de 50 hectares de terra.



Gráfico 3 – Estrutura dos estabelecimentos - por concentração de áreas (%)
Brasil e Espírito Santo

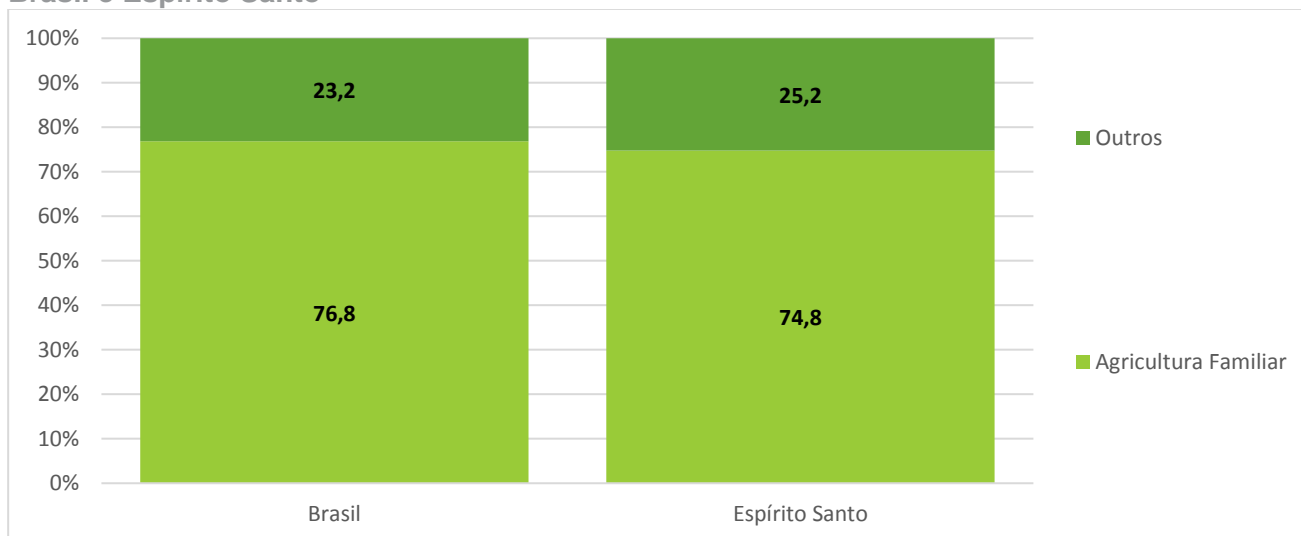


Fonte: Censo Agropecuário 2017 – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos - CEE/IJSN.

Como visto, a agricultura familiar foi assentada nas bases estruturais da formação histórico-econômico-social do Espírito Santo, devido ao movimento de ocupação territorial e às oscilações econômicas do contexto que delinearão sua história. Assim, a grande participação de propriedades com menores extensões de terra é explicada pela resistência da agricultura familiar, que, como demonstrado no gráfico a seguir, representava 74,8% do total do número de estabelecimentos agropecuários capixabas em 2017.

Gráfico 4 – Tipos de propriedades (%) - Agricultura Familiar (AF) e outros
Brasil e Espírito Santo



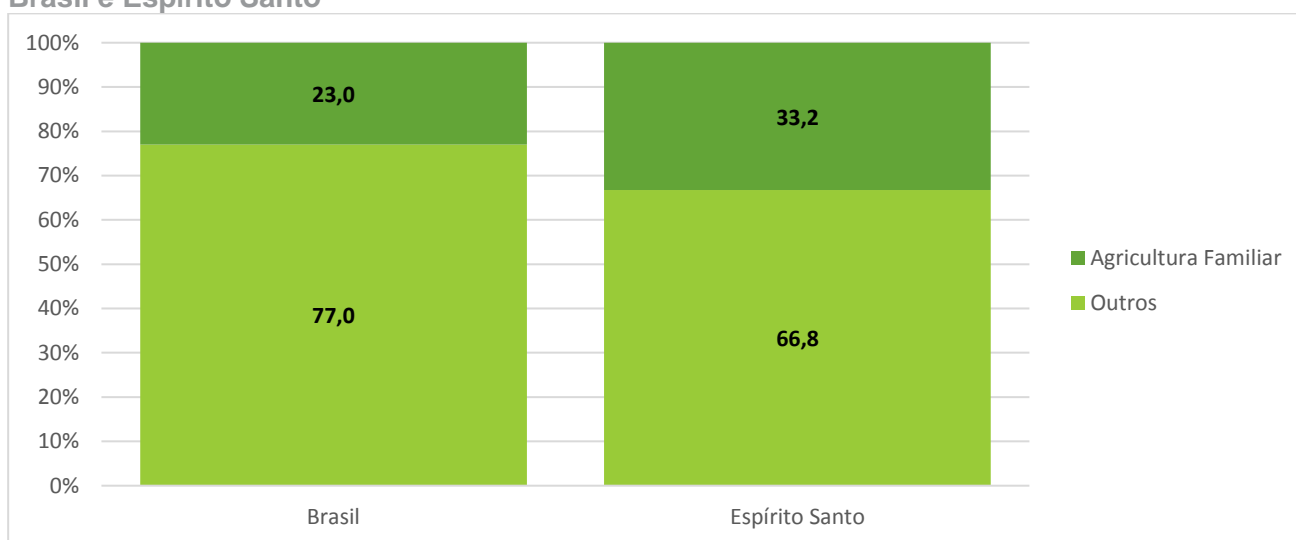
Fonte: Censo Agropecuário 2017 – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos - CEE/IJSN.



Em termos das áreas dos estabelecimentos agropecuários, no Espírito Santo, 33,2% ou 1,08 milhões de hectares, dos 3,2 milhões de hectares de área da agropecuária total, eram da agricultura familiar, enquanto no Brasil dos 351,3 milhões de hectares, esse percentual era de 23,0%. Assim, embora a agricultura familiar fosse a maioria dos estabelecimentos do estado (74,8%), ela possui apenas 33,2% da área agropecuária. No Brasil, essa concentração é ainda maior, pois 76,8% dos estabelecimentos eram da agricultura familiar, com apenas 23,0% da área, em 2017.

**Gráfico 5 – Áreas dos estabelecimentos (%) - Agricultura Familiar (AF) e outros
Brasil e Espírito Santo**



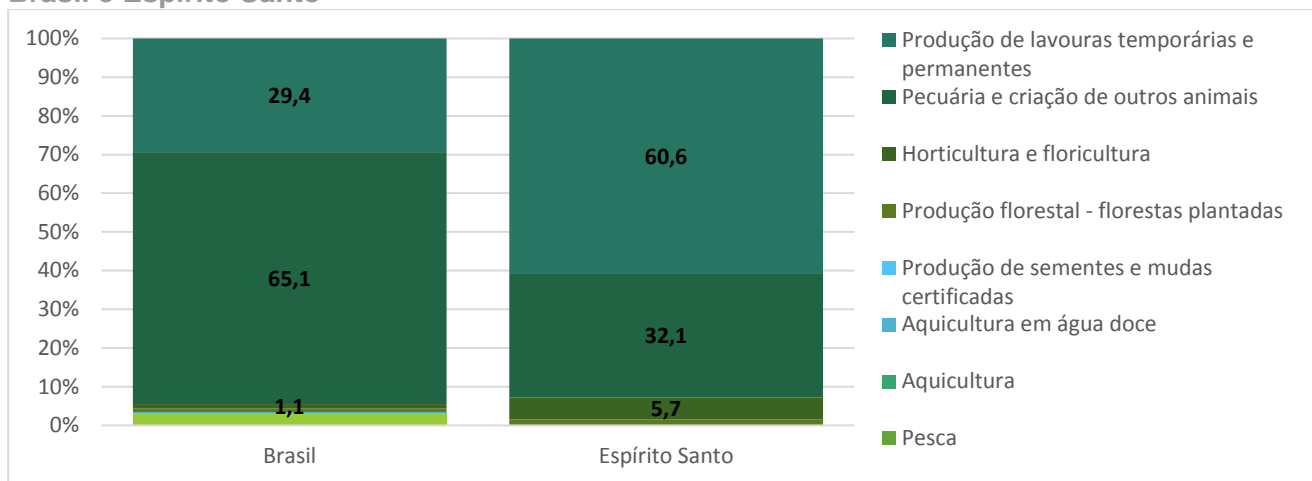
Fonte: Censo Agropecuário 2017 – IBGE.

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos - CEE/IJSN.

Dos 1,08 milhões de hectares ocupados pela agricultura familiar capixaba, em 2017, 60,6% eram utilizadas para produção das lavouras temporárias (4,6%) e permanente (56,1%), enquanto no país 29,4% da área da agricultura familiar eram utilizadas com as lavouras, sendo a maior parcela da área média brasileira da agricultura familiar (65,1%) era ocupada pela pecuária. No Espírito Santo, 32,1% da área da agricultura familiar eram destinadas à pecuária, no período.



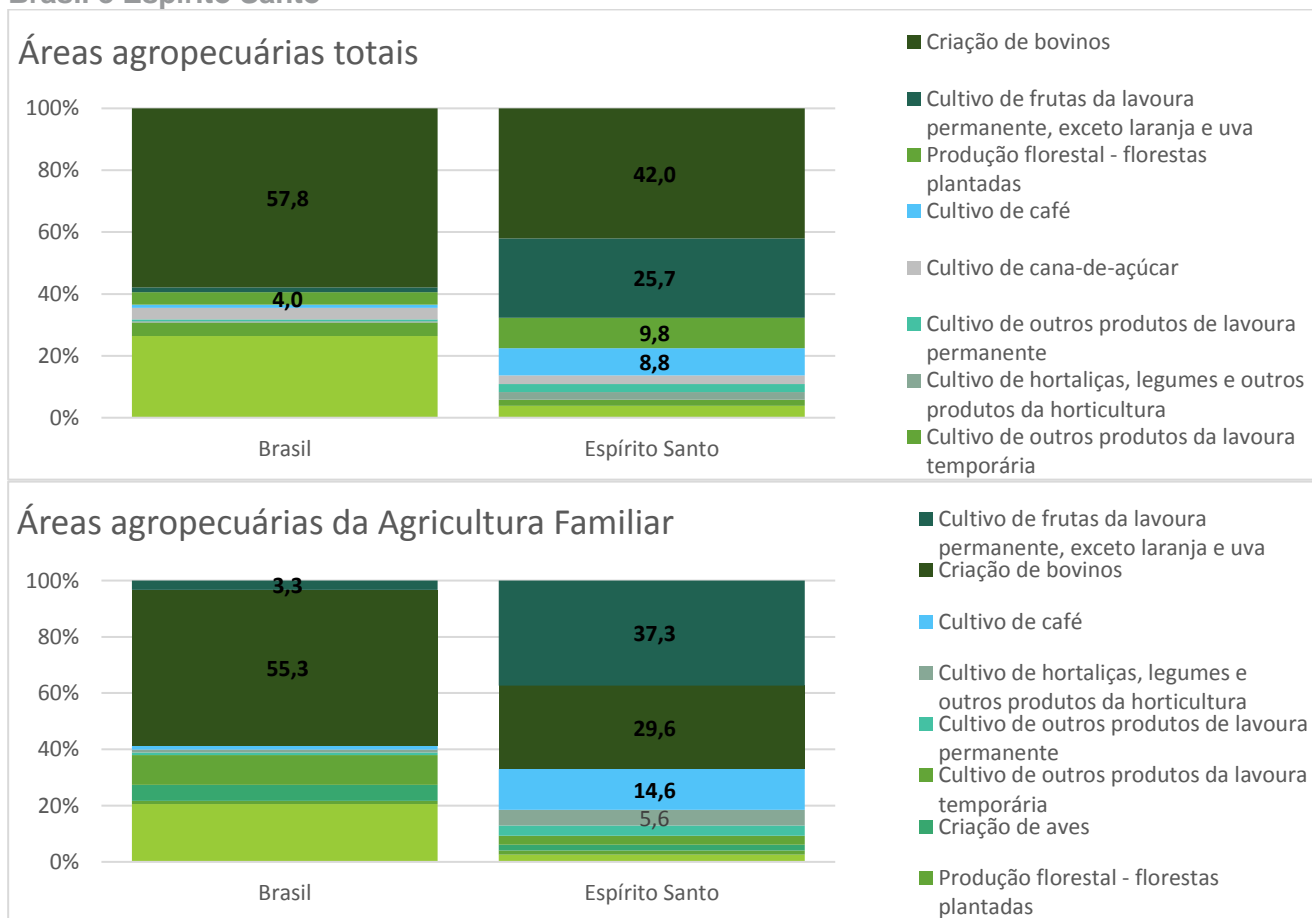
Gráfico 6 – Ocupação das áreas da Agricultura Familiar - por grupos de atividades
Brasil e Espírito Santo



Fonte: Censo Agropecuário 2017 – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos - CEE/IJSN.

O gráfico a seguir apresenta as áreas totais e as áreas da agricultura familiar, do país e do estado, por classes de atividades.

Gráfico 7 – Ocupação das áreas - Total e Agricultura Familiar - por classes de atividades
Brasil e Espírito Santo



Fonte: Censo Agropecuário 2017 – IBGE.
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos - CEE/IJSN.

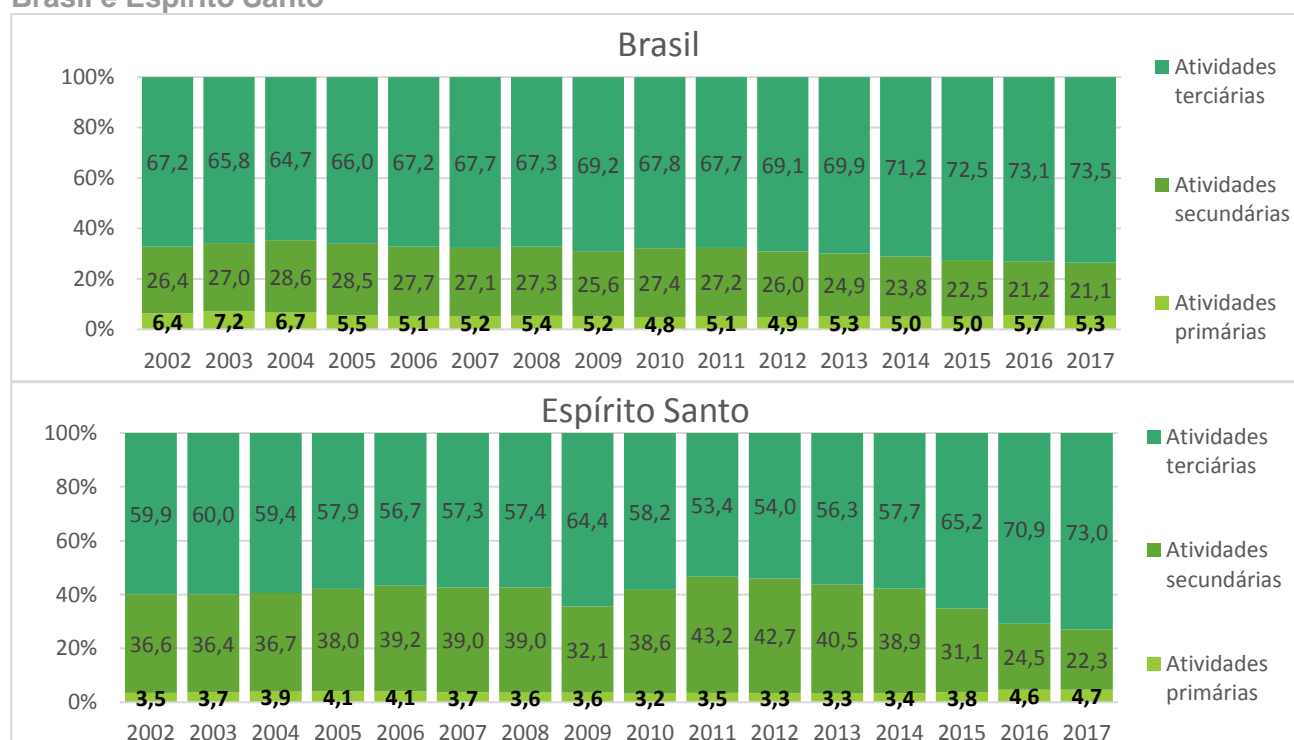


Verifica-se que, enquanto 42,0% da área agropecuária total do Espírito Santo era ocupada pela criação de bovinos, na agricultura familiar esse percentual era de 29,6%. A maior parcela das áreas agropecuárias da agricultura familiar era ocupada pelo cultivo de frutas da lavoura permanente, exceto laranja e uva. O cultivo de café ocupa 14,6% da área da agricultura familiar e 8,8% da área agropecuária total do estado.

4. AGROPECUÁRIA NA ECONOMIA

Conforme resultado dos cálculos do Produto Interno Bruto⁴ de 2017, a maior parcela do valor adicionado bruto gerado pelas atividades econômicas provém das atividades terciárias, tanto para o país (73,5%) quanto para o estado (73,0%). As atividades secundárias vêm em segundo lugar, e as atividades primárias representam a menor geração de valor, sendo 4,7% no Espírito Santo e 5,3% no Brasil, em 2017.

**Gráfico 8 – Participação das atividades no valor adicionado bruto - 2002 a 2017
Brasil e Espírito Santo**



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

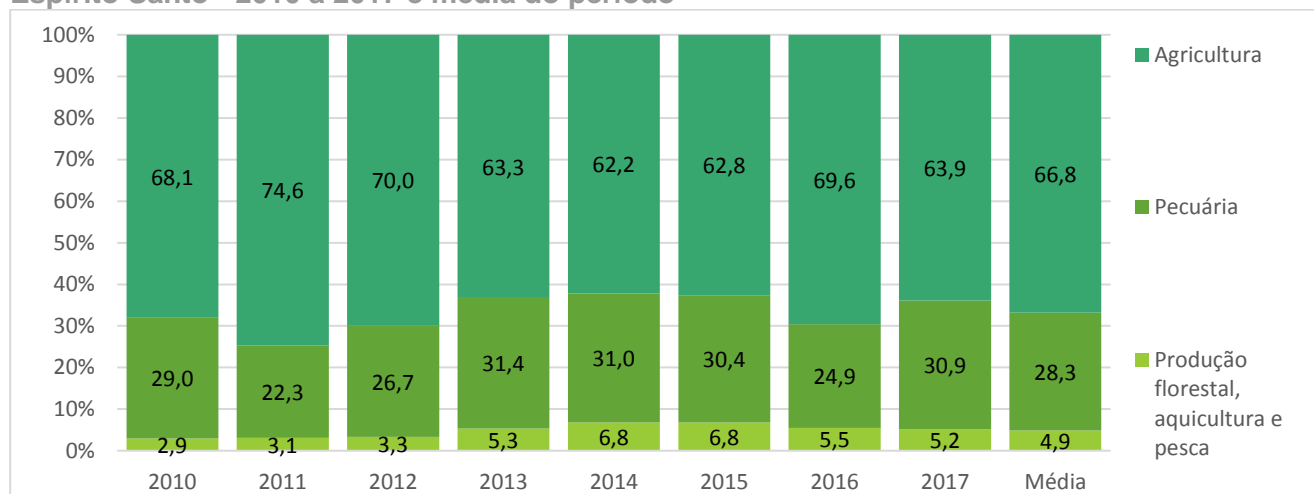
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

⁴ Produto Interno Bruto (PIB) Estadual - 2017, disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5477-produto-interno-bruto-pib-estadual-2017>



Dentre as subatividades do setor primário, na média entre 2010 a 2017, 66,8% do valor foi originado na agricultura, 28,3% na pecuária e 4,9% foi obtido da conjunção entre produção florestal, aquicultura e pesca.

Gráfico 9 – Participação das subatividades do setor primário Espírito Santo - 2010 a 2017 e média do período



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Conforme os dados do Censo Agropecuário de 2017, 55,0% do valor da produção agropecuária capixaba originaram-se na produção das lavouras permanentes e temporárias, 33,9% na pecuária e criação de outros animais, 5,8% na horticultura e floricultura, 4,2% na produção florestal, 0,8% na produção de semente e mudas certificadas, 0,3% na aquicultura, e 0,002% na pesca. Assim, somando a participação das lavouras, com a horticultura e floricultura e sementes, tem-se uma participação de mais de 60% da agricultura, se aproximando das participações expressas na metodologia do PIB, confirmando que na agricultura capixaba se encontra a maior geração do valor do setor primário capixaba.

Tabela 1 – Valor da produção dos estabelecimentos agropecuários Espírito Santo e Brasil - mil reais e participação %

Grupos de atividade econômica	Espírito Santo		Brasil		ES/BR
	mil reais	%	mil reais	%	%
Produção de lavouras permanentes e temporárias	4.187.429	55,0	272.662.732	58,6	1,5
Pecuária e criação de outros animais	2.581.417	33,9	156.508.894	33,7	1,6
Horticultura e floricultura	439.212	5,8	10.225.187	2,2	4,3
Produção florestal	324.548	4,3	19.788.705	4,3	2,0
Produção de sementes e mudas certificadas	57.547	0,8	2.559.430	0,6	2,2
Aquicultura	24.694	0,3	3.297.547	0,7	0,7
Pesca	155	0,0	63.555	0,0	0,2

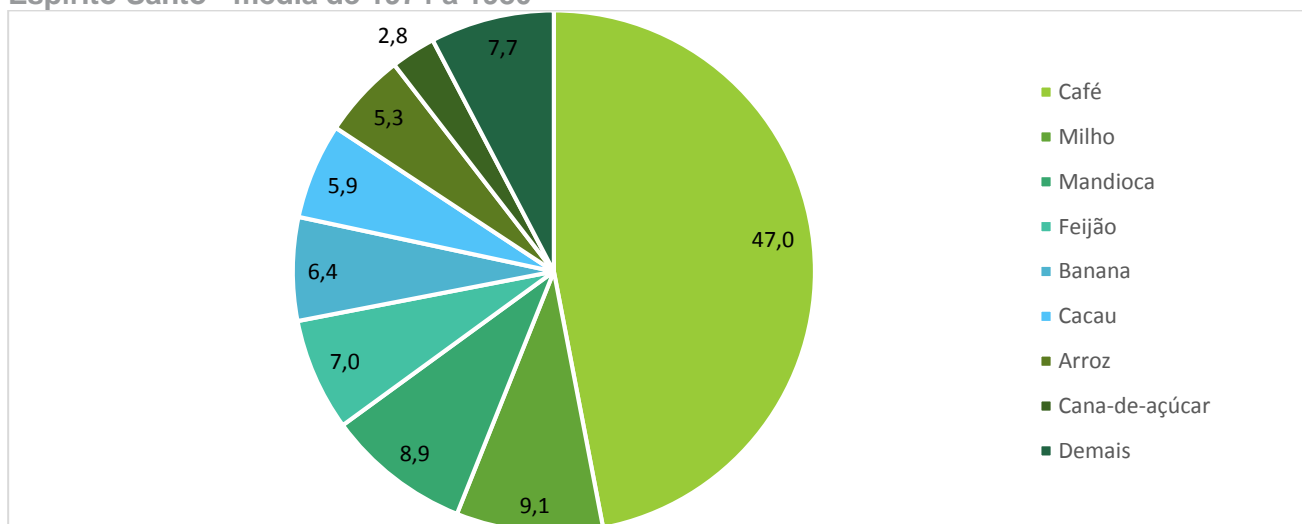
Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



5. LAVOURAS

Como visto, a agricultura representa a maior parcela da geração do valor agropecuário no Espírito Santo. Os principais produtos da agricultura capixaba, ou as lavouras tradicionais, além do café, até a década de 1980 eram a cana-de-açúcar, o cacau, a banana - esses com destino ao mercado de consumo e às indústrias como insumos - o arroz, o feijão, a mandioca e o milho - a maior parte desses destinado à subsistência dos produtores. Na média entre os anos de 1974 a 1980, o café gerava 47,0% do valor da agricultura capixaba, seguido do milho com 9,1%, da mandioca com 8,9%, do feijão (7,0%), da banana (6,4%), do cacau (5,9%), do arroz (5,3%) e da cana-de-açúcar (2,8%).

Gráfico 10 – Participação no valor produzido nas lavouras Espírito Santo - média de 1974 a 1980



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

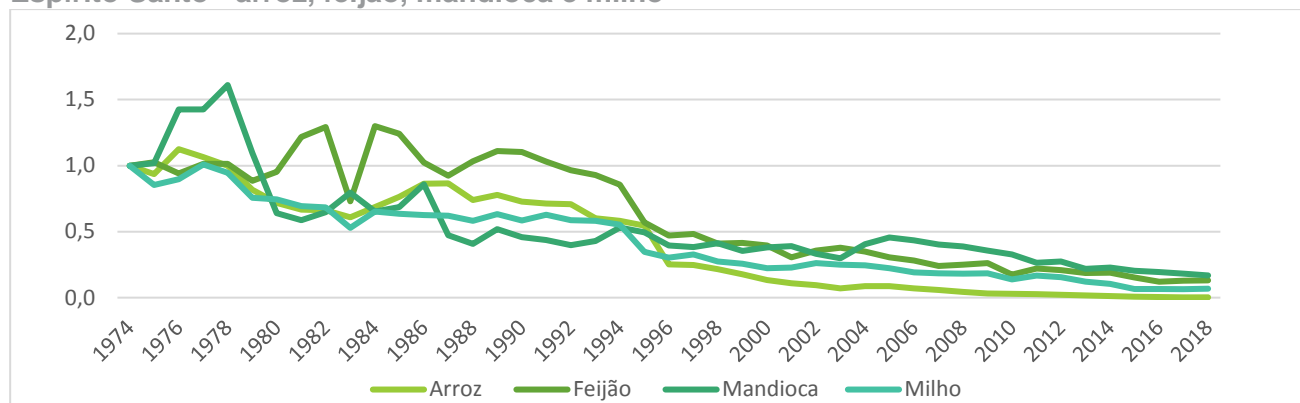
As culturas de arroz, feijão, milho e mandioca apresentaram reduções significativas tanto na área quanto na quantidade produzida. Rocha e Morandi (1991) explicam que tais reduções, até a década de 1980, se deveram a diversos fatores, e que o principal deles foi a expansão da cafeicultura, da silvicultura e da cana-de-açúcar. A expansão desta última, a partir de fins da década de 1970, se deu graças ao PROÁLCOOL⁵, que resultou na implantação de novas destilarias no norte do estado.

⁵ Com a crise mundial do petróleo, na década de 1970, o governo brasileiro criou o “Programa Nacional do Alcool” para intensificar a produção de álcool combustível (etanol) para substituir a gasolina.



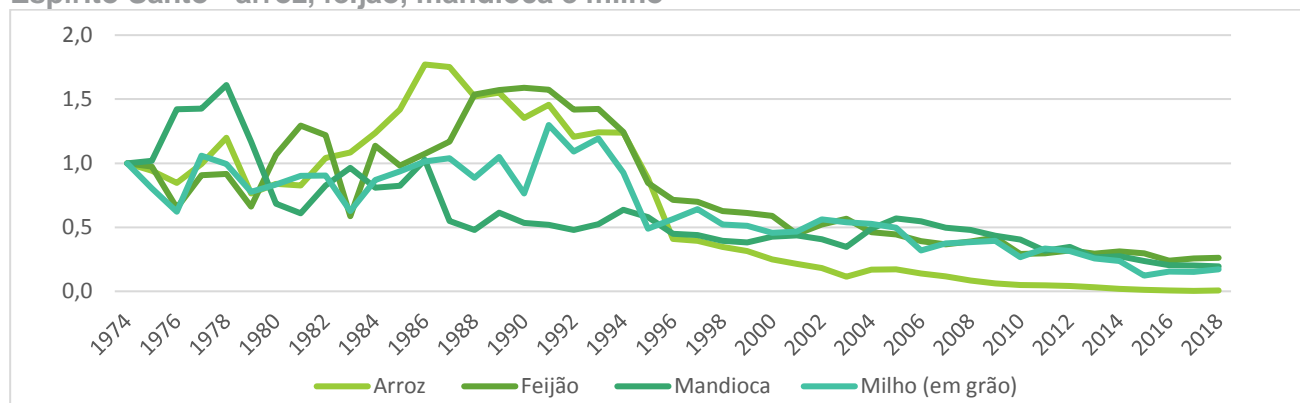
Os gráficos a seguir apresentam a evolução na área colhida e no volume produzido, tomando o ano de 1974 como ponto de partida (1974=1), para as principais culturas de subsistência (arroz, feijão, milho e mandioca), confirmando a perda de importância dessas culturas na economia capixaba ao longo do tempo.

Gráfico 11 – Evolução na área a partir de 1974 (1974=1)
Espírito Santo - arroz, feijão, mandioca e milho



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Gráfico 12 – Evolução no volume a partir de 1974 (1974=1)
Espírito Santo - arroz, feijão, mandioca e milho

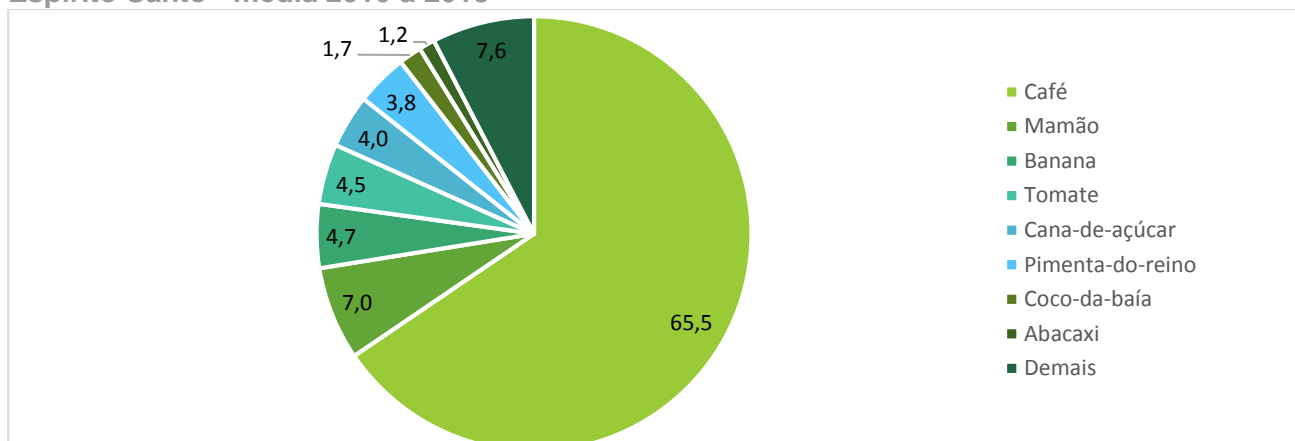


Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O café manteve-se hegemônico como principal produto agrícola capixaba até os dias atuais. Na média do período de 2010 a 2018, o café respondeu por 65,5% do valor bruto da agricultura capixaba. O mamão ganhou ascensão, ficando em segundo lugar no ranking de participação no valor, com 7,0% na média do período. A banana respondeu por 4,7%, seguida pelo tomate (4,5%), cana-de-açúcar (4,0%), pimenta-do-reino (3,8%), coco-da-baía (1,7%) e abacaxi (1,2%).



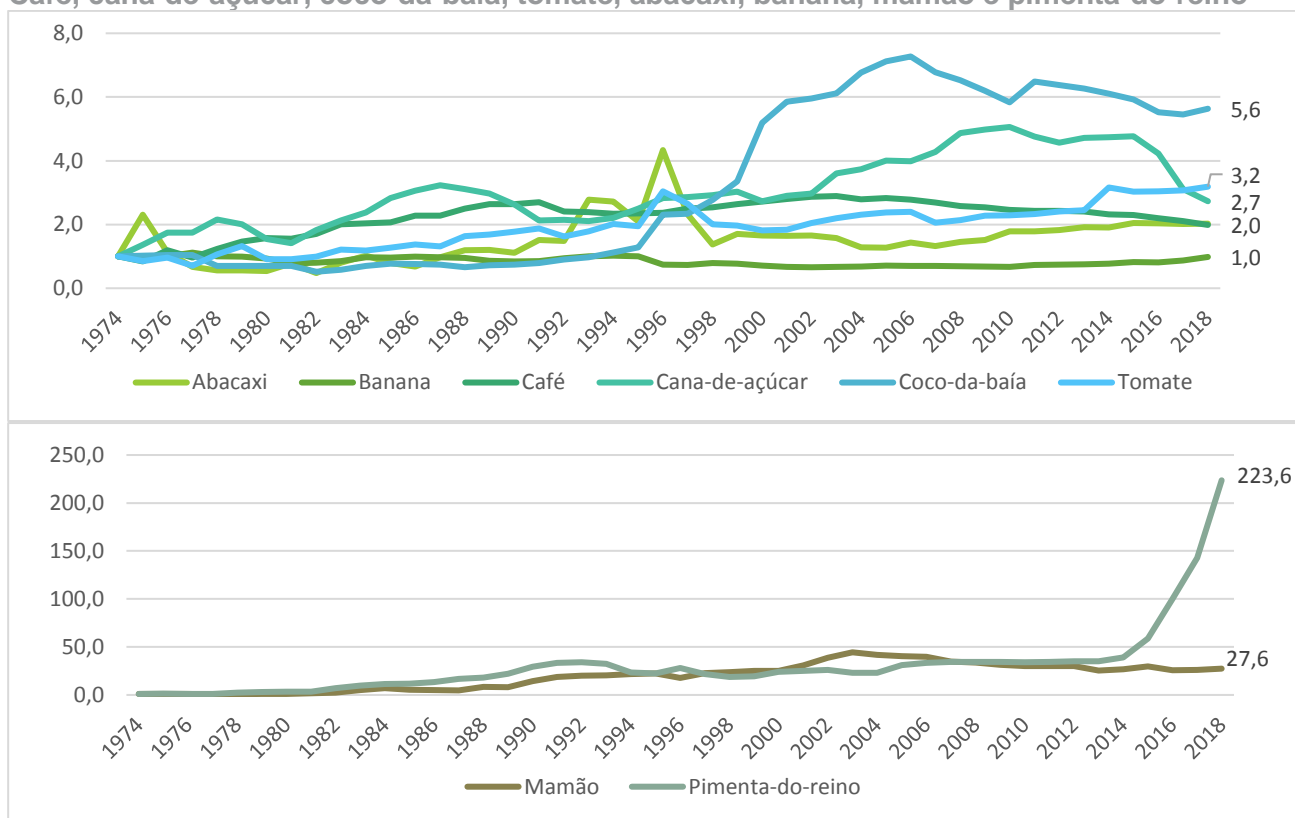
Gráfico 13 – Participação (%) no valor produzido nas lavouras - Principais culturas Espírito Santo - média 2010 a 2018



Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A área ocupada com café e com abacaxi em 2018 era quase o dobro da área em 1974. A área de cana-de-açúcar e de tomate cresceu cerca de três vezes, enquanto a de banana manteve relativa estabilidade. A área de coco-da-baía cresceu quase seis vezes, a de mamão cresceu mais de 27 vezes, e a de pimenta-do-reino mais de 223 vezes.

Gráfico 14 – Evolução na área a partir de 1974 (1974=1)
Café, cana-de-açúcar, coco-da-baía, tomate, abacaxi, banana, mamão e pimenta-do-reino

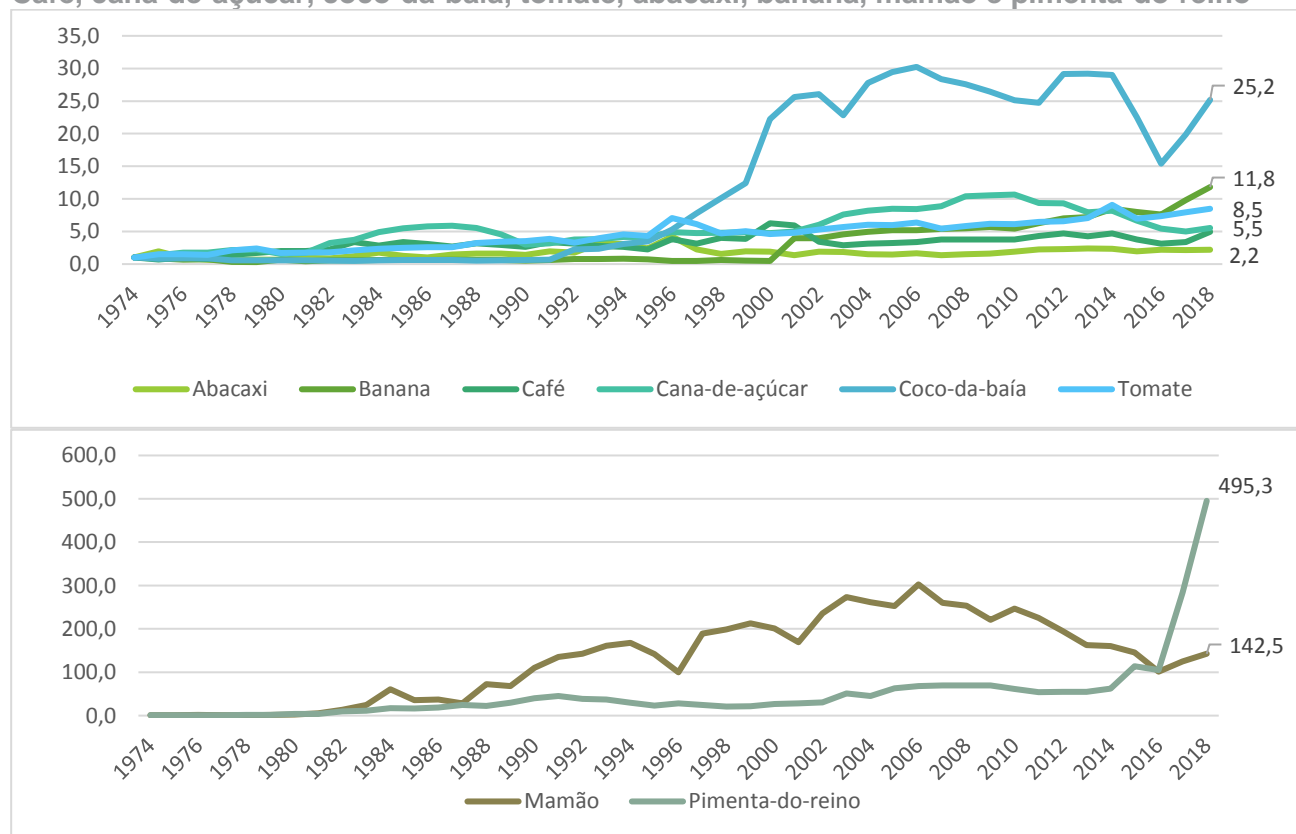


Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Em termos de evolução no volume produzido desde 1974 a 2018, a cultura do café apresentou um aumento de quase 5 vezes em 2018 comparado ao volume produzido em 1974, o que demonstra um forte crescimento na produtividade, dado que a área apenas dobrou. O abacaxi que dobrou de área também dobrou em volume, mantendo relativa estabilidade em sua produtividade. Já a produção da cana-de-açúcar cresceu cerca de cinco vezes e meia em volume, também mostrando crescimento na produtividade. O volume de tomate cresceu mais de oito vezes, nesse período, o que comparado ao crescimento de três vezes na área, demonstra o aumento da produtividade da cultura. A banana, que manteve estabilidade na área, exibiu expansão de quase 12 vezes no volume, enquanto o volume de coco-da-baía em 2018 foi mais de 25 vezes o de 1974. O mamão e a pimenta-do-reino, que se destacaram em termos de crescimento nas áreas, cresceram ainda mais em volume: mais de 142 vezes para o mamão e mais de 495 vezes no caso da pimenta. Essas são culturas se tornaram altamente *tecnificadas* nos anos mais recentes, o que explica o elevado ganho em produtividade.

Gráfico 15 – Evolução no volume a partir de 1974 (1974=1)
Café, cana-de-açúcar, coco-da-baía, tomate, abacaxi, banana, mamão e pimenta-do-reino



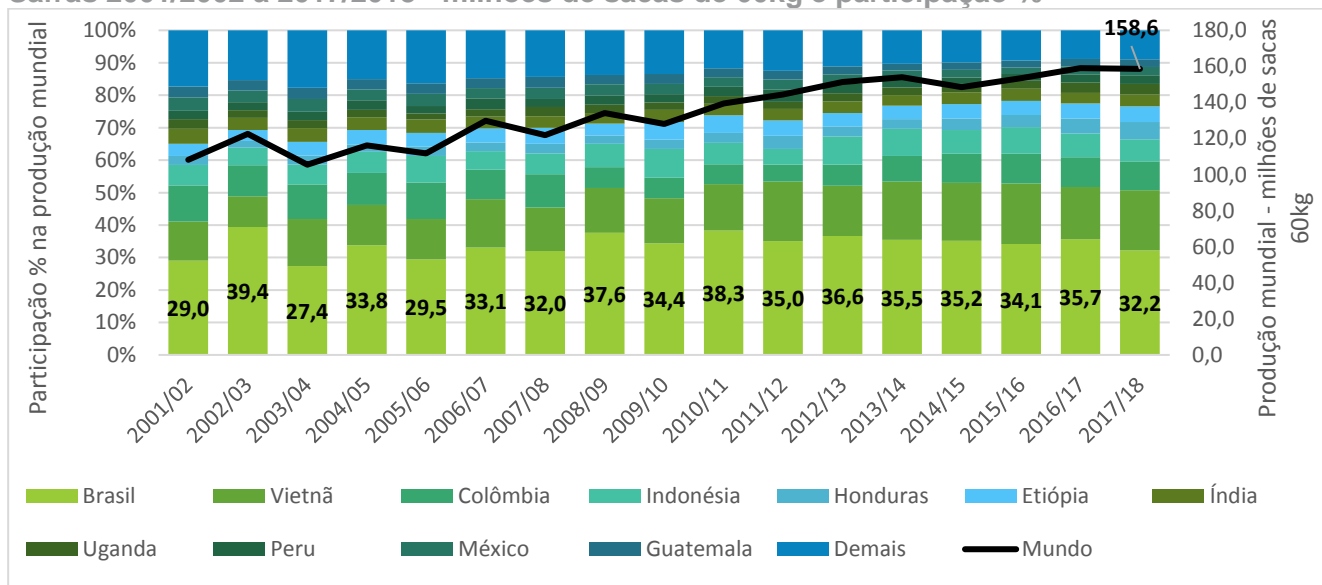
Fonte: Produção Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Café

Conforme dados da Organização Internacional do Café (OIC), a produção mundial de café, na safra 2001/2002 totalizou 108,1 milhões de sacas de 60 kg e nesse contexto o Brasil produziu 31,4 milhões de sacas de 60 kg ou 29,0% do total e, 17 anos depois, na safra 2017/2018, a produção mundial totalizou 158,6 milhões de sacas de 60 kg, na qual o Brasil contribuiu com 32,2%. O Brasil é o principal produtor mundial de café, com uma média de 34,0% de participação na produção mundial nesses 17 anos.

Gráfico 16 – Produção mundial de café e participação (%) dos principais países
Safra 2001/2002 a 2017/2018 - milhões de sacas de 60kg e participação %

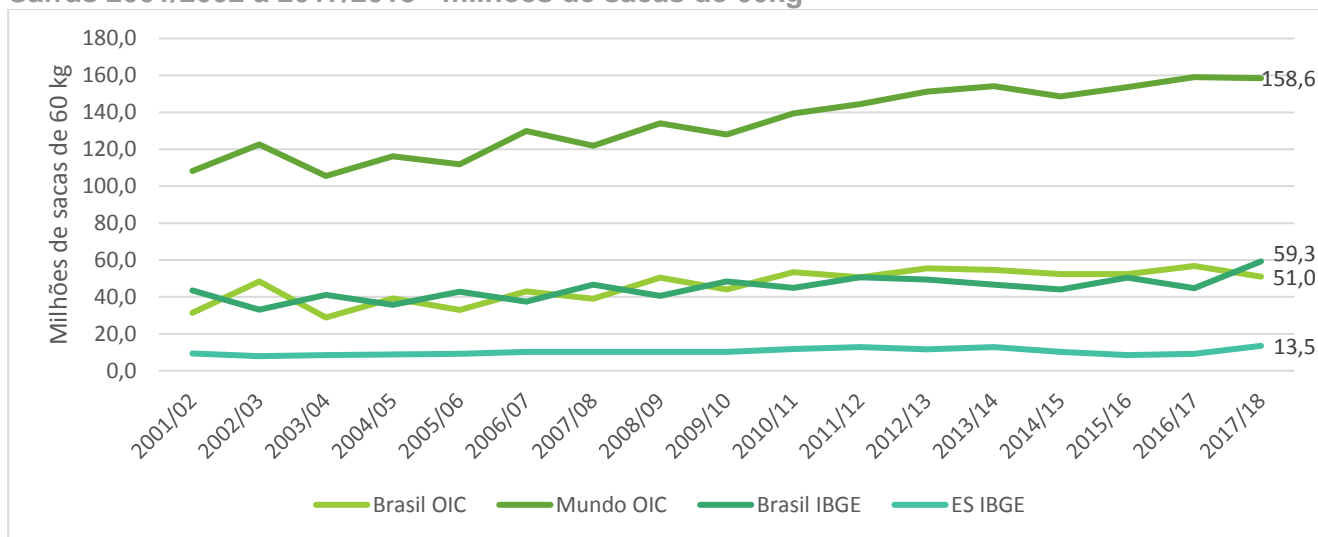


Fonte: Organização Internacional do Café - OIC
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Enquanto os dados da OIC relatam uma produção de 51,0 milhões de sacas de 60 kg para o Brasil na safra 2017/2018, os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE mostram uma produção de 59,3 milhões de sacas em 2018. As diferenças entre os dados devem-se a adoções de metodologias de pesquisa diferentes, mas os dados são bem próximos e a tendência de crescimento de longo prazo também, conforme se verifica no gráfico a seguir.



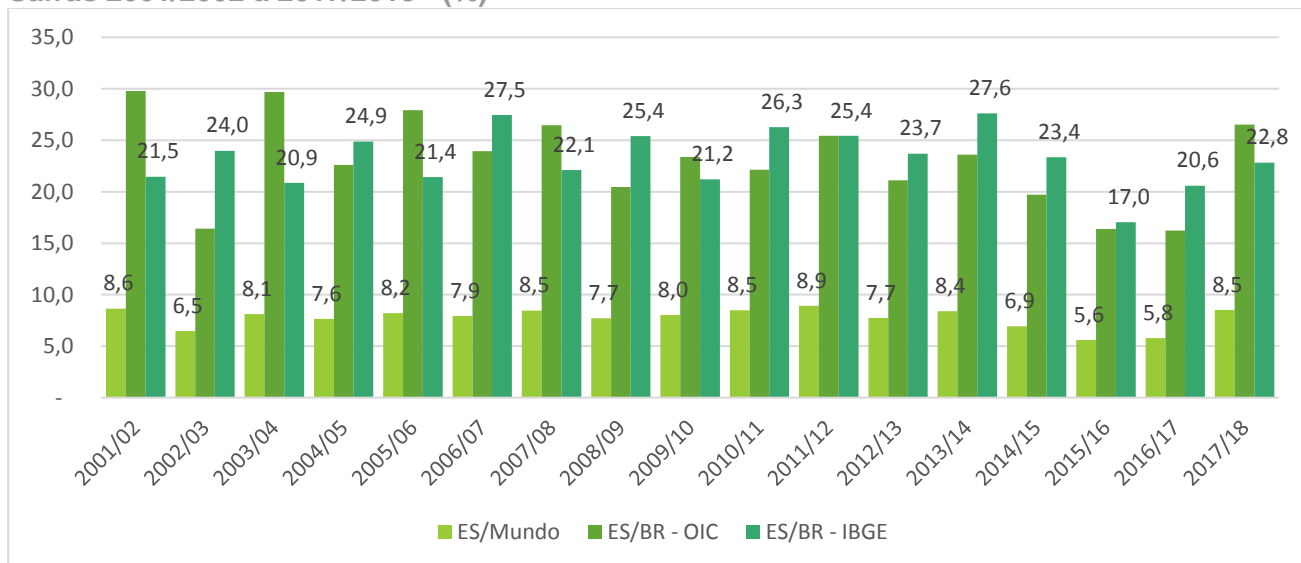
Gráfico 17 – Produção de café - Mundo, Brasil e Espírito Santo
Safras 2001/2002 a 2017/2018 - milhões de sacas de 60kg



Fonte: Organização Internacional do Café - OIC e Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Segundo os dados da PAM (IBGE), o Espírito Santo produziu 13,5 milhões de sacas de café de 60 kg em 2018, somados as duas espécies: Conilon e Arábica. Assim, o estado respondeu por 22,8% da produção brasileira das duas espécies de café e 8,5% da produção mundial. Dado que no ranking de maiores países produtores, após o Brasil, em 2018, ficaram Vietnã, com 18,6%, Colômbia, com 8,8% e Indonésia, com 6,9%, se considerado o Espírito Santo no contexto mundial, o estado se destaca como um dos principais produtores de café no mundo.

Gráfico 18 – Participação do Espírito Santo no volume de produção brasileira e mundial de café
Safras 2001/2002 a 2017/2018 - (%)

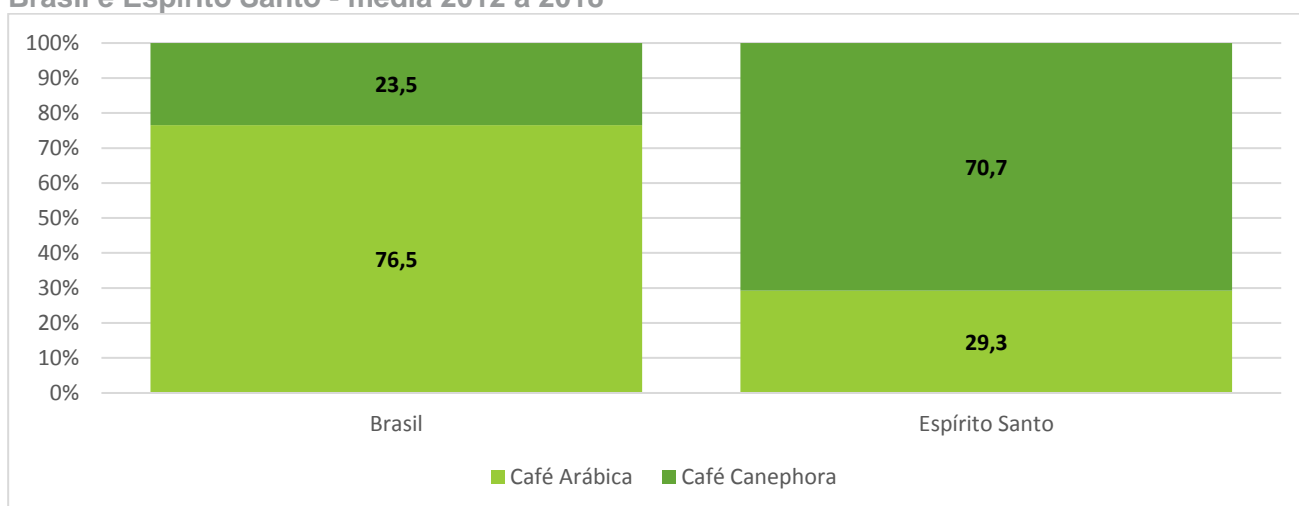


Fonte: Organização Internacional do Café - OIC e Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Em termos de espécies produzidas, enquanto o Brasil apresenta maior parcela da espécie Arábica, com uma média de 76,5% entre 2012 e 2018, o Espírito Santo produz mais da espécie Conilon, com uma média de 70,7% do total da produção capixaba de café entre 2012 e 2018.

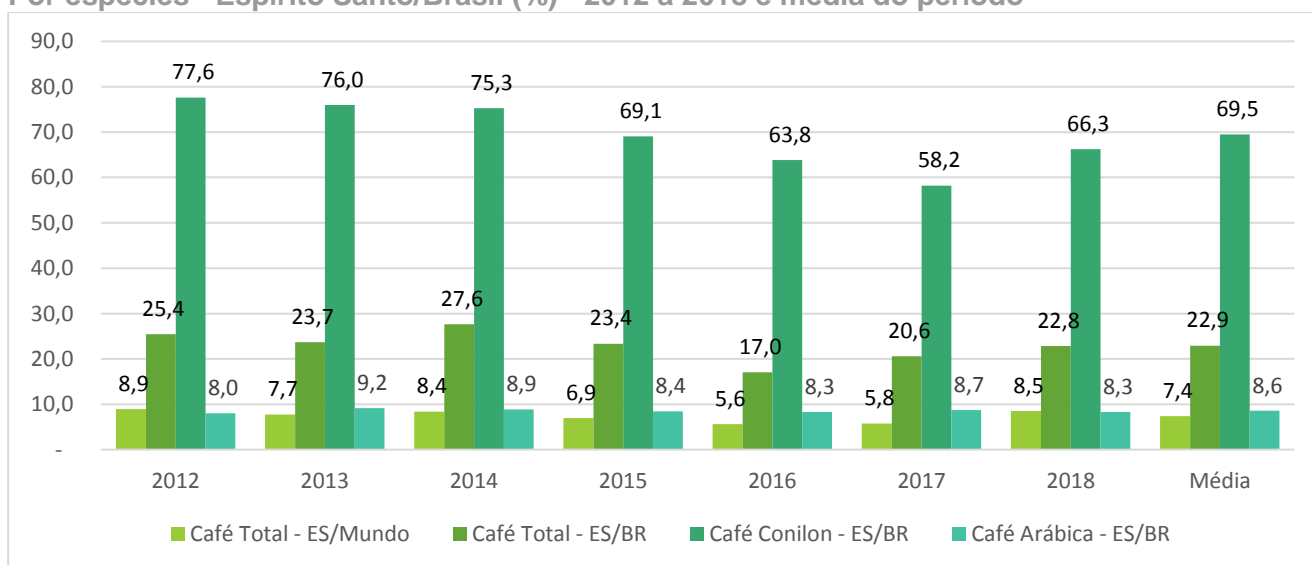
**Gráfico 19 – Participação das espécies no volume de produção
Brasil e Espírito Santo - média 2012 a 2018**



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Na média entre os anos de 2012 a 2018, o Espírito Santo produziu 7,4% da produção mundial de café total e 22,9% da produção do país. Separando as duas espécies, o estado respondeu por 69,5% do total da produção nacional de café Conilon e 8,6% do Arábica.

**Gráfico 20 – Participação no volume da produção capixaba de café no país e no mundo
Por espécies - Espírito Santo/Brasil (%) - 2012 a 2018 e média do período**

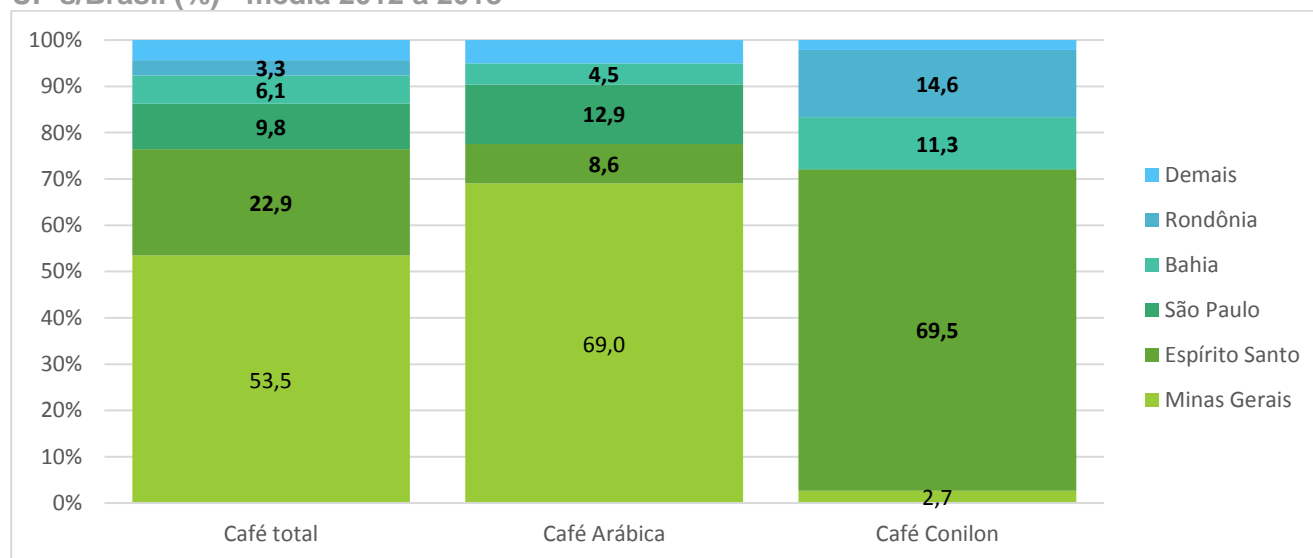


Fonte: Organização Internacional do Café - OIC e Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Analisando a produção de café das Unidades da Federação (UF's), na média entre 2012 e 2018, o Espírito Santo ficou no segundo lugar do ranking de participação no volume produzido, com 22,9% da produção total das duas espécies do país. No primeiro lugar, Minas Gerais se destacou concentrando 53,5% do total do país. Após o Espírito Santo, ficaram São Paulo (9,8%), Bahia (6,1%) e Rondônia (3,3%). Essas cinco UF's totalizam 95,6% da produção de café nacional, do período. No ranking de produção do café Arábica, o Espírito Santo ficou na terceira posição, com 8,6% da produção dessa espécie brasileira. Minas Gerais responde pelo primeiro lugar, com 69,0%, seguida por São Paulo, com 12,9% da produção de Arábica. Assim, Minas Gerais, São Paulo e o Espírito Santo produziram 90,5% do café Arábica brasileiro nos sete anos, de 2012 a 2018. Já na produção de café Conilon, o Espírito Santo é destaque na primeira posição, respondendo por 69,5% da produção brasileira do período. No segundo lugar, nesse ranking, Rondônia produziu 14,6%. Somado aos 11,3% da produção da Bahia, as três UF's responderam por 95,4% da produção de Conilon do país entre 2012 e 2018.

Gráfico 21 – Participação no volume da produção de café no país - por UF's e espécies UF's/Brasil (%) - média 2012 a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Como visto, o café é a maior fonte do valor gerado pela produção agrícola capixaba desde os primórdios da ocupação do estado, respondendo por mais de 65%, na última década. Junto

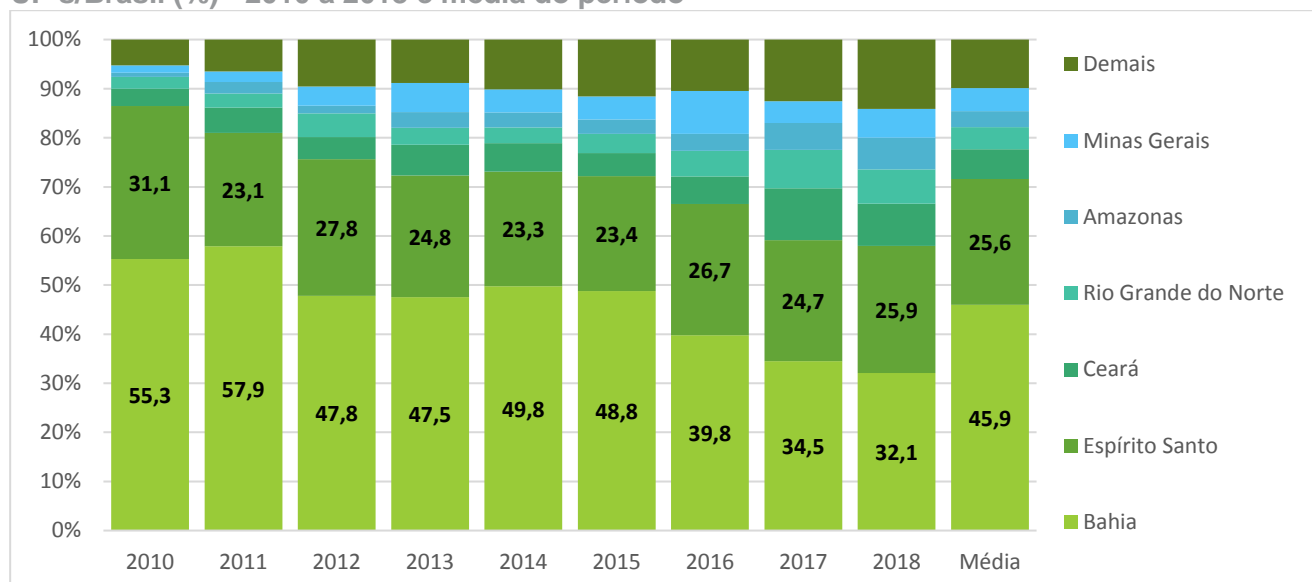


com o café, mais sete culturas totalizaram mais de 92% do valor de produção agrícola capixaba da última década. São elas: mamão, banana, tomate, cana-de-açúcar, pimenta-do-reino, coco-da-baía e abacaxi.

Mamão

O mamão capixaba, que aparece logo após o café no ranking da geração do valor agrícola do estado na última década (Gráfico 13), coloca o Espírito Santo no segundo lugar no ranking nacional de produção da fruta, com 25,6% do valor na média entre 2010 e 2018, perdendo apenas para a Bahia, maior produtor brasileiro de mamão.

Gráfico 22 – Participação no valor da produção de mamão do país UF's/Brasil (%) - 2010 a 2018 e média do período

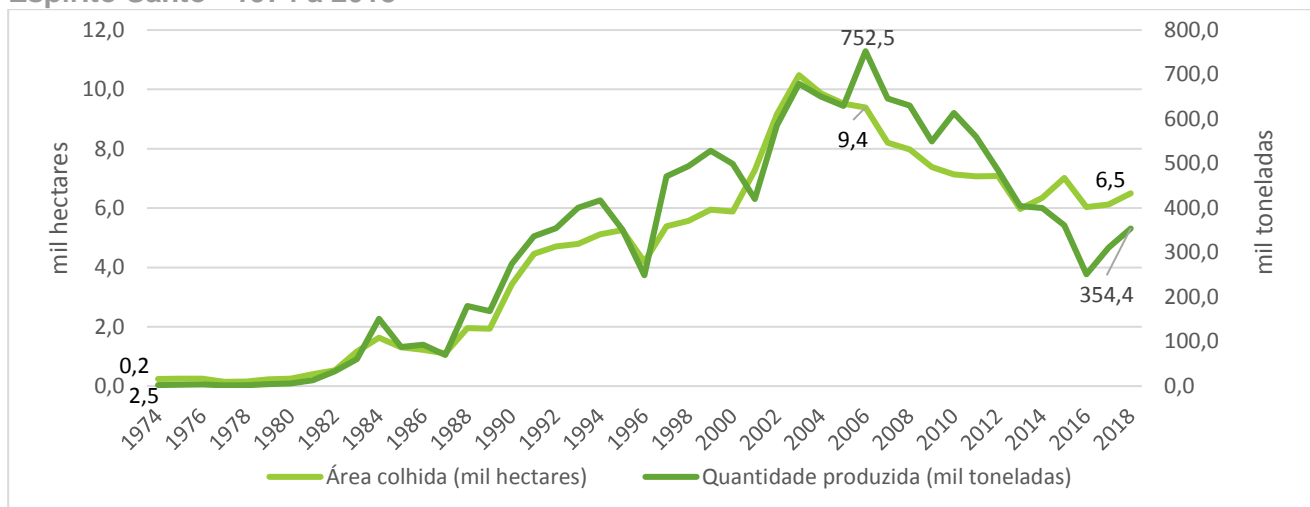


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A produção de mamão no Espírito Santo era de 2,5 mil toneladas em 1974 em 236 hectares. Em 2006 a produção capixaba atingiu o ápice de produção com 752,5 mil toneladas em 9,4 mil hectares, entrando em declínio desde então. Em 2018 a produção de mamão totalizou 354,4 mil toneladas em 6,5 mil hectares.



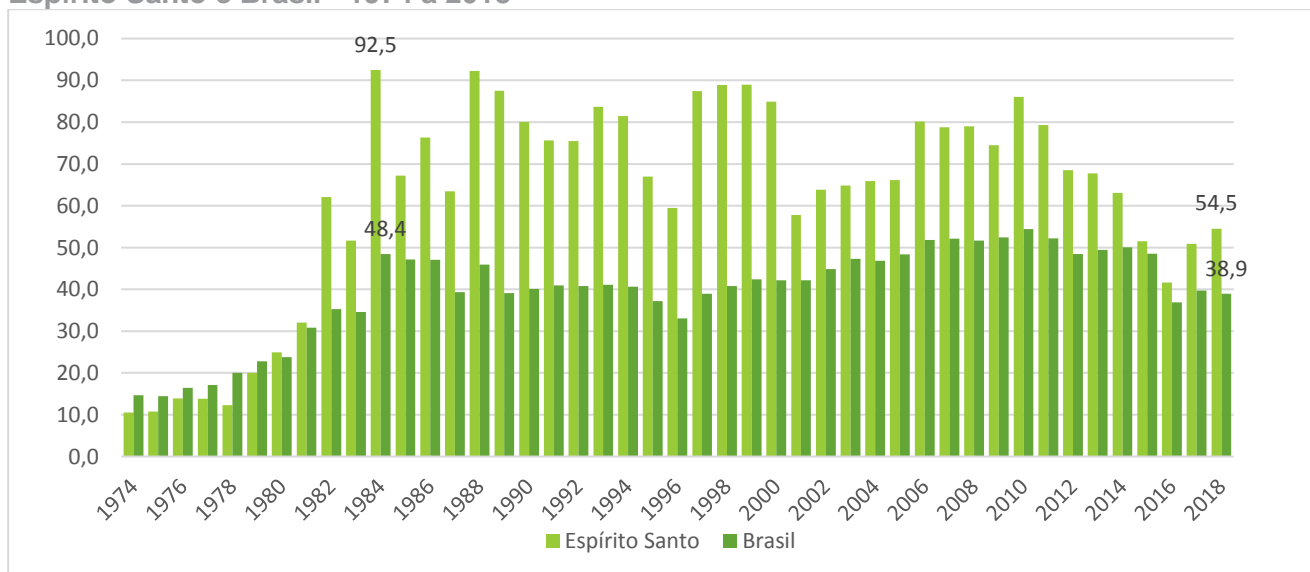
Gráfico 23 – Evolução na área e no volume da produção de mamão
Espírito Santo - 1974 a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A produtividade do mamão capixaba supera a média brasileira desde 1980. O ápice de produtividade capixaba ocorreu em 1984, quando atingiu 92,5 toneladas por hectare. Nesse ano, a produtividade brasileira foi de 48,4 toneladas por hectare. Em 2018 foram 54,5 toneladas por hectare no Espírito Santo, enquanto a média do país foi de 38,9 toneladas por hectare.

Gráfico 24 – Rendimento (toneladas/hectare) na produção de mamão
Espírito Santo e Brasil - 1974 a 2018



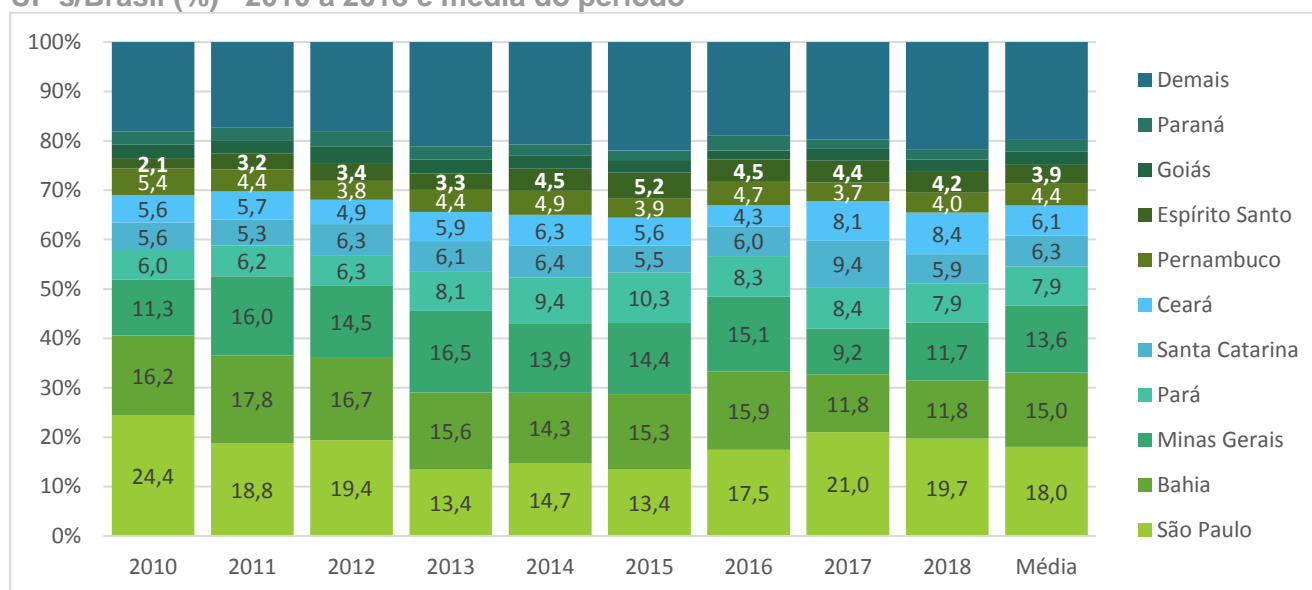
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Banana

A banana, que é o terceiro produto no ranking da geração do valor da agricultura no Espírito Santo, com 4,7% do valor capixaba na média de 2010 e 2018 (Gráfico 13), respondeu por 3,9% do valor nacional da produção da fruta, nesse mesmo período, ficando em oitavo lugar no ranking entre as UF's.

Gráfico 25 – Participação no valor da produção de banana no país UF's/Brasil (%) - 2010 a 2018 e média do período

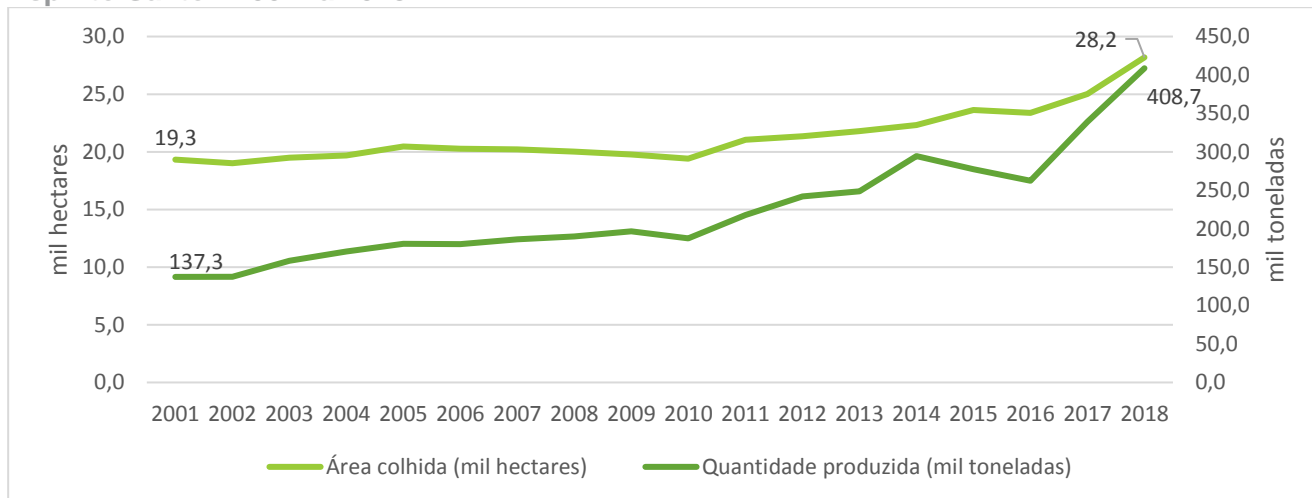


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em 2001, o estado produzia 137,3 mil toneladas de banana em 19,3 mil hectares, apresentando, portanto, uma produtividade de 7,1 toneladas por hectare, enquanto no Brasil a produtividade era de 12,1 toneladas por hectare. Em 2018 a área subiu para 28,2 mil hectares e o volume para 408,7 mil toneladas. Assim, com um crescimento maior no volume (+197,7%) que na área (+46,0%), a produtividade capixaba subiu para 14,5 toneladas por hectare, se aproximando da produtividade do país de 15,0 toneladas por hectare.



Gráfico 26 – Evolução na área e no volume da produção de banana
Espírito Santo - 2001* a 2018

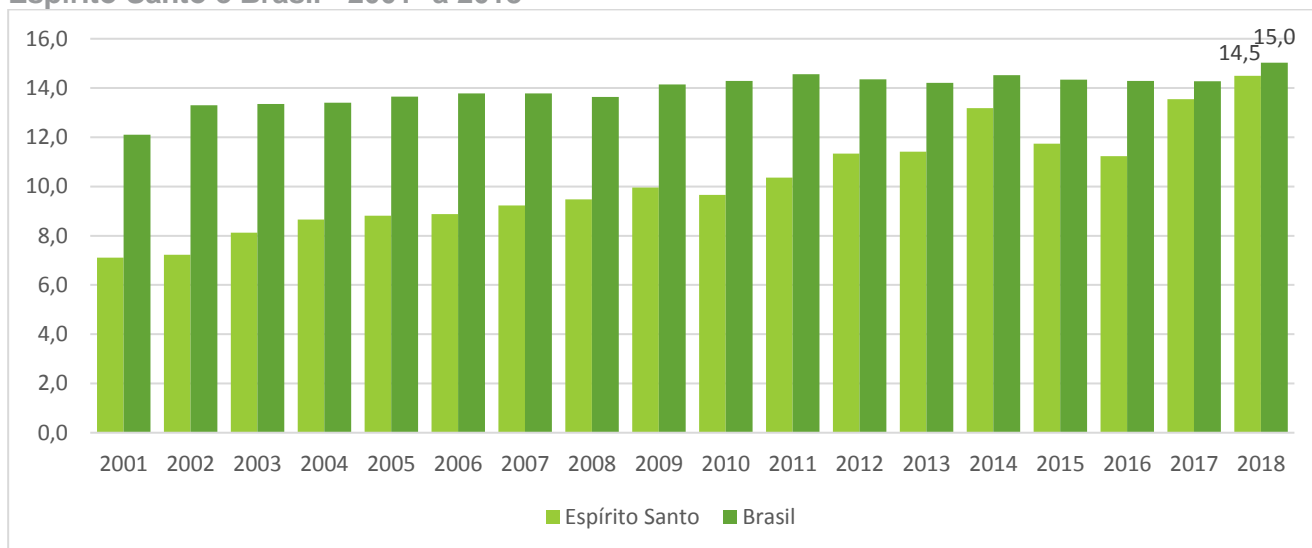


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

* A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas alguns frutos, na PAM, passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos, ou mil cachos. Assim, só há disponibilidade de comparação de volume da banana a partir de 2001.

Gráfico 27 – Rendimento (toneladas/hectare) na produção de banana
Espírito Santo e Brasil - 2001* a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

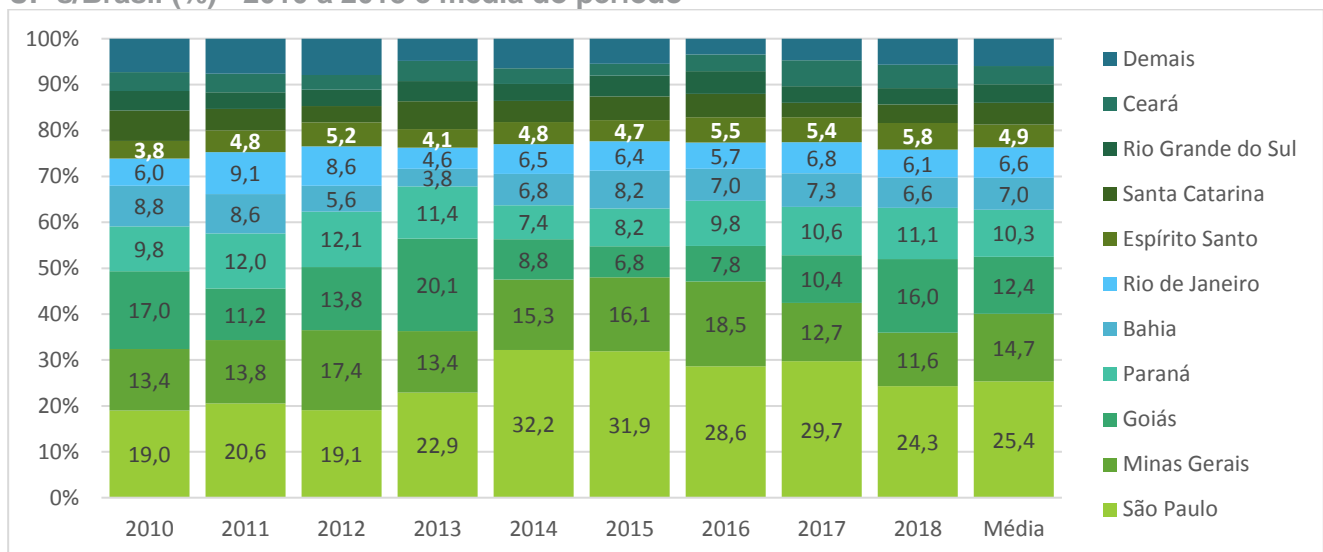
* A partir do ano de 2001 as quantidades produzidas alguns frutos, na PAM, passam a ser expressas em toneladas. Nos anos anteriores eram expressas em mil frutos, ou mil cachos. Assim, só há disponibilidade de comparação de volume da banana a partir de 2001.



Tomate

O tomate, que respondeu por 4,5% do valor gerado pela agricultura capixaba entre 2010 e 2018 (Gráfico 13), ficando no quarto lugar do ranking das principais culturas do estado, respondeu por 4,9% da produção nacional da variedade nacional, situando o Espírito Santo na sétima colocação entre as UF's na média de 2010 a 2018.

Gráfico 28 – Participação no valor da produção de tomate no país UF's/Brasil (%) - 2010 a 2018 e média do período

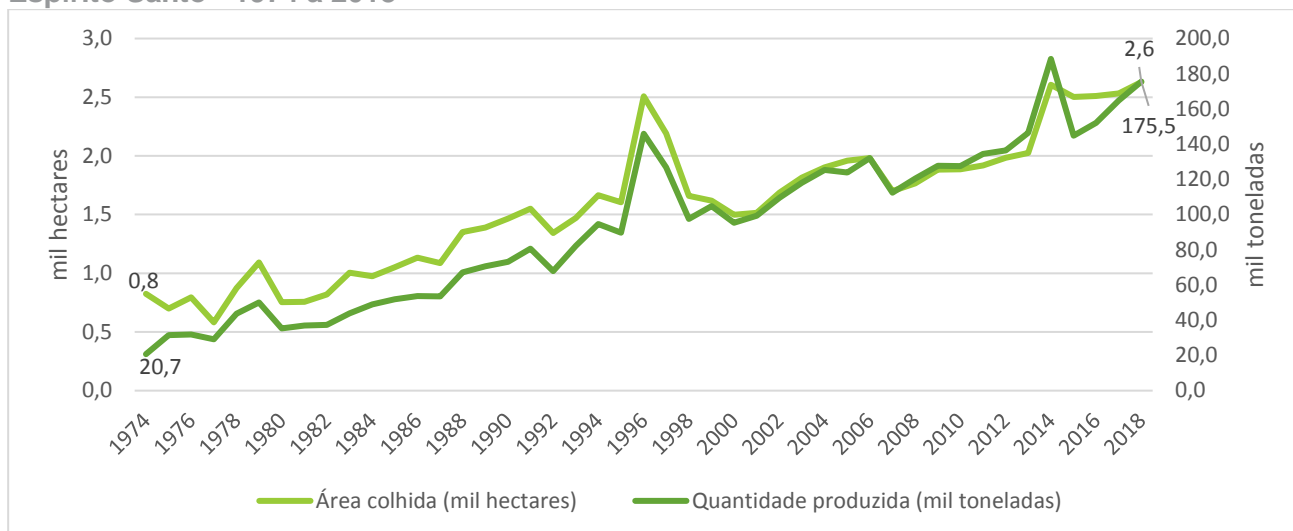


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Tanto a área quanto o volume produzido de tomates avançaram desde 1974 quando o Espírito Santo produzia 20,7 mil toneladas em 825 hectares, com uma produtividade de 25,1 toneladas por hectare. Em 2018 foram colhidas 175,5 mil toneladas nos 2,6 mil hectares de tomate. Assim, com o crescimento da área (+218,7%) inferior à expansão no volume (+746,2%), a produtividade cresceu, atingindo 66,7 toneladas por hectare, um pouco abaixo das 71,9 toneladas por hectare de produtividade do Brasil, em 2018.

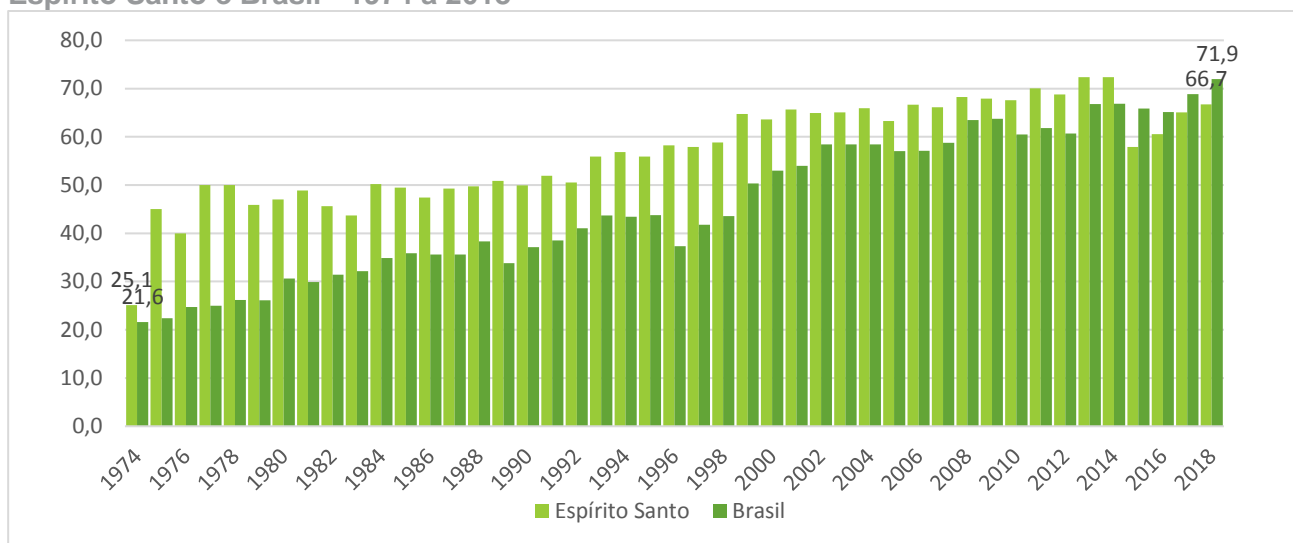


Gráfico 29 - Evolução na área e no volume da produção de tomate
Espírito Santo - 1974 a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Gráfico 30 – Rendimento (toneladas/hectare) na produção de tomate
Espírito Santo e Brasil - 1974 a 2018



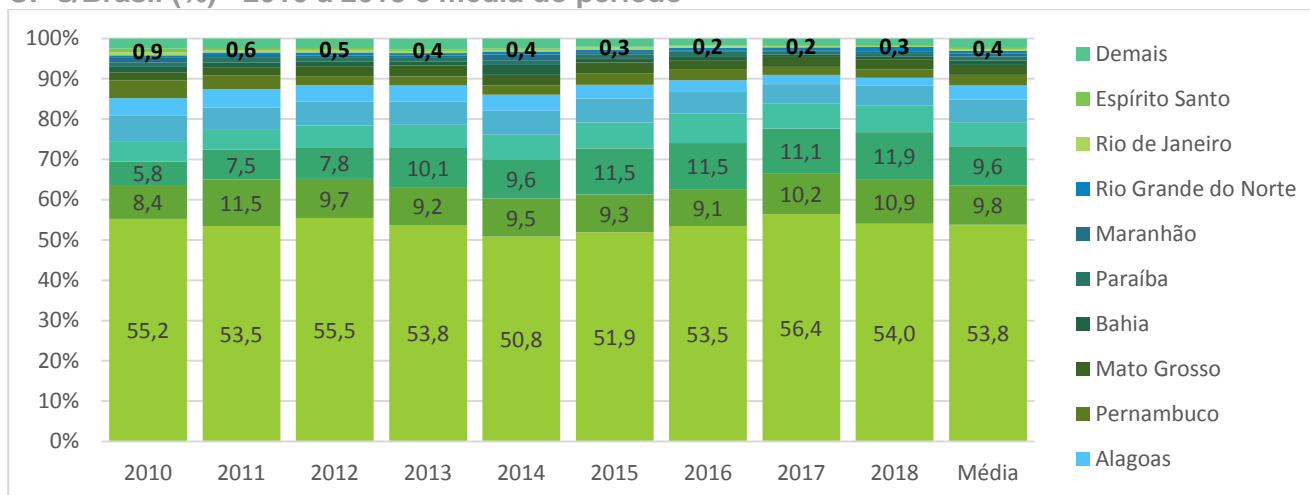
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar, embora seja o quinto produto no ranking do valor da agricultura capixaba, participando com 4,0% na média entre 2010 e 2018, entre os produtos no Espírito Santo (Gráfico 13), representou apenas 0,4% do valor total da cana-de-açúcar produzida pelo país, na média entre 2010 e 2018, uma vez que UF's como São Paulo (53,8%), Minas Gerais (9,8%) e Goiás (9,6%), concentram uma produção muito elevada da cultura.



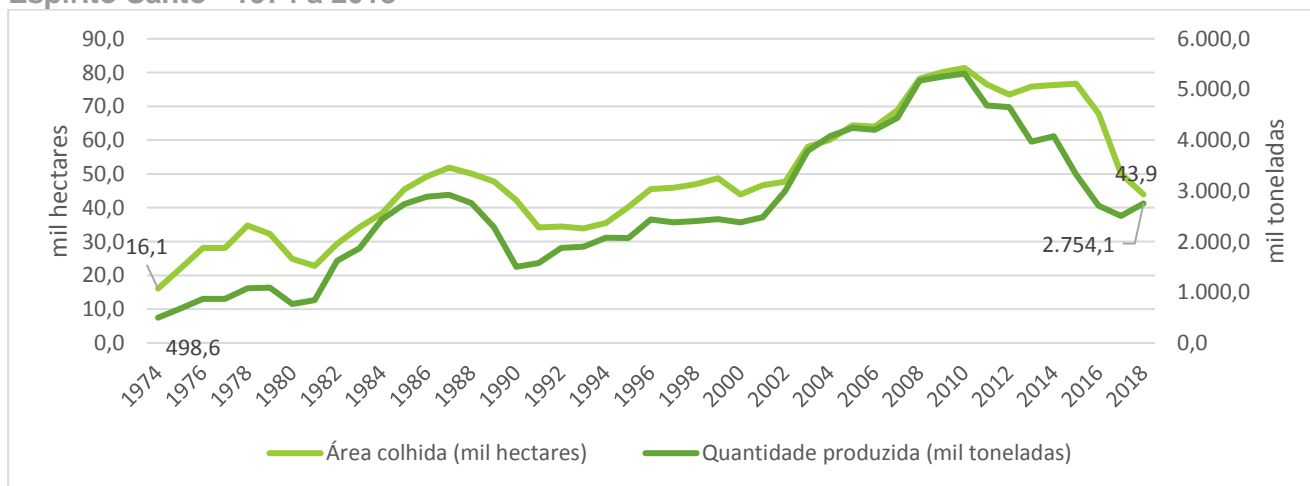
Gráfico 31 – Participação no valor da produção de cana-de-açúcar no país UF's/Brasil (%) - 2010 a 2018 e média do período



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em 1974, no Espírito Santo foram colhidas 498,6 mil toneladas de cana-de-açúcar, em 16,1 mil hectares, avançando para 2.754,1 mil toneladas em 43,9 mil hectares em 2018. Dessa forma, com a área crescendo +172,9% e o volume +452,4%, a produtividade cresceu de 31,0 toneladas por hectare em 1974 para 62,8 toneladas por hectare em 2018, próxima a produtividade média brasileira de 74,4 toneladas por hectares.

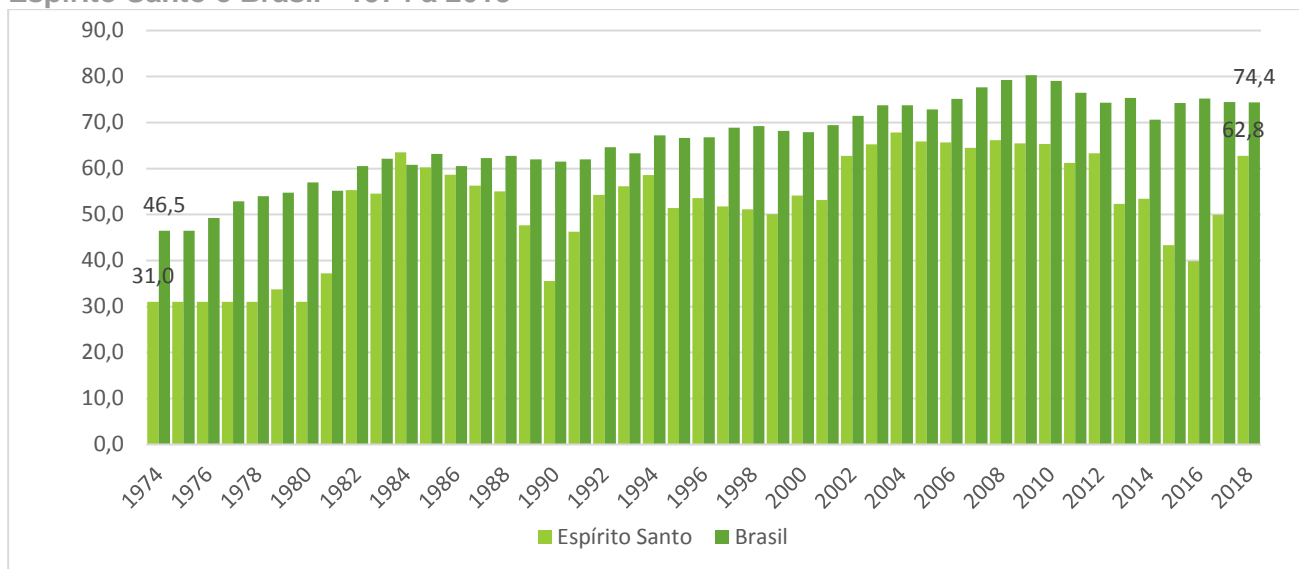
Gráfico 32 - Evolução na área e no volume da produção de cana-de-açúcar Espírito Santo - 1974 a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Gráfico 33 – Rendimento (toneladas/hectare) na produção de cana-de-açúcar Espírito Santo e Brasil - 1974 a 2018

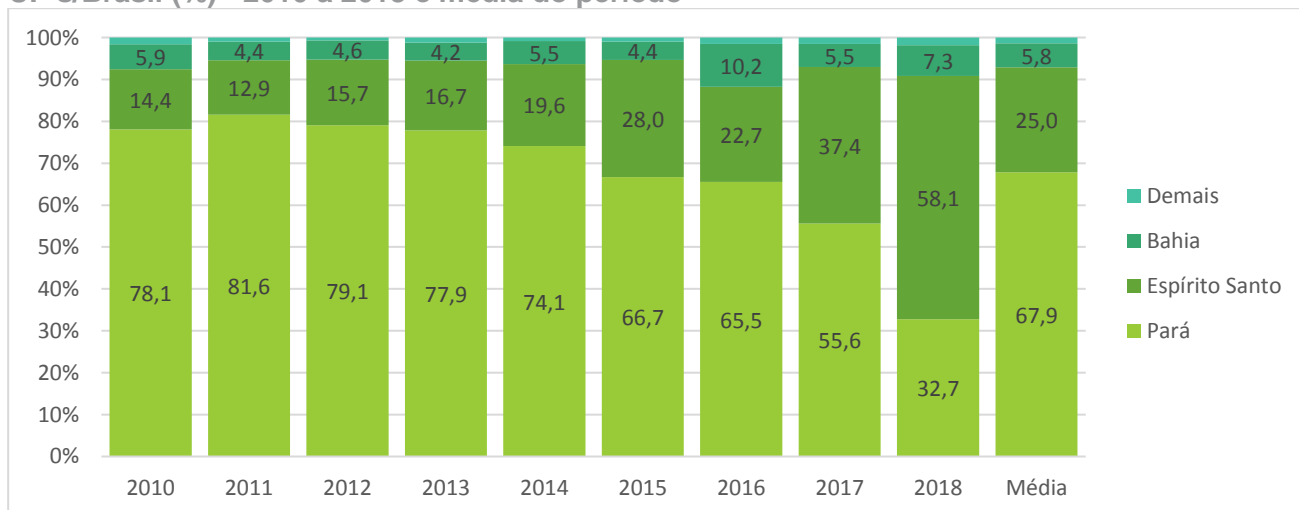


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Pimenta-do-reino

A pimenta-do-reino vem ganhando importância no Espírito Santo nos anos recentes e em 2018 o estado ganhou o posto de principal produtor do país, produzindo 58,1% do valor total do produto brasileiro.

Gráfico 34 – Participação no valor da produção de pimenta-do-reino no país UF's/Brasil (%) - 2010 a 2018 e média do período

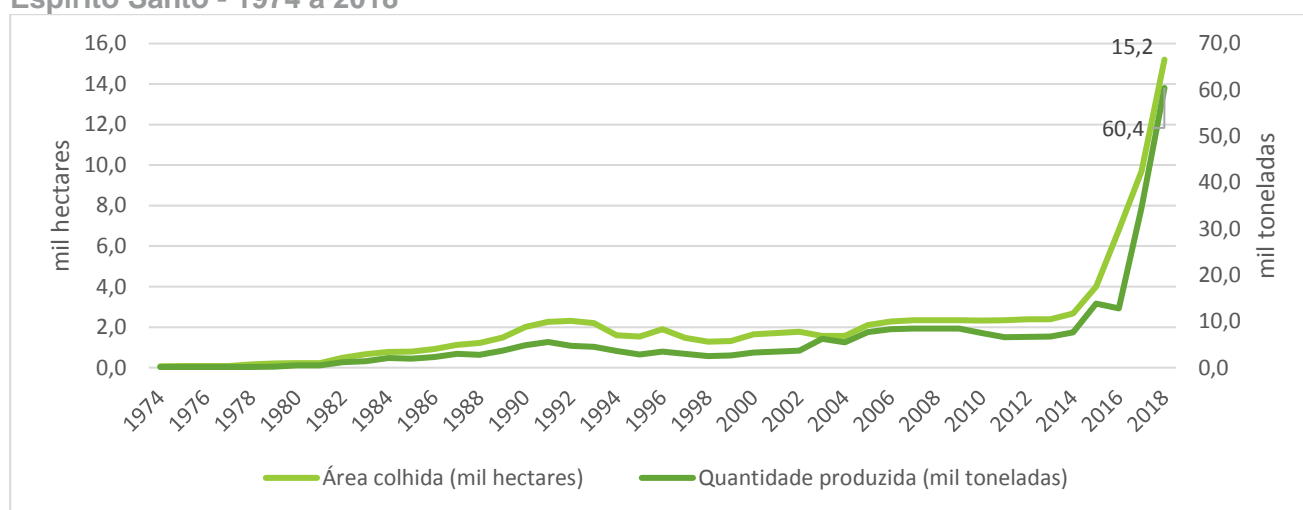


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



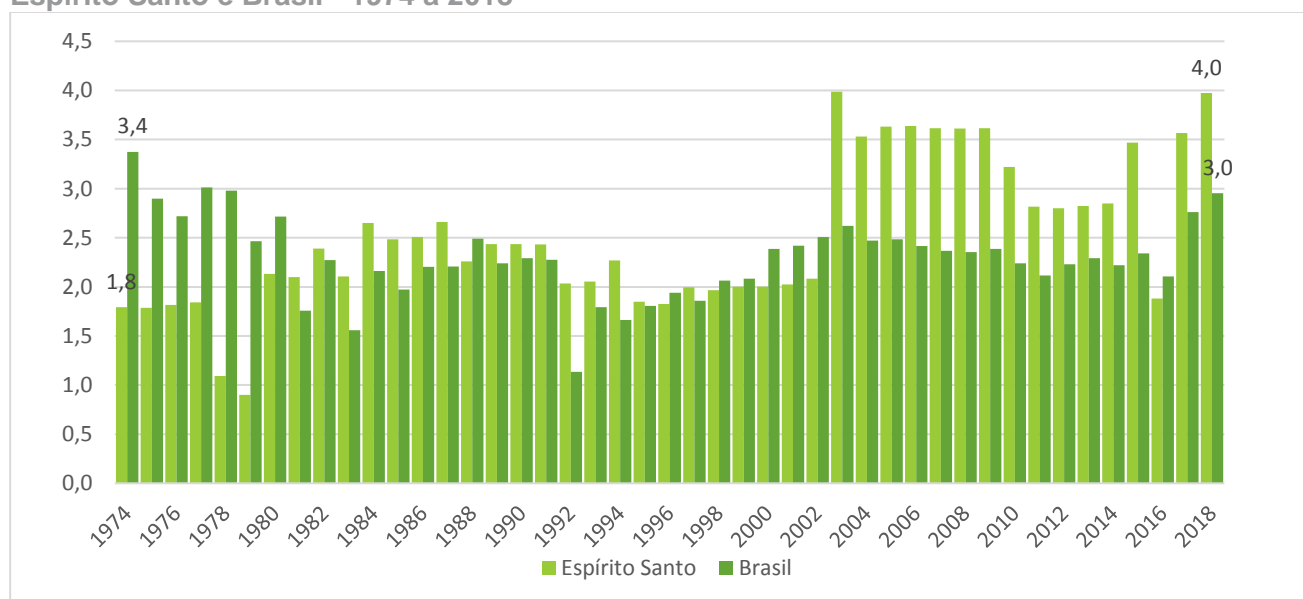
Em 1974 havia apenas 68 hectares de área colhida da pimenta-do-reino no Espírito Santo, totalizando 122 toneladas. Assim, a produtividade da pimenta capixaba era de apenas 1,8 tonelada por hectare, enquanto a média brasileira era de 3,4 toneladas por hectare. Em 2018 foram colhidas 60,4 mil toneladas em 15,2 mil hectares, um crescimento de +22.264,7% de área e +49.428,7% no volume. Nesse contexto, a produtividade capixaba atingiu 4,0 toneladas por hectare, acima das 3,0 toneladas por hectare de produtividade média do país em 2018.

Gráfico 35 - Evolução na área e no volume da produção de pimenta-do-reino Espírito Santo - 1974 a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Gráfico 36 – Rendimento (toneladas/hectare) na produção de pimenta-do-reino Espírito Santo e Brasil - 1974 a 2018



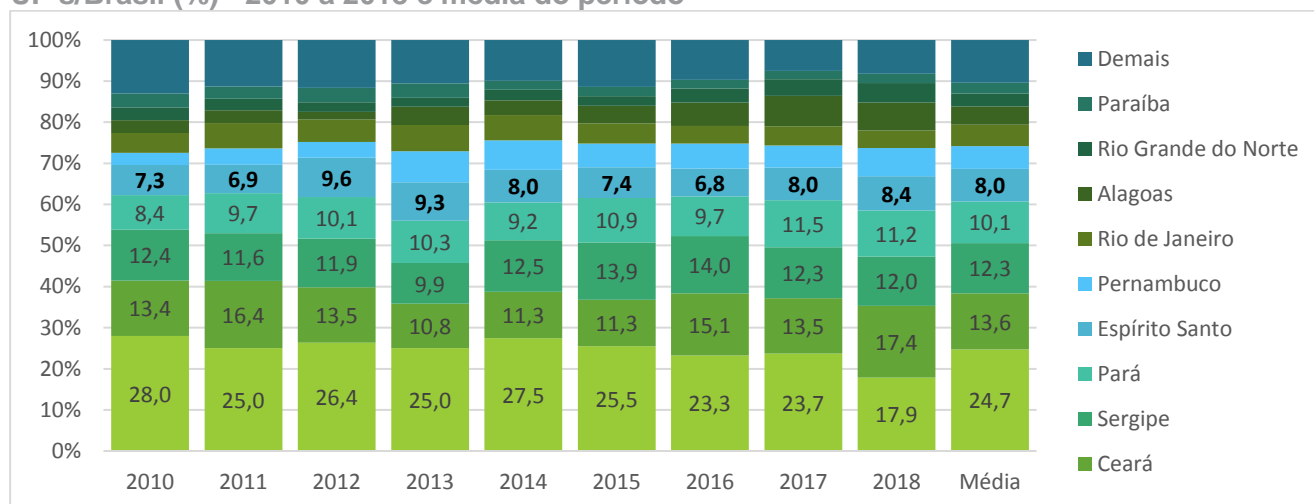
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Coco-da-baía

O Espírito Santo é o quinto maior produtor brasileiro de coco-da-baía, respondendo por 8,0% do valor do produto brasileiro, na média entre 2010 a 2018.

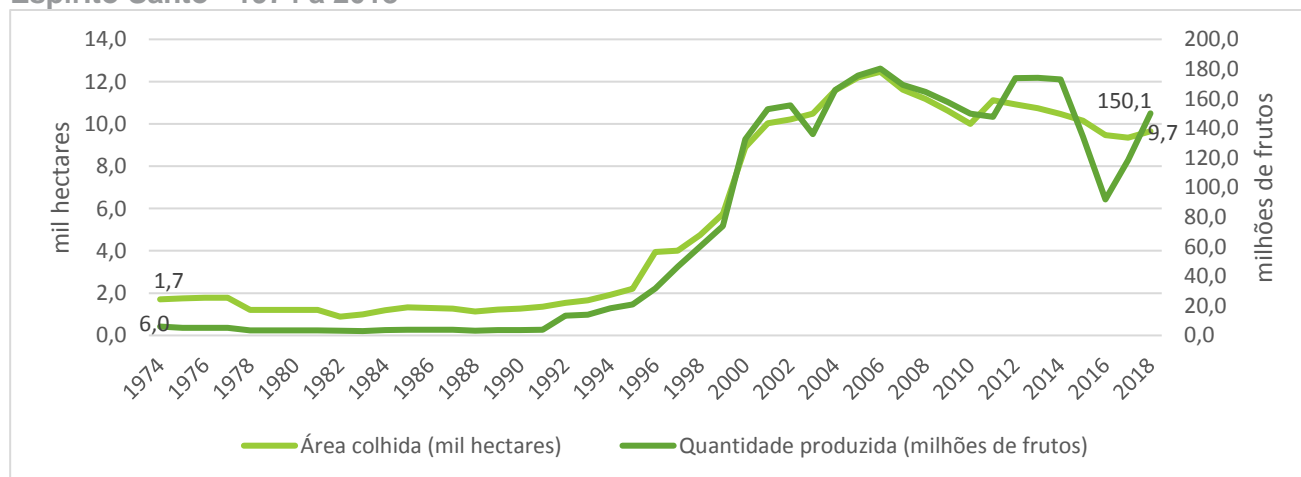
Gráfico 37 – Participação no valor da produção de coco-da-baía no país UF's/Brasil (%) - 2010 a 2018 e média do período



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em 1974 foram colhidos 6,0 milhões de frutos em 1,7 mil hectares, aumentando para 150,1 milhões de frutos em 9,7 mil hectares. Assim, com um crescimento muito superior no volume (+2.417,8%) que na área (+463,3%), a produtividade avançou de 3,5 mil cocos por hectare em 1974 para 15,5 mil cocos por hectare em 2018, bem acima da produtividade média brasileira de 7,9 mil cocos por hectare.

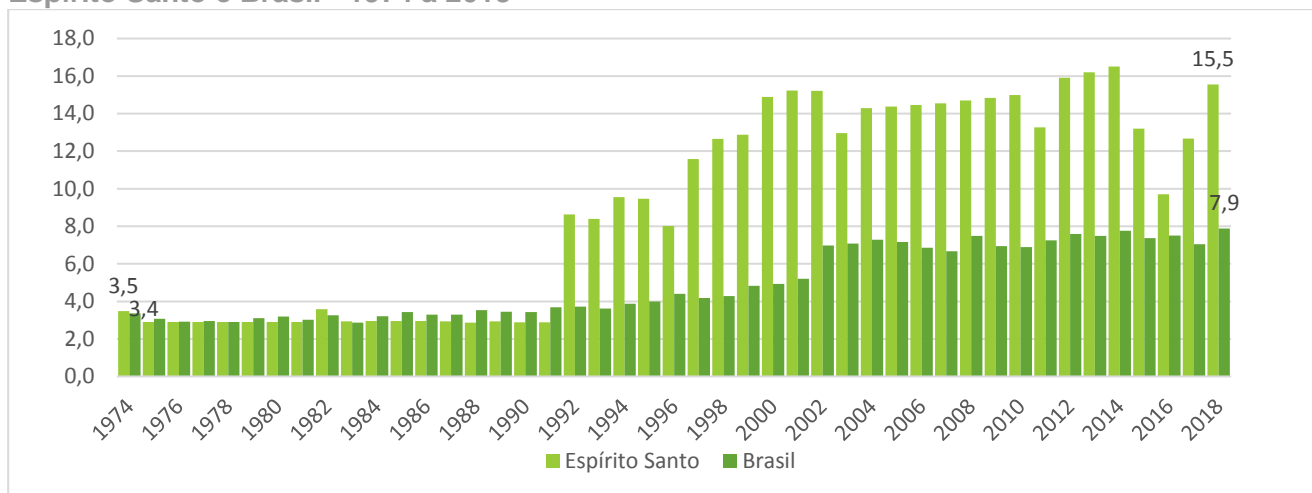
Gráfico 38 - Evolução na área e no volume da produção de coco-da-baía Espírito Santo - 1974 a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Gráfico 39 – Rendimento (toneladas/hectare) na produção de coco-da-baía Espírito Santo e Brasil - 1974 a 2018

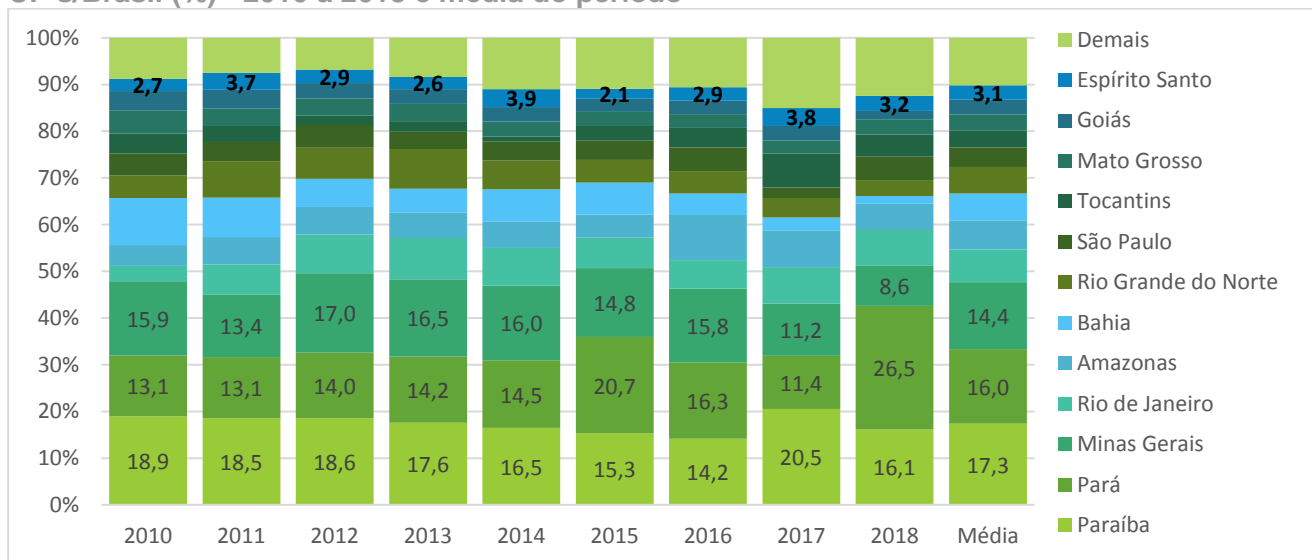


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Abacaxi

O abacaxi representa uma menor fração na geração do valor agrícola capixaba, que as culturas apresentadas anteriormente, com uma média de 1,2% entre 2010 e 2018. No contexto da produção brasileira da fruta, o Espírito Santo exibiu uma participação média 3,1% no valor nacional, ficando na 12ª posição do ranking de UF's produtores de abacaxi.

Gráfico 40 – Participação no valor da produção de abacaxi no país UF's/Brasil (%) - 2010 a 2018 e média do período

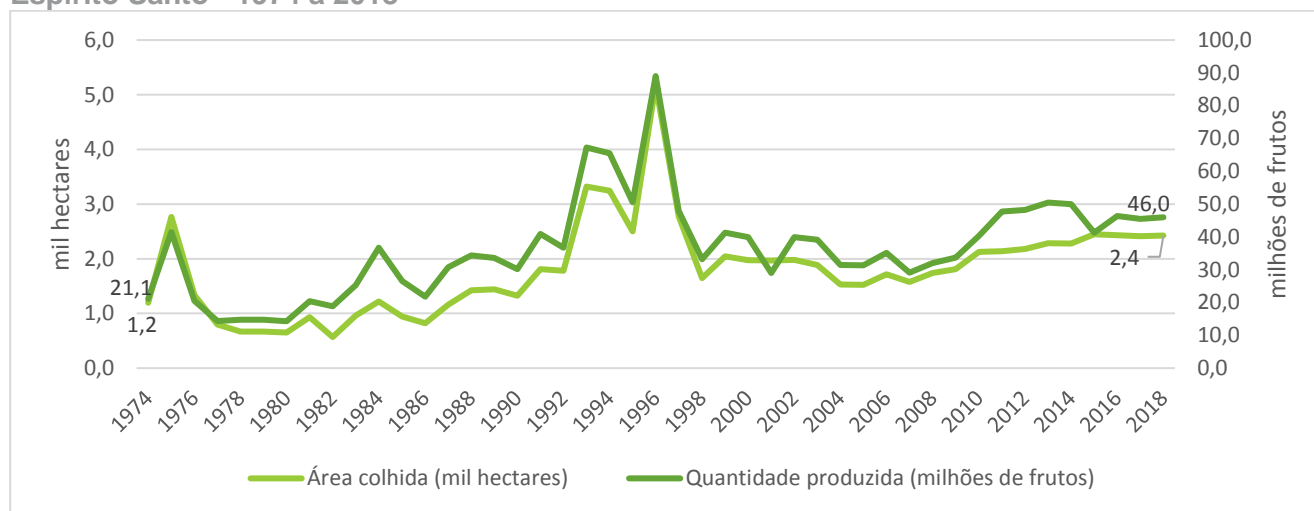


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



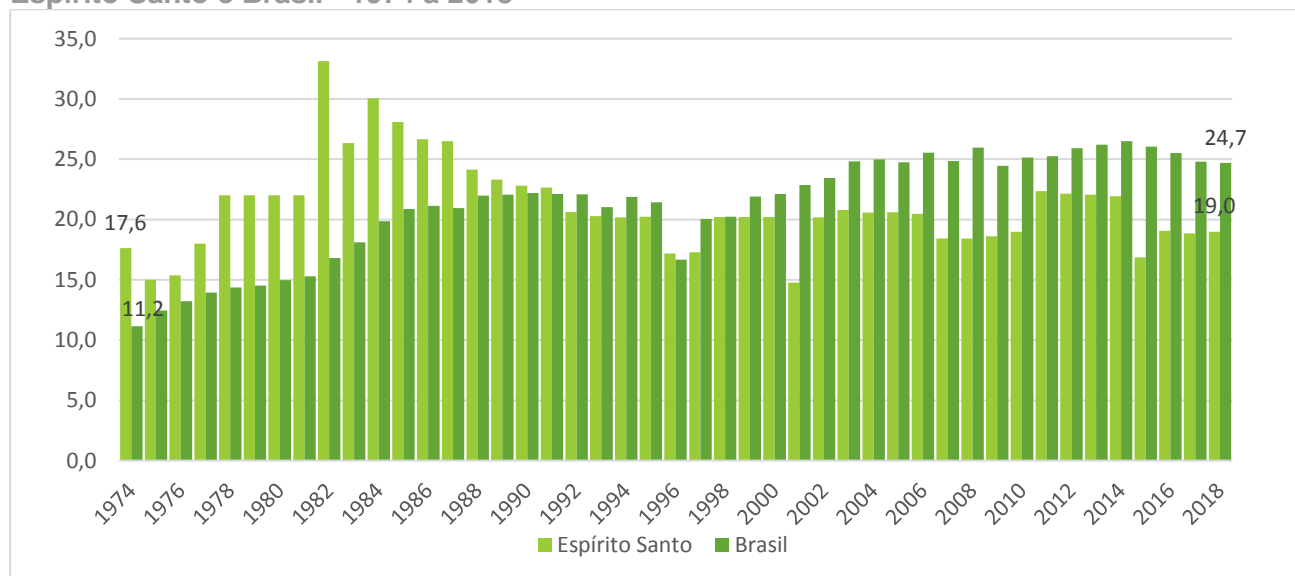
Houve um crescimento de +102,8% na área colhida de abacaxi, que passou de 1,2 mil hectares em 1974 para 2,4 mil hectares em 2018. O volume colhido cresceu +118,2%, de 21,1 milhões de frutos em 1974 para 46,0 milhões de frutos em 2018. Dessa forma, a produtividade, que era de 17,6 mil frutos por hectare em 1974 cresceu para 19,0 mil frutos por hectare em 2018, porém, ficou abaixo da produtividade média do país, que foi de 24,7 mil frutos por hectare.

Gráfico 41 - Evolução na área e no volume da produção de abacaxi Espírito Santo - 1974 a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Gráfico 42 – Rendimento (toneladas/hectare) na produção de abacaxi Espírito Santo e Brasil - 1974 a 2018



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

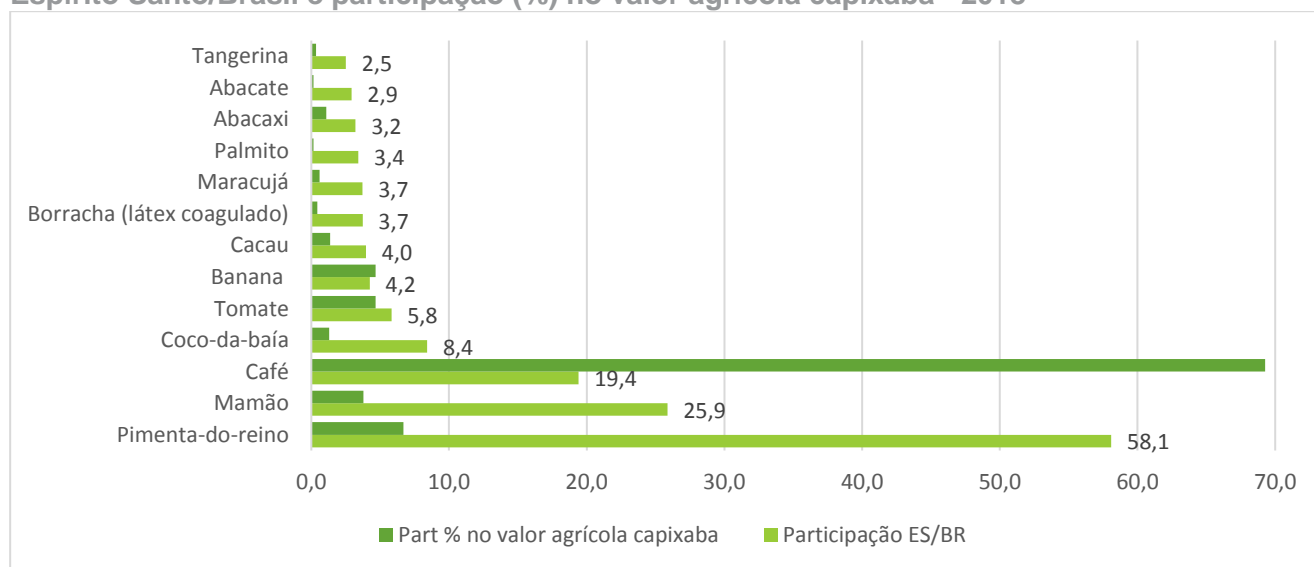


Potencialidades agrícolas

Além das principais culturas capixabas, como café, mamão, pimenta-do-reino, coco-da-baía, tomate, banana e abacaxi, que são importantes fontes do valor agrícola no estado, também possuem participações relevantes no cenário produtivo nacional, o cacau (4,0%), a borracha (3,7%), o maracujá (3,7%), o palmito (3,4%), o abacate (2,9%) e a tangerina (2,5%), que são culturas que tem crescido nos últimos anos. Desses, apenas o cacau teve uma participação no valor agrícola capixaba acima de 1% em 2018 (1,4%). Os demais, mesmo tendo uma participação um pouco maior no valor total nacional, por possuírem um valor agregado menor comparado a culturas de vulto como o café, a pimenta ou o mamão, apresentaram participações menores que 1% no valor agrícola do Espírito Santo.

Gráfico 43 – Produtos agrícolas

Espírito Santo/Brasil e participação (%) no valor agrícola capixaba - 2018



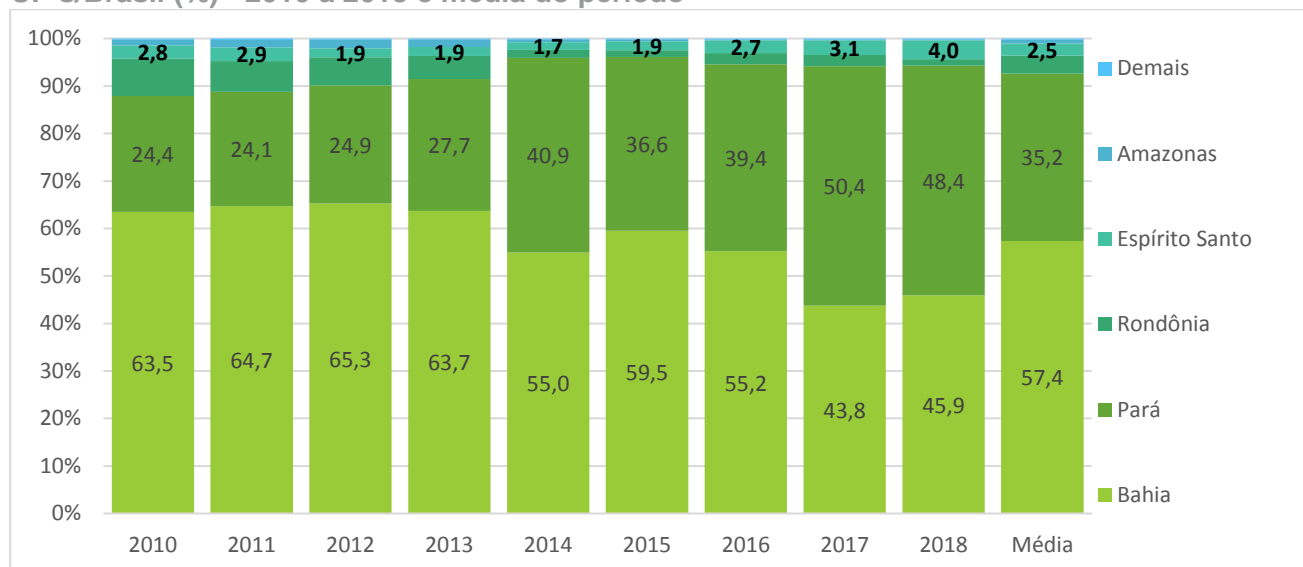
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O cacau é uma cultura em potencial na agricultura capixaba, por possuir uma cadeia produtiva a jusante no próprio estado do Espírito Santo, com uma importante fábrica de chocolates. Em 2014 o estado produziu apenas 1,7% do valor nacional de cacau. Houve crescimento dessa participação ano a ano, atingindo 4,0% em 2018. No ranking nacional, o estado fica em quarto lugar.



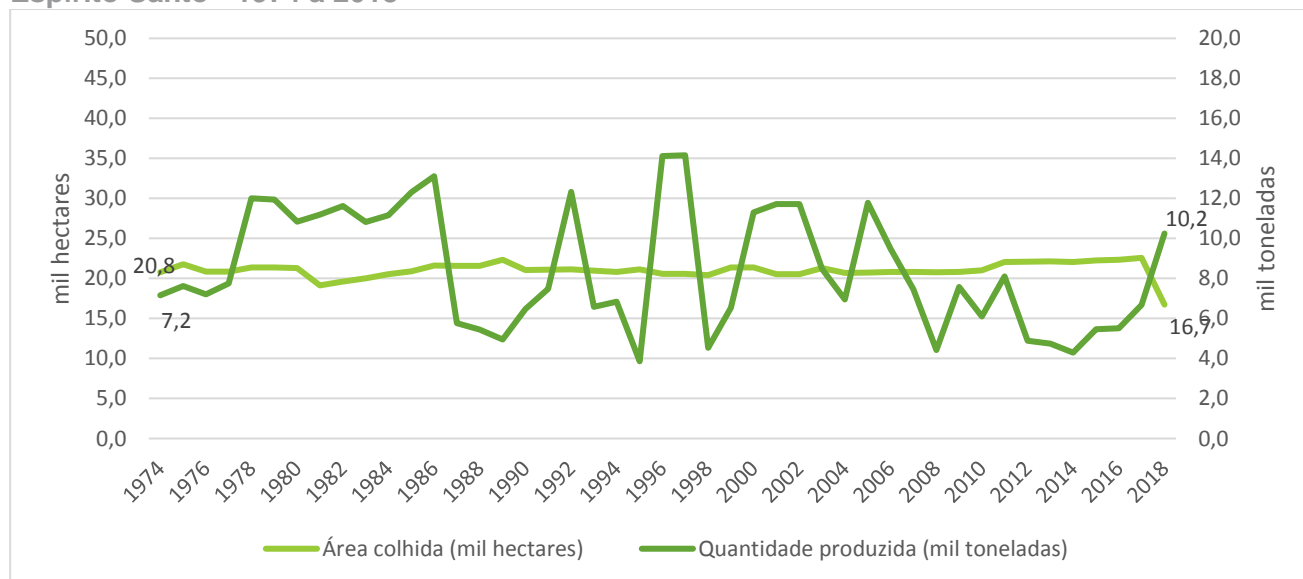
Gráfico 44 – Participação no valor da produção de cacau no país UF's/Brasil (%) - 2010 a 2018 e média do período



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em termos de área colhida de cacau, desde 1974 houve relativa estabilidade com queda de 2017 para 2018 em função de doenças e pragas que acometeram alguns municípios produtores capixabas. O volume colhido vem variando dentro de uma faixa entre 4,0 mil toneladas e 14,0 mil toneladas, desde 1974.

Gráfico 45 - Evolução na área e no volume da produção de cacau Espírito Santo - 1974 a 2018

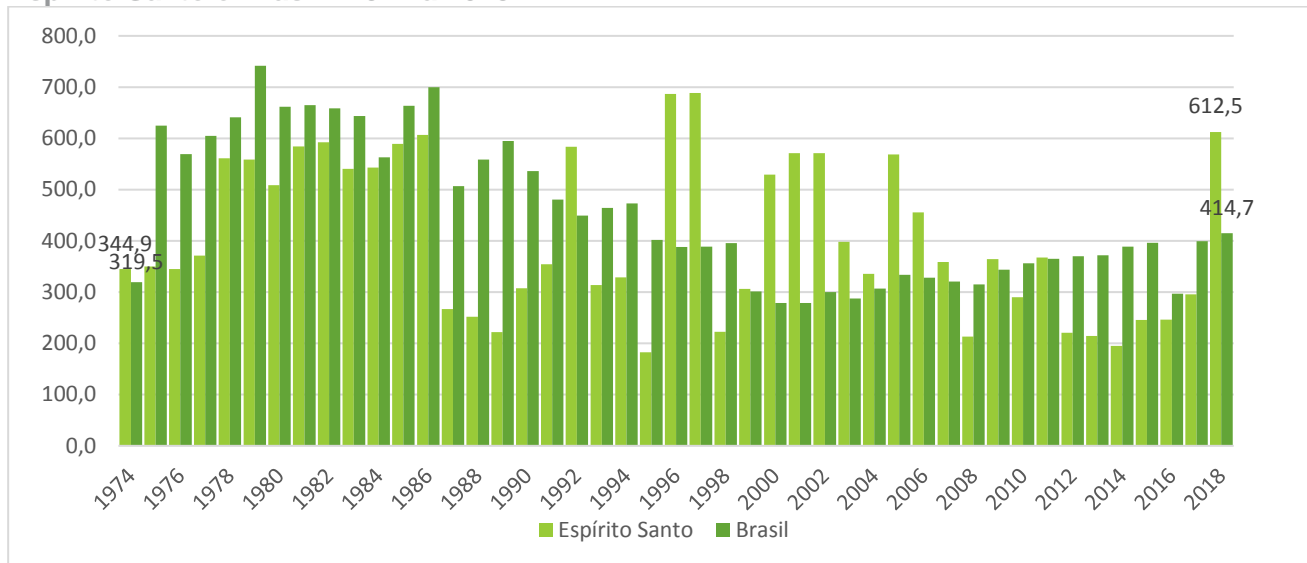


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



A produtividade do cacau capixaba que era de 344,9 quilos por hectare em 1974 fechou 2018 em 612,5 quilos por hectares, acima dos 414,7 quilos por hectare de produtividade média brasileira, indicando a potencialidade do desenvolvimento e expansão da cultura no Espírito Santo.

Gráfico 46 – Rendimento (toneladas/hectare) na produção de cacau Espírito Santo e Brasil - 1974 a 2018



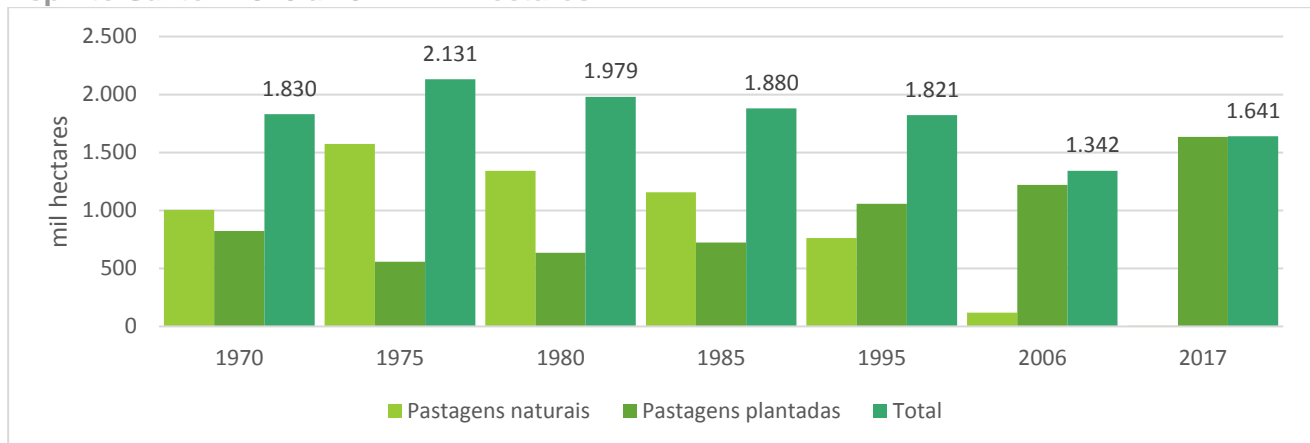
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

6. PECUÁRIA

Como visto, no período de crise da cafeicultura entre meados dos anos 1950 e meados dos anos 1970 a pecuária apresentou dinamismo considerável. O gráfico a seguir apresenta a área de pastagens naturais e plantadas, em mil hectares. As pastagens naturais são áreas de pasto não plantados, destinados ao pastejo dos animais existentes no estabelecimento e as pastagens plantadas são áreas plantadas com espécies vegetais, destinada ao pastejo dos animais existentes no estabelecimento. Observa-se um crescimento da área de pastagens, somadas naturais e plantadas em 1975 e depois um processo progressivo de queda até 2006. Rocha e Morandi (1991) explicam essa redução, a partir de 1975, pela concorrência do café, que como visto apresentou recuperação naquele período, conjugado ao comportamento de queda dos preços do leite e da carne naqueles períodos. Em 2017 a área com pastagens voltou a crescer, e comparado a 2006 houve um incremento de +22,3%.



Gráfico 47 – Área de pastagens: naturais e plantadas
Espírito Santo - 1970 a 2017 - Mil hectares



Fonte: Censo Agropecuário 2006 e 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Conforme explicitado no Gráfico 2, a pecuária ocupava 44,2% das áreas da agropecuária capixaba em 2017. Dos 108,0 mil estabelecimentos agropecuários capixabas existentes em 2017, 43,3 mil criavam 35,2 milhões de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos; 32,7 mil estabelecimentos criavam 1,6 milhões de cabeças de bovinos; 22,3 mil estabelecimentos criavam 235,4 mil suínos; 11,8 mil estabelecimentos criavam 47,5 mil equinos; 3,7 mil estabelecimentos criavam 55,7 mil patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões; 2,3 mil estabelecimentos criavam 4,5 mil muares; 1,1 mil estabelecimentos criavam 8,0 mil perus; 1,0 mil estabelecimentos criavam 29,9 mil ovinos; 880 estabelecimentos criavam 12,5 mil caprinos; 418 estabelecimentos criavam 596 asininos; 219 estabelecimentos criavam 2,4 mil coelhos; 202 estabelecimentos criavam 2,8 milhões de codornas; 43 estabelecimentos criavam 3,6 mil bubalinos e 12 estabelecimentos criavam 39 avestruzes. A tabela a seguir apresenta o número de estabelecimentos e o número de cabeças das espécies da pecuária capixaba, em 2017, bem como a participação dos estabelecimentos por espécie no total dos 108,0 mil estabelecimentos agropecuários capixabas e a participação do número de cabeças, por espécie, no total de cabeças criadas no Espírito Santo, bem como sua participação no total dessa espécie no Brasil.



A criação de galináceos é a mais intensa no estado, presente em 40,1% dos estabelecimentos agropecuários capixabas, representando 87,8% do total de cabeças no estado e 2,6% do total nacional.

A criação de codornas também é expressiva, pois mesmo presente em apenas 0,2% dos estabelecimentos agropecuários capixabas, possui uma participação de 7,1% no total de cabeças de todos os animais e ainda 18,7% no total de codornas do país. A criação de patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões capixabas eram 1,5% do nacional em 2017.

Dos estabelecimentos agropecuários do estado, 30,2% criavam bovinos, representando 4,1% de cabeças no estado e uma parcela de 1,0% do bovino nacional. Os suínos estavam presentes em 20,6% dos estabelecimentos capixabas e os equinos em 10,9%.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos e cabeças - por espécies
Espírito Santo - Unidades, cabeças e participação %

Espécie da pecuária	Estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária (Unidades)	Part. % no total de estab. do Espírito Santo	Número de cabeças (Cabeças)	Part. % no total de cabeças do Espírito Santo	Part. % na mesma espécie de cabeças do Brasil
Galinhas, frangos e similares	43.273	40,1	35.226.443	87,8	2,6
Bovinos	32.657	30,2	1.650.374	4,1	1,0
Suínos	22.303	20,6	235.419	0,6	0,6
Equinos	11.827	10,9	47.503	0,1	1,1
Patos, gansos, e similares	3.745	3,5	55.697	0,1	1,5
Muare	2.292	2,1	4.538	0,0	0,7
Perus	1.116	1,0	8.027	0,0	0,1
Ovinos	1.000	0,9	29.901	0,1	0,2
Caprinos	880	0,8	12.516	0,0	0,2
Asininos	418	0,4	596	0,0	0,2
Coelhos	219	0,2	2.410	0,0	1,2
Codornas	202	0,2	2.853.103	7,1	18,7
Bubalinos	43	0,0	3.554	0,0	0,4
Avestruzes	12	0,0	39	0,0	0,3
Total	108.014	100,0	40.130.120	100,0	2,5

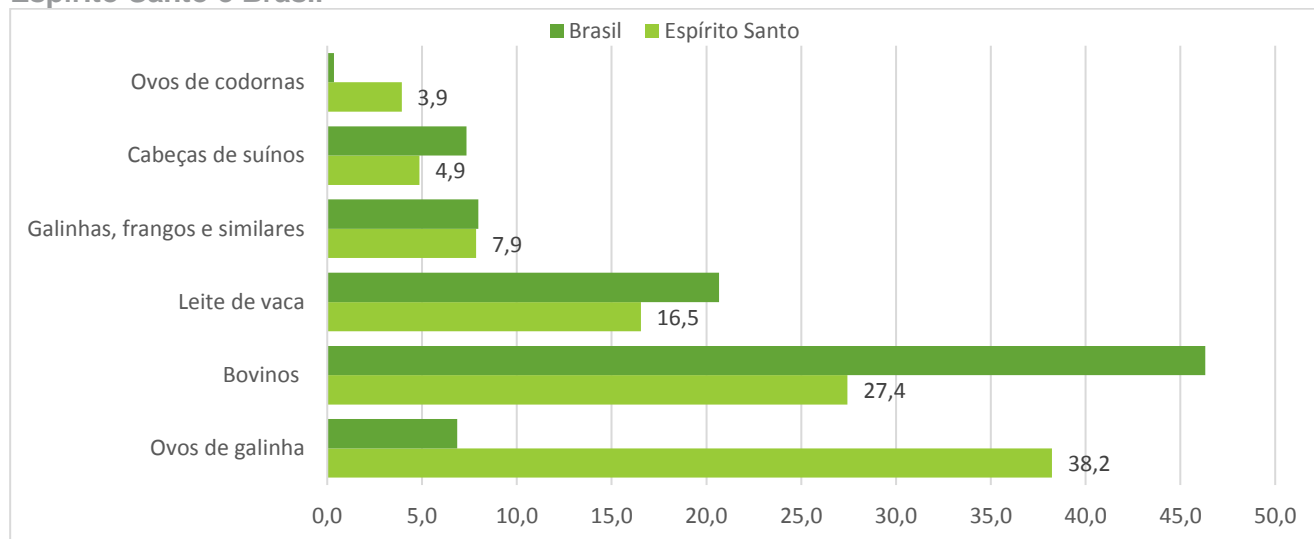
Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



O gráfico a seguir apresenta as participações do valor de produção dos principais produtos da pecuária (com participações maiores de 1% no valor da pecuária capixaba). Assim, verifica-se que, no Espírito Santo, o maior valor da pecuária (38,2%) provém da produção e venda de ovos de galinhas, das vendas de bovinos (seja para abate, para cria, recria ou engorda, matrizes e reprodutores) (27,4%) e das vendas de leite de vaca (resfriado ou cru) (16,5%). Com um valor mais reduzido, aparecem as vendas de cabeças de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos (7,9%), de suínos (4,9%), seguido dos ovos de codorna (3,9%).

Gráfico 48 – Participação % dos principais produtos no valor da pecuária Espírito Santo e Brasil



Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Produção de ovos e criação de galinhas

Somando produção e venda de ovos de galinhas com vendas de galinhas, galos, frangas, frangos e pintos, tem-se mais de 46,0% do valor da produção pecuária capixaba, segundo o Censo Agropecuário de 2017. Eram 43,3 mil estabelecimentos agropecuários capixabas, criando galinhas, galos, frangas, frangos e pintos na data de referência⁶. Foram vendidos 103,4 milhões de cabeças no período de referência, com valor de R\$ 202,76 milhões. Os produtores

⁶ “A data de referência do Censo Agropecuário 2017 foi o dia 30 de setembro de 2017 relativamente às informações sobre pessoal ocupado, estoques, efetivos da pecuária, lavouras permanentes e silvicultura, entre outros dados estruturais. Para o período de referência, ao qual foram relacionados todos os dados sobre a propriedade, produção, área, volume de trabalho durante o ano, entre outros aspectos, adotou-se o intervalo de 1o de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017.”. Para detalhes metodológicos do Censo, ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf



de ovos de galinhas somaram 33,6 mil estabelecimentos, produzindo 389,2 milhões de dúzias, totalizando R\$ 986,95 milhões, ou 9,2% do valor nacional, no período de referência.

Tabela 3 – Galinhas, frangos, similares e ovos: cabeças, estabelecimentos e participações Espírito Santo e Brasil

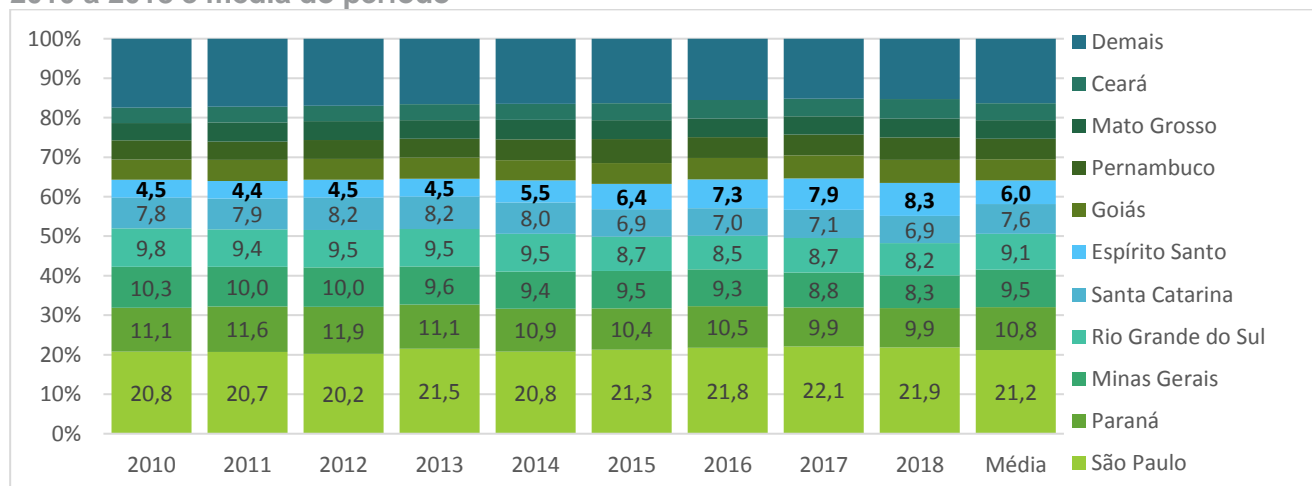
Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos e ovos	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos com galinhas, frangos e similares (Unidades)	43.362	2.862.495	1,5
Estabelecimentos / total de estabelecimentos ES (%)	40,1	56,4	-
Cabeças de galinhas, frangos e similares (Mil cabeças)	35.226	1.362.254	2,6
Estab. que venderam galinhas, frangos e similares (Unidades)	3.962	593.295	0,7
Cabeças de galinhas, frangos e similares (Mil cabeças)	103.451	8.198.340	1,3
Valor da venda de cabeças de galinhas, frangos e similares (Mil Reais)	202.767	12.469.355	1,6
Estab. agropecuários que produziram ovos de galinhas (Unidades)	33.560	2.237.461	1,5
Quantidade produzida de ovos de galinhas (Mil dúzias)	389.205	4.672.363	8,3
Quantidade vendida de ovos de galinhas (Mil dúzias)	381.144	3.538.945	10,8
Valor da produção dos ovos de galinhas (Mil Reais)	986.957	10.720.245	9,2

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Considerada apenas a criação de galinhas, conforme dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) do IBGE, o Espírito Santo respondeu por 6,0% do efetivo nacional na média entre 2010 e 2018, ficando em sexto lugar no ranking entre as UF's.

Gráfico 49 – Participação % das UF's no efetivo de galinhas 2010 a 2018 e média do período



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE

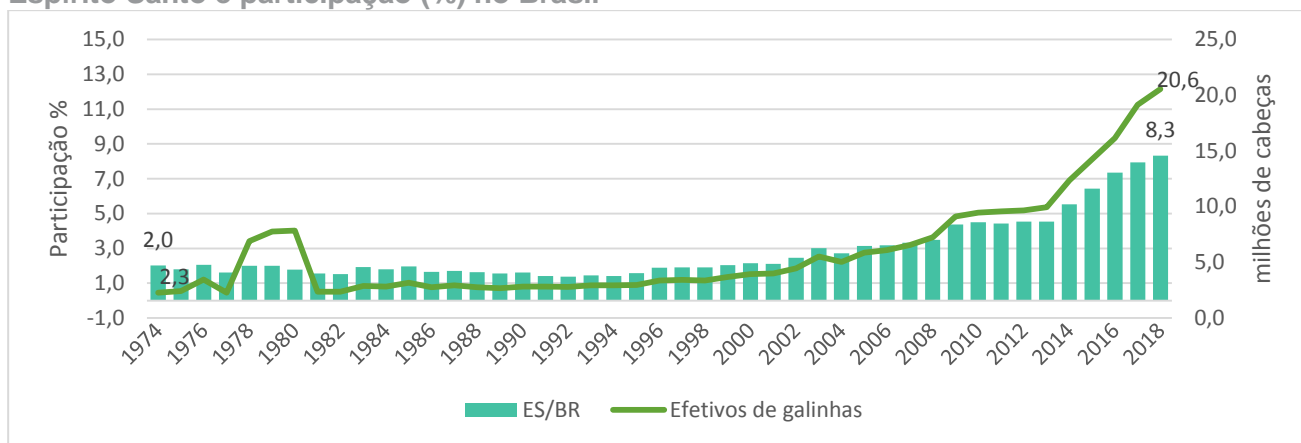
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em 1974 essa participação era de apenas 2,0% pois o estado apresentava um efetivo de 2,3 milhões de galinhas. Esse número cresceu substancialmente, sobretudo a partir dos anos



2000, atingindo 20,6 milhões de galinhas em 2018, representando 8,3% do efetivo nacional. Assim, o estado subiu para a terceira posição, atrás de São Paulo (21,9%) e Paraná (9,9%).

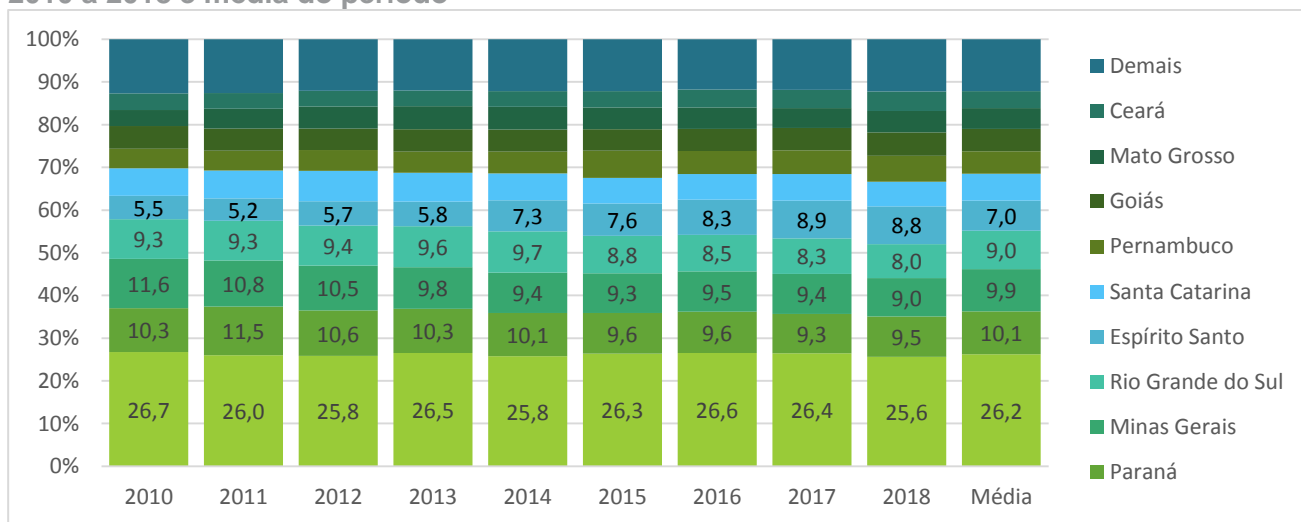
Gráfico 50 – Efetivos de galinhas - 1974 a 2018
Espírito Santo e participação (%) no Brasil



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O Brasil produziu em média 3,7 bilhões de dúzias de ovos de galinha entre 2010 e 2018, enquanto o Espírito Santo produziu 267,3 milhões, nesse período, respondendo por cerca de 7,0% da produção nacional. Assim, o estado se posicionou como quinto maior produtor de ovos de galinha, na média do período.

Gráfico 51 - Participação (%) das UF's na produção de ovos de galinha
2010 a 2018 e média do período



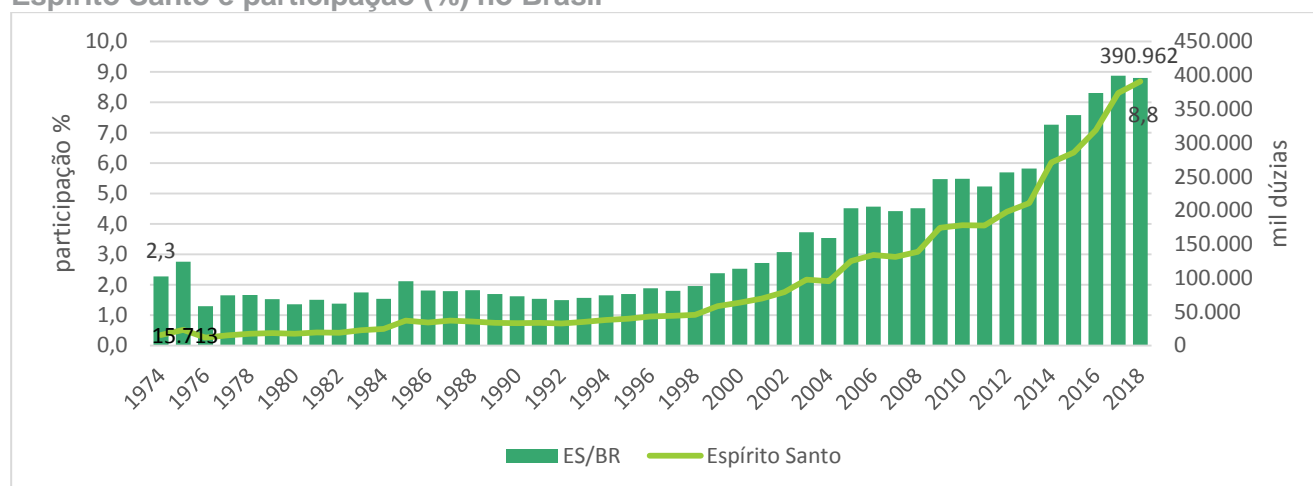
Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em 1974, o Espírito Santo produzia 15,7 milhões de dúzias de ovos de galinha, e essa produção representava 2,3% da nacional. Em 2018 foram produzidos 390,9 milhões de dúzias, elevando



a participação na produção brasileira para 8,8%, e colocando o estado como quarto maior produtor nacional de ovos de galinha daquele ano.

Gráfico 52 - Ovos de galinha - 1974 a 2018
Espírito Santo e participação (%) no Brasil



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Bovinos

A criação de bovinos, como visto (Gráfico 48), era a segunda atividade em geração do valor da pecuária e criação de outros animais no Espírito Santo, no período de referência do Censo Agropecuário de 2017, sendo a segunda atividade da pecuária em termos de geração de valor nesse setor capixaba.

Havia 33,1 mil estabelecimentos agropecuários com bovinos no estado, ou 30,7% do total dos 108,0 mil estabelecimentos capixabas, contando com 1,6 milhões de cabeças bovinas, na data de referência do Censo em 2017. Foram gerados R\$ 395,44 milhões com a venda de bois para abate, R\$ 133,71 milhões com a venda de cabeças bovinas de estabelecimentos de porte pequeno (estabelecimentos com menos de 50 cabeças), R\$ 125,84 milhões com a venda de bovinos para cria, recria ou engorda e R\$ 53,28 milhões com a venda de matrizes e reprodutores bovinos, totalizando R\$ 708,28 milhões, ou 27,4% do valor gerado na pecuária, no período.



Tabela 4 – Bovinos: Número de cabeças, estabelecimentos e participações Espírito Santo e Brasil

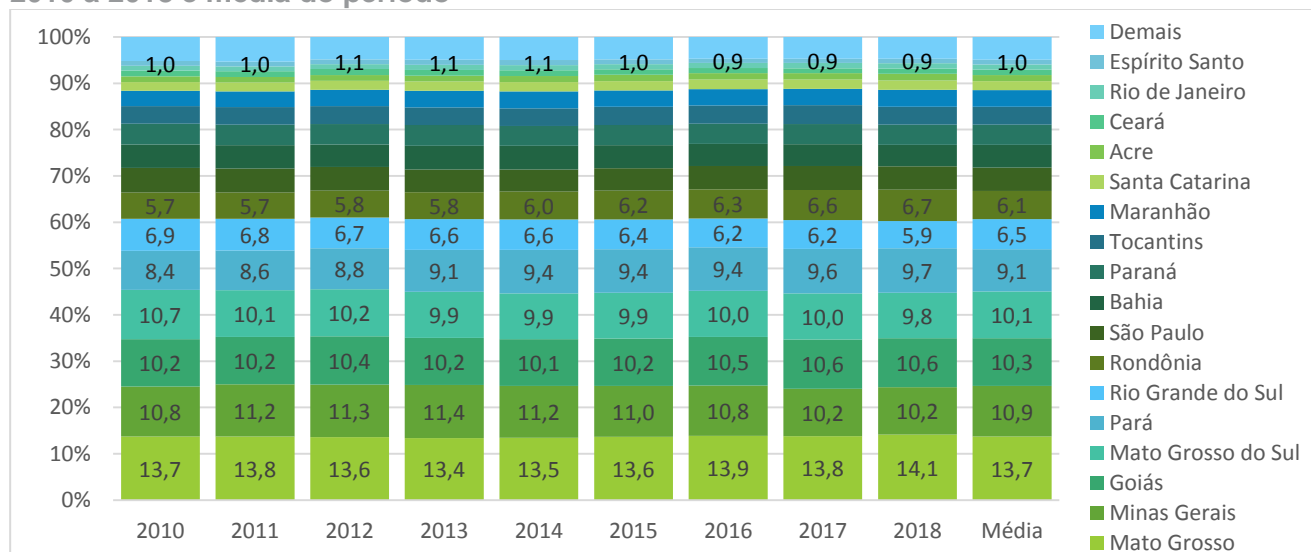
Bovinos	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos agropecuários com bovinos (Unidades)	33.128	2.554.415	1,3
Estabelecimentos com bovinos / total de estabelecimentos (%)	30,7	50,3	
Cabeças de bovinos nos estabelecimentos agropecuários (Cabeças)	1.650.374	172.719.164	1,0
Venda de cabeças de bovinos para abate (estabelecimentos com mais de 50 cabeças) (Mil Reais)	395.438	45.961.316	0,9
Venda de cabeças de bovinos (estabelecimentos com 50 cabeças e menos) (Mil Reais)	133.717	9.564.600	1,4
Venda de cabeças de bovinos para cria, recria ou engorda (estabelecimentos com mais de 50 cabeças) (Mil Reais)	125.842	16.947.863	0,7
Venda de cabeças de matrizes e reprodutores de bovinos (estabelecimentos com mais de 50 cabeças) (Mil Reais)	53.282	5.092.206	1,0
Total vendas de bovinos (Mil reais)	708.279	77.565.985	0,9
Pecuária e criação de outros animais (Mil reais)	2.581.417	156.508.894	1,6
Vendas de bovinos / Pecuária e criação de animais (%)	27,4	49,6	-
Total estabelecimentos agropecuários	108.014	5.073.324	2,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O Espírito Santo possui uma quantidade de bovinos comparativamente inferior à de outras UF's como o Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, que na média entre 2010 e 2018 tiveram mais de 10% do total de efetivos brasileiro, cada uma. A participação do estado gira em torno de 1% do efetivo do país.

Gráfico 53 - Participação (%) das UF's - Efetivos bovinos 2010 a 2018 e média do período



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Gráfico 54 - Efetivos bovinos - 1974 a 2018
Espírito Santo e participação (%) no Brasil



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Leite

A produção de leite é a terceira principal fonte do valor da pecuária capixaba (Gráfico 45), respondendo por cerca de 16,5% deste, conforme dados do Censo de 2017. No Espírito Santo, existia 17,1 mil estabelecimentos agropecuários que produziam leite de vaca em 2017, ou 15,9% do total dos 108,0 mil estabelecimentos agropecuários capixabas. Havia 197,1 mil vacas ordenhadas ou 11,9% do total bovino, produzindo 400,4 milhões de litros de leite, com uma geração de R\$ 426,96 milhões.

Tabela 5 – Produção de leite
Espírito Santo e Brasil

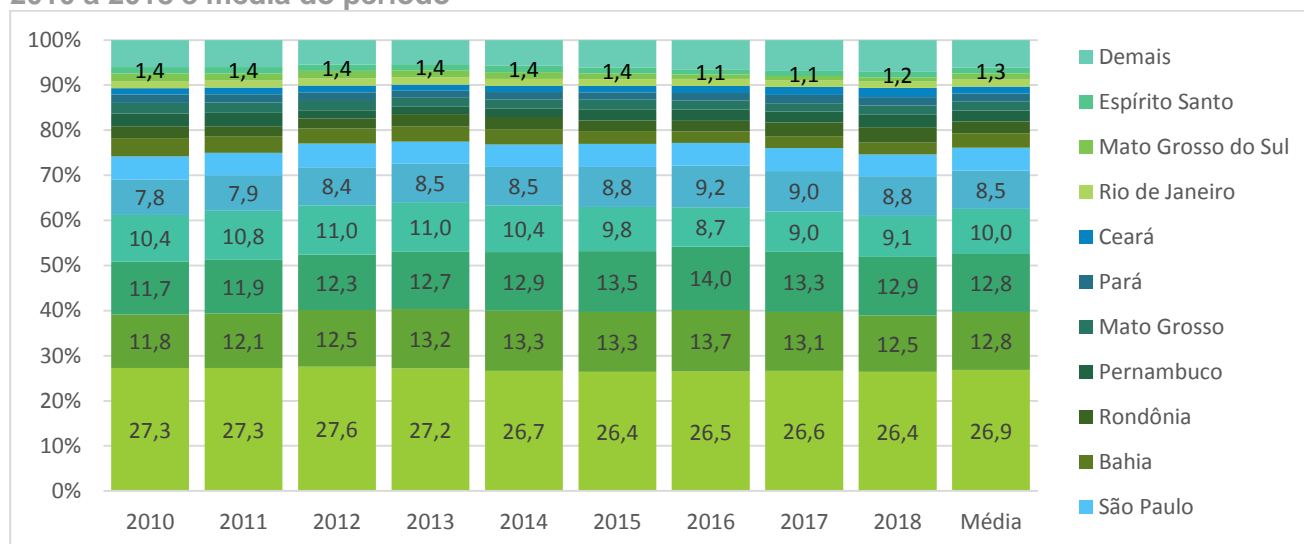
Leite	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos que produziram leite de vaca (Unidades)	17.141	1.176.295	1,5
Estab. produtores de leite / total de estabelecimentos (%)	15,9	23,2	-
Vacas ordenhadas nos estab. agropecuários (Cabeças)	197.109	11.506.788	1,7
Vacas ordenhadas / total cabeças bovinas (%)	11,9	6,7	-
Quantidade produzida de leite de vaca (Mil litros)	400.433	30.156.279	1,3
Valor da produção de leite de vaca (Mil Reais)	426.957	32.348.517	1,3
Estabelecimentos que venderam leite de vaca cru (Unidades)	11.564	634.480	1,8
Quantidade vendida de leite de vaca cru (Mil litros)	352.451	26.321.177	1,3
Valor da venda de leite de vaca cru (Mil Reais)	369.072	27.726.346	1,3
Total estabelecimentos agropecuários	108.014	5.073.324	2,1
Número de cabeças bovinas	1.650.374	172.719.164	1,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Embora tenha relevância no contexto estadual, a produção de leite de vaca capixaba é pequena em relação ao total produzido pelo país. Na média de 2010 a 2018, o Espírito Santo produziu apenas 1,3% do volume do leite de vaca nacional.

Gráfico 55 - Participação (%) das UF's na produção de leite de vaca 2010 a 2018 e média do período



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em 1974 o estado produzia 188,6 milhões de litros de leite de vaca, e representava 2,7% do volume nacional. Em 2018 foram 417,3 milhões de litros, mas a participação nacional caiu para 1,2% devido ao crescimento observado em outras UF's nas quais a pecuária bovina é mais intensiva.

Gráfico 56 - Produção de leite de vaca - 1974 a 2018 Espírito Santo e participação (%) no Brasil



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Suíños

Como visto (Gráfico 48), as vendas de suínos era a quinta atividade em geração de valor na pecuária capixaba. Havia 22,3 mil estabelecimentos agropecuários no estado criando suínos, na data de referência do Censo, ou 20,7% do total dos estabelecimentos agropecuários capixabas, com 235,4 mil cabeças. Foram comercializadas 302,6 mil cabeças no período de referência, gerando um valor de R\$ 125,61 milhões, ou 4,9% do valor da pecuária, no período.

Tabela 6 – Suínos: Número de cabeças, estabelecimentos e participações Espírito Santo e Brasil

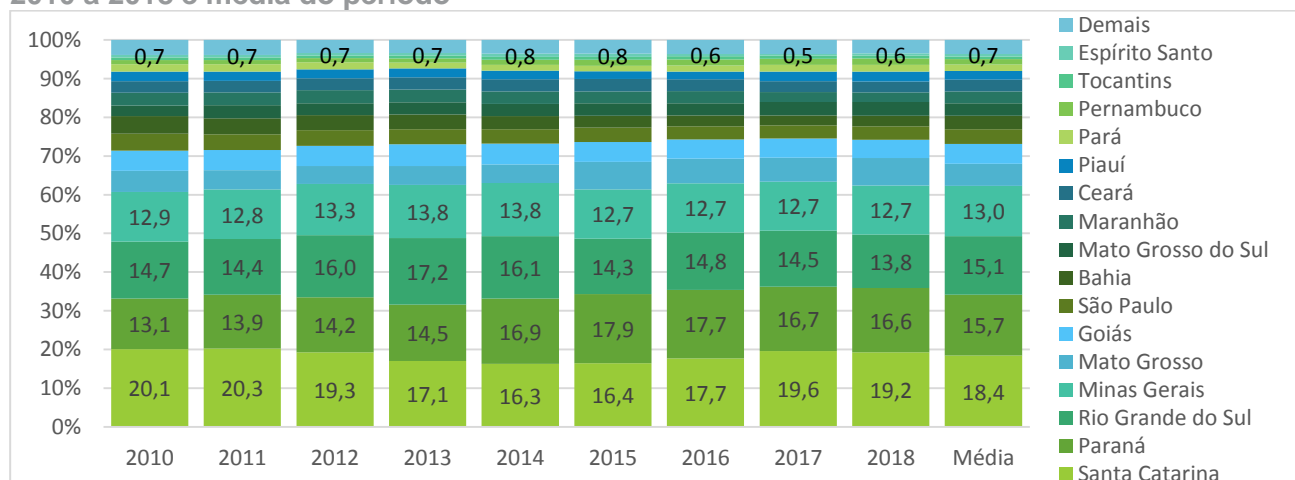
Suíños	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos agropecuários com suínos (Unidades)	22.359	1.471.270	1,5
Estabelecimentos com suínos / total de estab. (%)	20,7	29,0	-
Cabeças de suínos nos estab. agropecuários (Cabeças)	235.419	39.346.192	0,6
Estab. agropecuários que venderam suínos (Unidades)	3.082	483.729	0,6
Cabeças de suínos vendidas nos estabelecimentos (Cabeças)	302.586	66.990.084	0,5
Venda de cabeças de suínos nos estabelecimentos (Mil Reais)	125.610	11.501.896	1,1
Pecuária e criação de outros animais (Mil reais)	2.581.417	156.508.894	1,6
Vendas de suínos / Pecuária e criação de animais (%)	4,9	7,3	-
Total estabelecimentos agropecuários	108.014	5.073.324	2,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A participação do Espírito Santo no total de efetivos suínos do país é bem pequena, de apenas 0,7% na média entre 2010 e 2018.

Gráfico 57 - Participação (%) das UF's - efetivo de suínos 2010 a 2018 e média do período



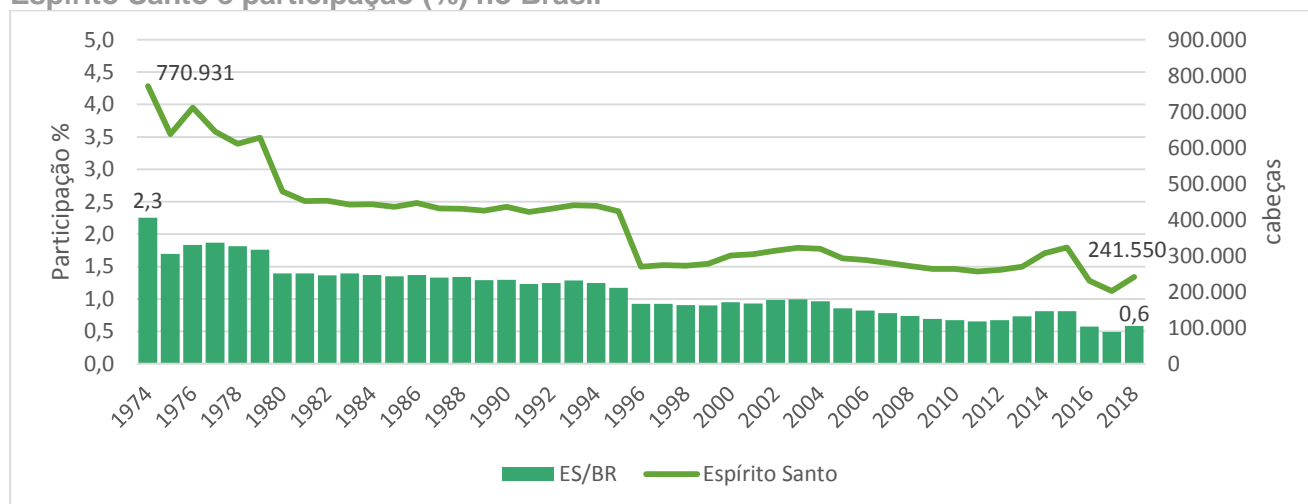
Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



Em 1974 havia um número maior de suínos no Espírito Santo (770,9 mil cabeças) e o estado tinha uma participação de 2,3% no total do país, mas esse número foi sendo paulatinamente reduzido, chegando em 2018 com um total de 241,5 mil cabeças, ou 0,6% do total do Brasil.

Gráfico 58 - Efetivos de suínos - 1974 a 2018
Espírito Santo e participação (%) no Brasil



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Codornas e ovos de codorna

Embora o número de estabelecimento agropecuários capixabas criadores de codornas seja de apenas 0,2% do total dos estabelecimentos do estado, e não exista uma forte comercialização de cabeças de codorna, a venda de ovos de codorna gera 3,9% do valor da pecuária capixaba, sendo a sexta atividade em geração de valor da pecuária (Gráfico 48).

Tabela 7 – Codornas e ovos de codorna
Espírito Santo e Brasil

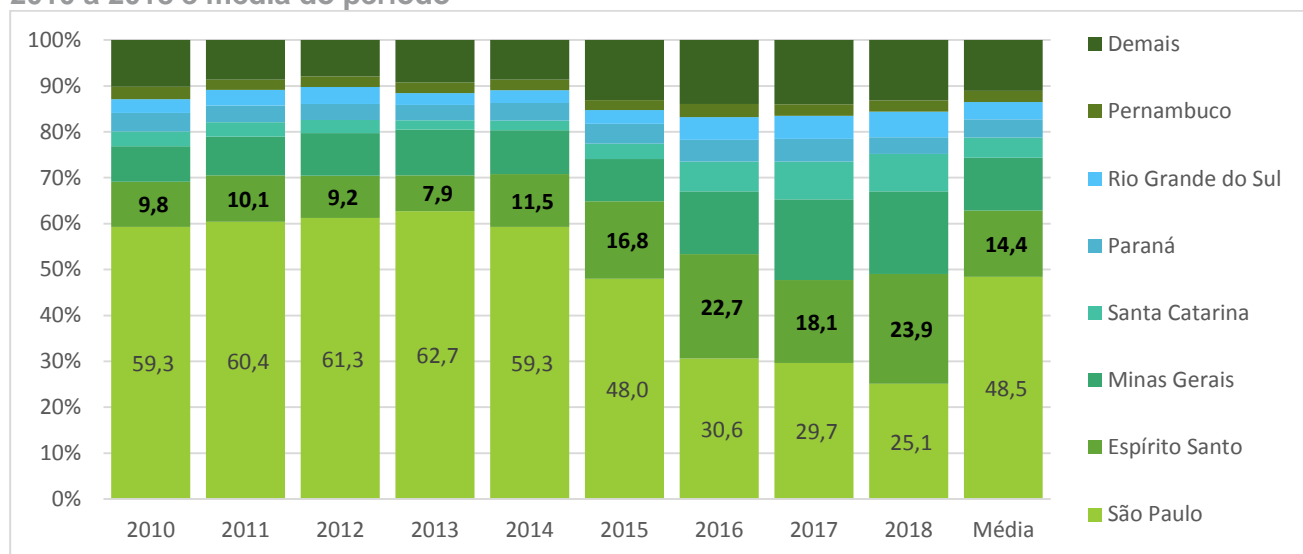
Codornas e ovos de codornas	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos agropecuários com codornas (Unidades)	208	17.941	1,2
Estabelecimentos com codornas / total de estabelecimentos (%)	0,2	0,4	-
Cabeças de codornas nos estabelecimentos (Cabeças)	2.853.103	15.281.681	18,7
Quantidade produzida de ovos de codornas (Mil dúzias)	64.756	315.444	20,5
Valor da venda dos ovos de codornas (Mil Reais)	100.968	543.768	18,6
Pecuária e criação de outros animais (Mil reais)	2.581.417	156.508.894	1,6
Vendas de ovos / Pecuária e criação de animais (%)	3,9	0,3	-
Total estabelecimentos agropecuários	108.014	5.073.324	2,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



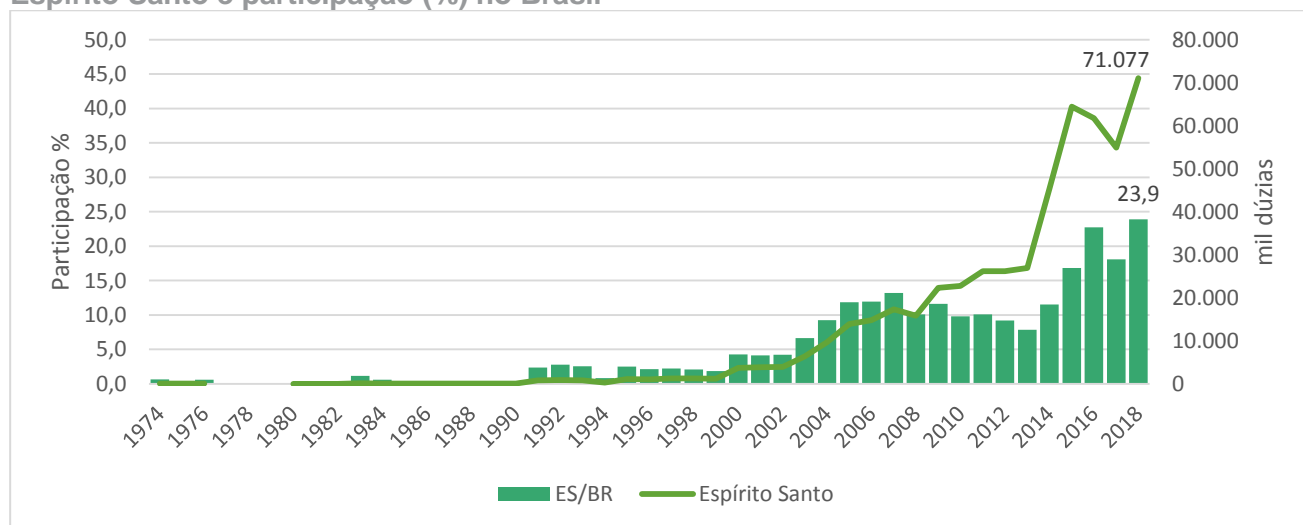
Em 1974 o Espírito Santo produzia apenas 22 mil dúzias de ovos de codorna, respondendo por 0,6% da produção nacional daquele ano. A partir dos anos 2000 essa produção foi crescendo, atingindo 71,1 milhões de dúzias, ou 23,9% da produção brasileira, colocando o estado em destaque no contexto nacional da produção de ovos de codorna, como segundo maior produtor brasileiro de ovos de codorna.

Gráfico 59 - Participação (%) das UF's - ovos de codorna 2010 a 2018 e média do período



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Gráfico 60 - Ovos de codorna - 1974 a 2018 Espírito Santo e participação (%) no Brasil



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



7. HORTICULTURA E FLORICULTURA

A horticultura e a floricultura totalizaram 5,8% do valor gerado pela agropecuária capixaba (Tabela 1), conforme dados do Censo Agropecuário de 2017. Havia 43,2 mil estabelecimentos com cultivo hortícola (40,0% do total de estabelecimentos agropecuários capixabas) e 489 estabelecimentos com florícolas (0,5% do total do estado). A produção da horticultura capixaba gerou R\$ 407,13 milhões (93,6% do conjunto “horticultura e floricultura”) e a florícola R\$ 28,02 milhões (6,4%), no período de referência do Censo.

Tabela 8 – Horticultura e floricultura
Espírito Santo e Brasil

Horticultura e floricultura	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos agropecuários com horticultura (Unidades)	43.249	1.096.483	3,9
Estabelecimentos com horticultura/ total de estabelecimentos (%)	40,0	21,6	-
Produção da horticultura (Mil Reais)	407.130	8.645.763	4,7
Valor da horticultura / "horticultura e floricultura" (%)	93,6	83,1	-
Estabelecimentos com floricultura/plantas ornamentais (Unidades)	489	16.408	3,0
Estabelecimentos com floricultura/ total de estabelecimentos (%)	0,5	15,2	-
Venda de produtos de floricultura/plantas ornamentais (Mil Reais)	28.025	1.753.860	1,6
Valor da floricultura / "horticultura e floricultura" (%)	6,4	16,9	-
Total estabelecimentos agropecuários	108.014	5.073.324	2,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

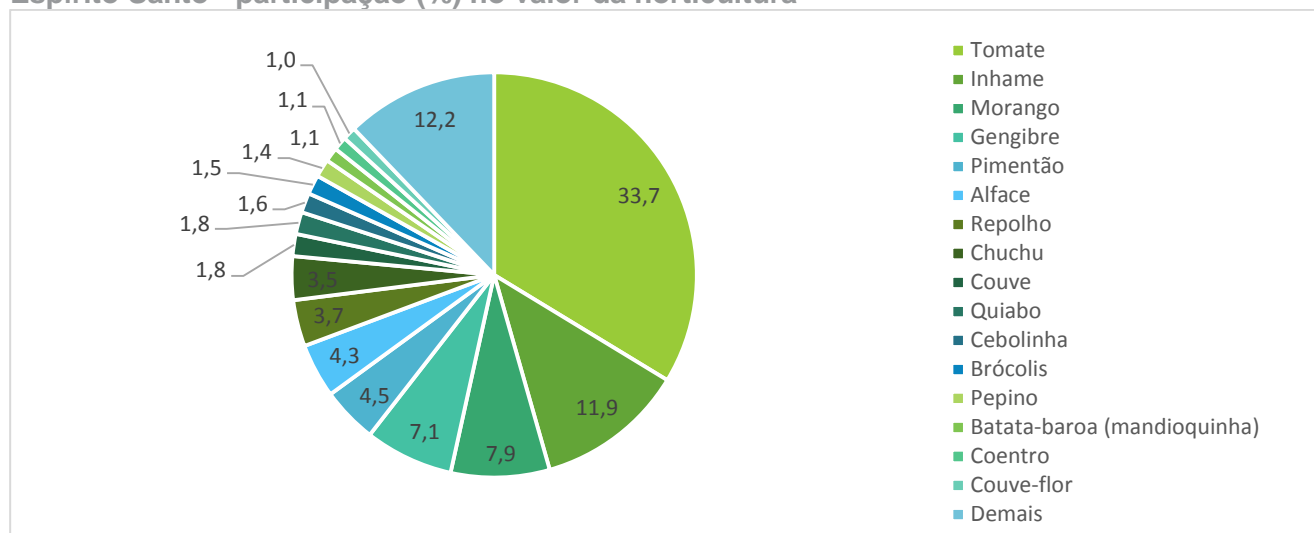
No resultado do Censo de 2017 o tomate foi separado em estaqueado e industrial. O estaqueado está contido nos produtos da horticultura, enquanto o industrial entrou na descrição da lavoura temporária. No Espírito Santo a produção de tomate é do estaqueado, e, portanto, nos dados do Censo ele integra a horticultura, porém, nos dados da PAM, ele integra a lavoura⁷. Conforme o Censo de 2017, o tomate se destacou como principal produto hortícola capixaba, gerando um valor de produção de R\$ 137,15 milhões, ou 33,7% do valor total da horticultura, no período de referência. Somados ao tomate, inhame (R\$ 48,40 milhões), morango (R\$ 32,08 milhões), gengibre (R\$ 28,77 milhões), pimentão (R\$ 18,14 milhões), alface

⁷ Por isso o tomate foi analisado na seção de lavouras.



(R\$ 17,57 milhões), repolho (R\$ 15,11 milhões) e chuchu (R\$ 14,17 milhões) geraram 76,5% do valor da horticultura capixaba, no período.

Gráfico 61 - Principais produtos da horticultura
Espírito Santo - participação (%) no valor da horticultura



Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

8. PRODUÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA

A silvicultura contava com 1,8 mil estabelecimentos ou 1,7% do total de estabelecimentos agropecuários capixaba no Censo agropecuário de 2017, responsável por R\$ 315,35 milhões ou 4,1% do valor agropecuário do estado, no período de referência. A produção vegetal estava presente em 130 estabelecimentos, gerando R\$ 5,19 milhões (0,1% do total).

Tabela 9 – Produção vegetal e silvicultura
Espírito Santo e Brasil

Produção vegetal e silvicultura	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos com produtos da silvicultura (Unidades)	1.836	118.699	1,5
Estabelecimentos silvicultura / estabelecimentos totais (%)	1,7	2,3	-
Valor da produção na silvicultura (Mil Reais)	315.352	17.631.242	1,8
Valor da silvicultura / valor de produção agropecuária (%)	4,1	3,8	
Estabelecimentos com produtos da extração vegetal (Unidades)	130	590.566	0,0
Estabelecimentos extração vegetal / estabelecimentos totais (%)	0,1	11,6	-
Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)	5.195	2.378.614	0,2
Valor da extração veg. / valor de produção agropecuária (%)	0,1	0,5	0,2
Total estabelecimentos agropecuários	108.014	5.073.324	2,1

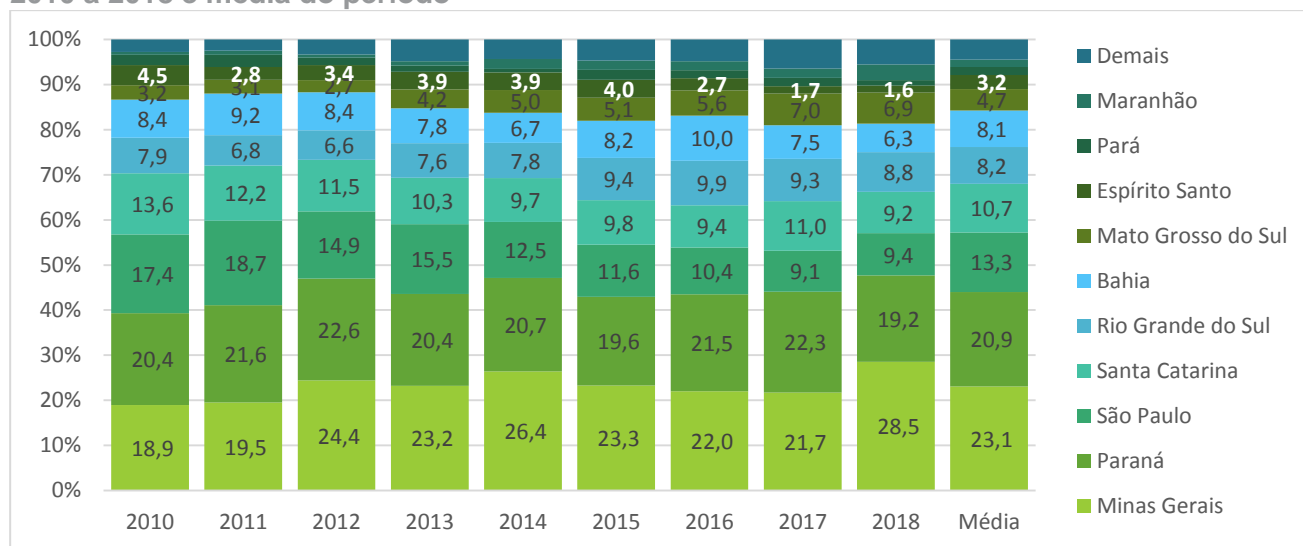
Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



O valor gerado na silvicultura capixaba respondeu por 3,2% da silvicultura brasileira na média de 2010 a 2018.

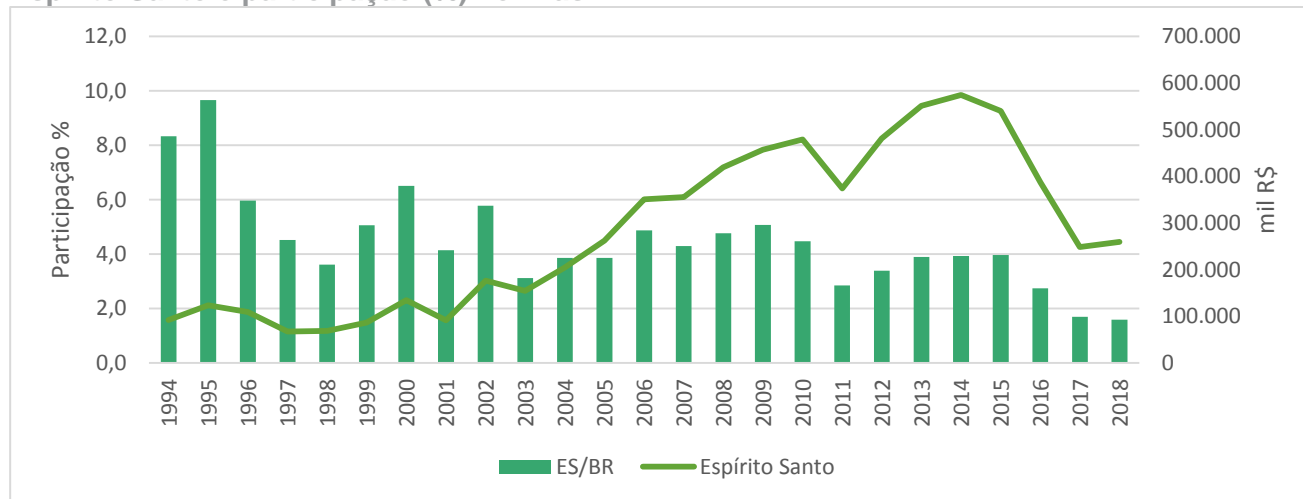
Gráfico 62 - Principais (%) das UF's - silvicultura 2010 a 2018 e média do período



Fonte: Produção da extração vegetal e silvicultura (PEVS) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Percebe-se que o valor da silvicultura capixaba apresentou crescimento a partir do ano 2001, atingindo um ápice em 2014, quando entrou em processo de diminuição.

Gráfico 63 - Silvicultura - 1994 a 2018 Espírito Santo e participação (%) no Brasil



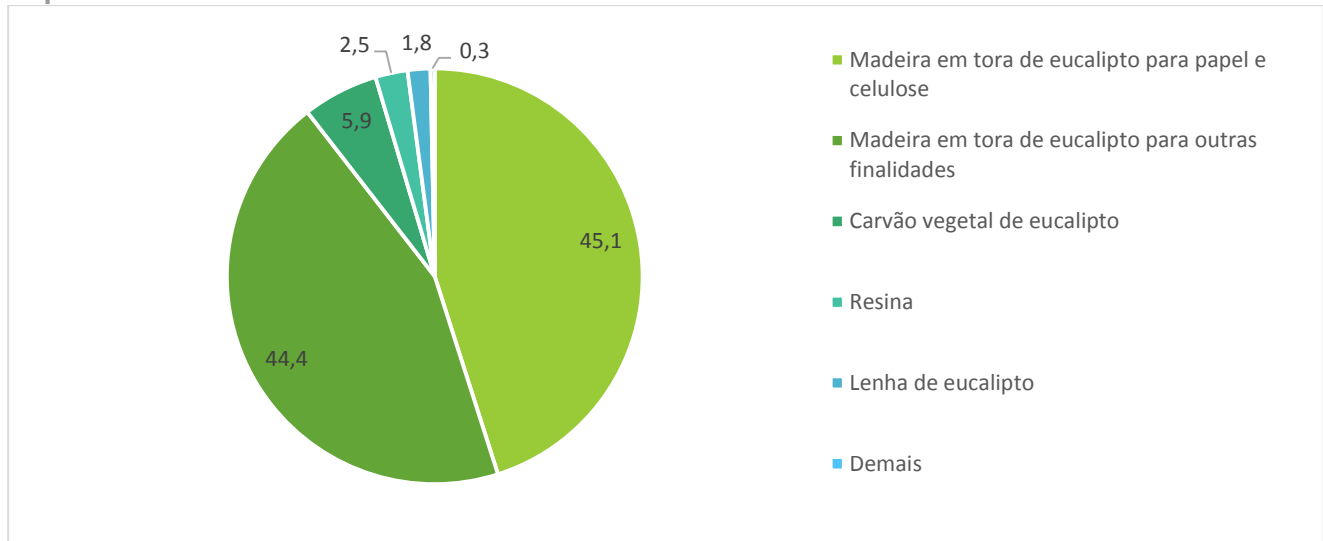
Fonte: Produção da extração vegetal e silvicultura (PEVS) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O principal produto da silvicultura capixaba é a madeira em tora de eucalipto para papel e celulose, representando 45,1% do valor total da silvicultura em 2018, seguido pela madeira



em tora de eucalipto para outras finalidades, com 44,4%. Somados ao carvão vegetal de eucalipto (5,9%), esses produtos respondem mais de 95% da silvicultura capixaba em 2018.

Gráfico 64 - Principais produtos da silvicultura Espírito Santo - 2018

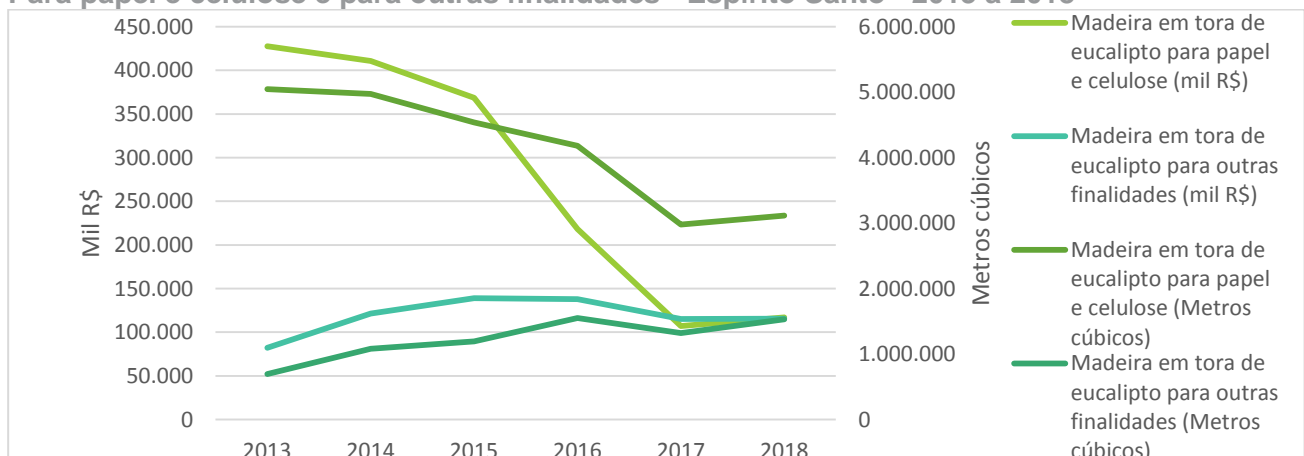


Fonte: Produção da extração vegetal e silvicultura (PEVS) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Eucalipto

Considerando apenas madeira em tora de eucalipto para papel e celulose e para outras finalidades, observa-se uma redução tanto no volume (metros cúbicos) quanto no valor (mil R\$) da madeira de eucalipto para papel e celulose, e uma estabilidade com uma leve tendência de crescimento na madeira de eucalipto para outras finalidades.

Gráfico 65 - Evolução do volume e valor - madeira em tora de eucalipto Para papel e celulose e para outras finalidades - Espírito Santo - 2013 a 2018



Fonte: Produção da extração vegetal e silvicultura (PEVS) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



9. AQUICULTURA

A aquicultura é menos expressiva no Espírito Santo, representando apenas 0,3% do valor gerado na agropecuária capixaba, presente em 4,9% dos estabelecimentos do estado.

Tabela 10 – Aquicultura
Espírito Santo e Brasil

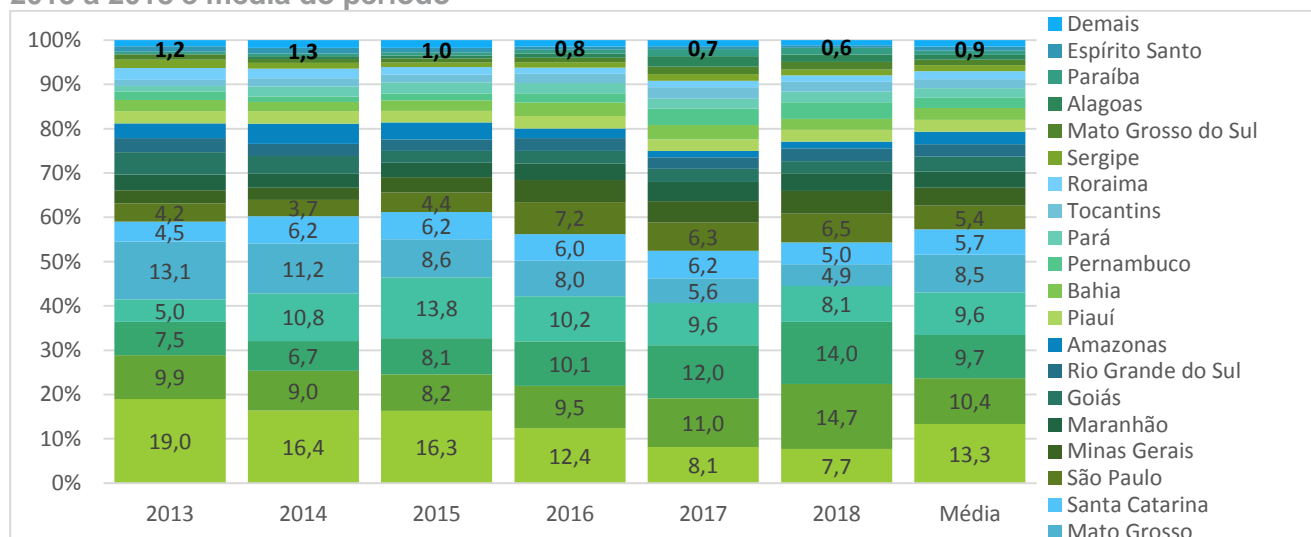
Aquicultura	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos agropecuários com aquicultura (Unidades)	5.241	232.775	2,3
Estabelecimentos com aquicultura/ total de estabelecimentos (%)	4,9	4,6	-
Valor da venda de produtos da aquicultura (Mil Reais)	25.589	3.346.315	0,8
Vendas de prod. aquicultura/ agropecuária (%)	0,3	0,7	-
Total estabelecimentos agropecuários	108.014	5.073.324	2,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O Espírito Santo fica em 23º lugar no ranking nacional da produção da aquicultura, com uma média de 0,9% de participação entre 2013 e 2018.

Gráfico 66 - Participação (%) das UF's - aquicultura
2013 a 2018 e média do período



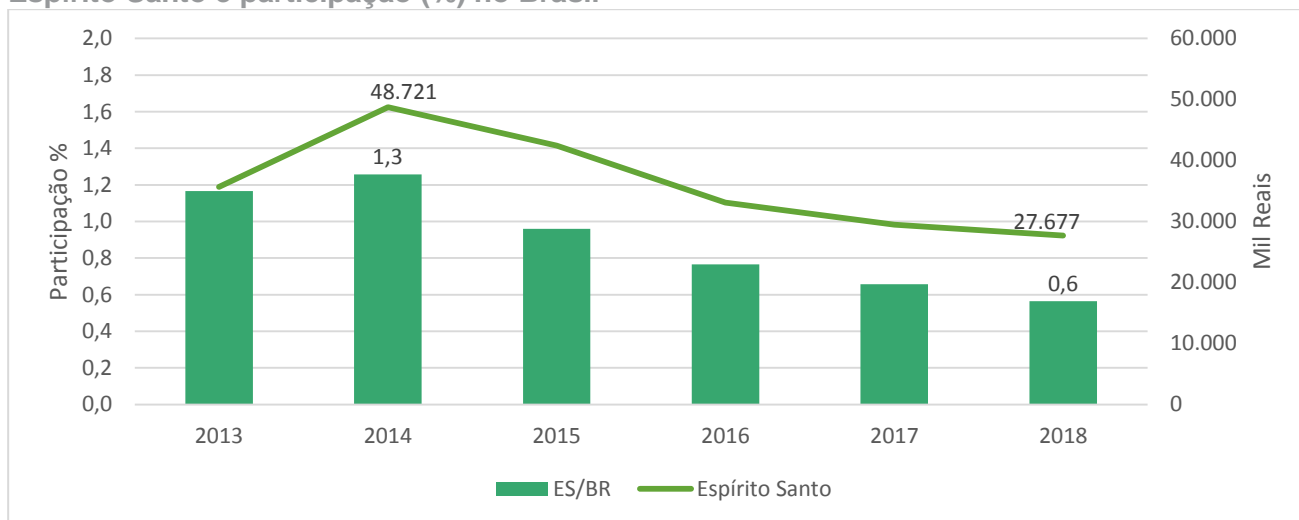
Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PPM) - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O valor de produção da aquicultura, que já chegou a R\$ 48,72 milhões em 2014, participando com 1,3% no país, caiu para R\$ 27,68 milhões em 2018, com 0,6% de participação no total nacional da aquicultura.



Gráfico 67 - Aquicultura - valor da produção - 2013 a 2018
Espírito Santo e participação (%) no Brasil



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PPM) - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

10. AGROINDÚSTRIA RURAL

A agroindústria rural estava presente em 5,7% dos estabelecimentos na data de referência do Censo 2017, gerando R\$ 439,54 milhões em valor de produção.

Tabela 11 – Agroindústria rural
Espírito Santo e Brasil

Agroindústria Rural	Espírito Santo	Brasil	ES/BR (%)
Estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural (Unidades)	6.170	1.527.056	0,4
Estabelecimentos agroindústria rural / est. agropecuários (%)	5,7	30,1	-
Valor da produção da agroindústria rural (Mil Reais)	439.539	14.826.784	3,0
Valor da venda de produtos da agroindústria rural (Mil Reais)	232.944	10.830.806	2,2
Total estabelecimentos agropecuários	108.014	5.073.324	2,1

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

11. PESSOAL OCUPADO

Dos 108,0 mil estabelecimentos agropecuários existentes no Espírito Santo, na data de referência do Censo de 2017, havia 107,9 mil estabelecimentos ocupando pessoas, sendo que em 107,7 mil estabelecimentos havia pessoas ocupadas possuindo laços de parentesco com o produtor e em 30,5 mil estabelecimentos havia pessoas sem laço de parentesco com o



produtor. Existia um total de 357.258 pessoas ocupadas, sendo 228.440 mil (63,9%) possuindo laços de parentesco com o produtor⁸ e 128.818 pessoas sem laços de parentesco (36,1%). Desses, sem laços de parentesco com o produtor, 51.885 pessoas (40,3%) eram permanentes⁹, 55.400 pessoas (43,0%) eram temporárias¹⁰ e 21.533 pessoas (16,7%) eram parceiros¹¹.

Tabela 12 – Pessoal ocupado na agropecuária Espírito Santo e Brasil

Pessoal ocupado*	Espírito Santo	Brasil	ES/BR
Estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado (Unidades)	107.956	5.030.721	2,1
Estabelecimentos com pessoal ocupado / total est. Agrop. (%)	99,9	99,2	-
Estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor (Unidades)	107.721	5.015.728	2,1
Estabelecimentos agropecuários com pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor (Unidades)	30.483	1.102.509	2,8
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Pessoas)	357.258	15.105.125	2,4
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com laço de parentesco com o produtor (Pessoas)	228.440	11.101.533	2,1
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor (Pessoas)	128.818	4.003.592	3,2
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor - Permanentes (Pessoas)	51.885	1.926.195	2,7
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor - Temporários (Pessoas)	55.400	1.891.772	2,9
Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários sem laço de parentesco com o produtor - Parceiros (Pessoas)	21.533	185.625	11,6

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Considerando todo o período de referência abrangido pelo Censo (01/10/2016 a 30/09/2017), o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários foi de 431.481 pessoas,

⁸ Laços de parentesco com o produtor – cônjuge ou companheiro (a) do mesmo sexo ou de sexo diferente, filho(a) do produtor e do cônjuge, filho(a) somente do produtor, filho(a) somente do cônjuge, genro ou nora, pai, mãe, padrasto, madrasta, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmão ou irmã, avô ou avó, outros parentes (tio(a), sobrinho(a), primo(a), cunhado(a), ou menor sob guarda ou tutela), e enteado(a) do produtor. Foram considerados, também, neste contexto, os agregados que, mesmo sem ter laços de parentesco com o núcleo familiar, são considerados por seus membros como integrantes da família. Para detalhes metodológicos do Censo, ver: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3093/agro_2017_resultados_preliminares.pdf

⁹ Trabalhador permanente – pessoa que trabalha de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário, contratada com esta característica. Quando o produtor era uma pessoa jurídica, o administrador do estabelecimento agropecuário foi considerado como trabalhador permanente.

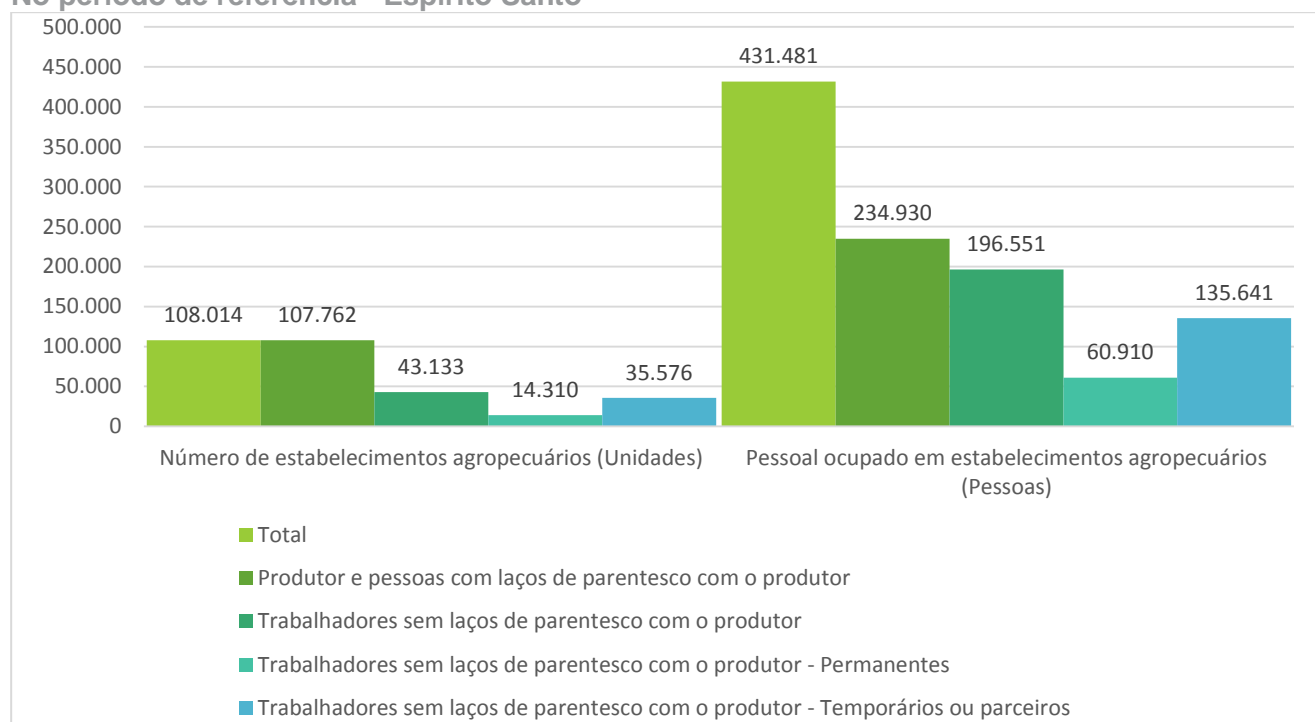
¹⁰ Trabalhador temporário – pessoa contratada, sem a intermediação de terceiros, que trabalhou uma ou mais vezes no estabelecimento agropecuário em tarefas temporárias ou eventuais, como destocamento, preparo da terra, plantio, colheita, limpeza de pasto, reforma de cercas etc. Não foram considerados como empregados temporários, no período de referência, as pessoas selecionadas, reunidas ou conduzidas por terceiros (empregueiros, “gatos” etc.) contratados pelo produtor para executar tarefas no estabelecimento.

¹¹ Trabalhador parceiro – pessoa que trabalhava diretamente subordinada à pessoa que dirigia o estabelecimento, e que executou tarefas mediante recebimento de uma parte da produção: meia, terça, quarta etc.



sendo que 54,4% delas (ou 234.930 pessoas) eram o produtor e/ou pessoas com laços de parentesco com ele e 45,6% (ou 196.551 pessoas) eram trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor. Dessas últimas, 31,0% (ou 60.910 pessoas) eram permanentes e 69,0% (ou 135.641 pessoas) eram temporários ou parceiros.

Gráfico 68 - Estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado
No período de referência - Espírito Santo



Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE

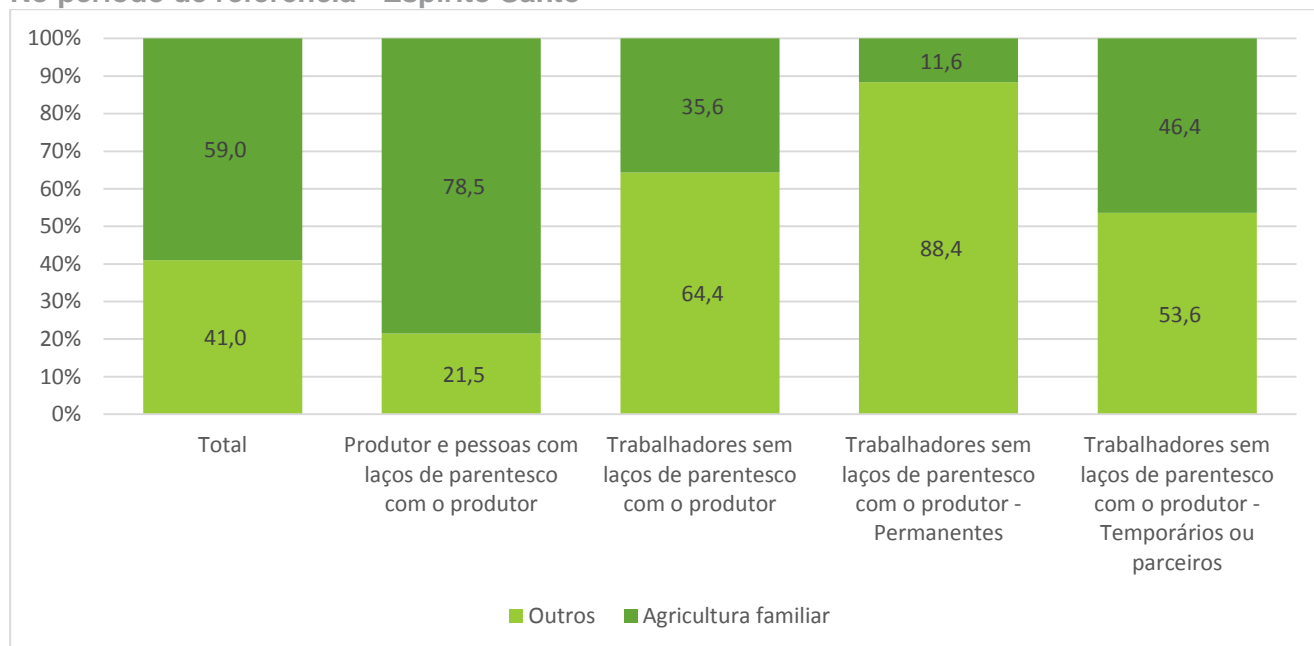
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

* Pessoal ocupado durante o período de referência (01/10/2016 a 30/09/2017).

Das 431.481 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários no período de referência (01/10/2016 a 30/09/2017), 59,0% ou (254.453 pessoas) eram da Agricultura Familiar (AF). Das 234.930 pessoas ocupadas sendo produtor ou pessoas com laços de parentesco, 78,5% ou 184.438 eram AF. Dos 196.551 trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor, apenas 35,6% (ou 70.015 pessoas) eram AF. Subdividindo o universo (196.551) dos trabalhadores sem laços com o produtor entre permanentes e temporários ou parceiros, das 60.910 permanentes apenas 7.091 pessoas (ou 11,6%) eram da AF. E dos 135.641 temporários ou parceiros, 46,4% (ou 62.924 pessoas) eram AF.



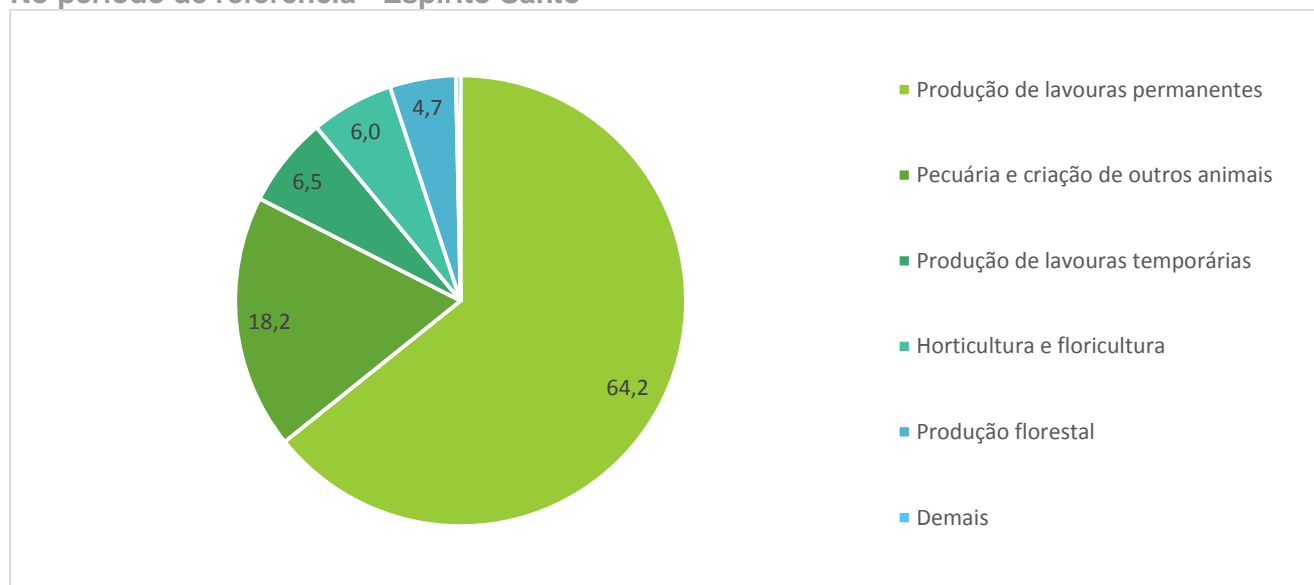
Gráfico 69 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários
No período de referência - Espírito Santo



Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN
* Pessoal ocupado durante o período de referência (01/10/2016 a 30/09/2017).

Das 431.481 pessoas ocupadas no período de referência, 64,2% trabalhavam nas lavouras permanentes, 18,2% na pecuária e criação de outros animais, 6,5% nas lavouras temporárias, 6,0% na horticultura e floricultura e 4,7% na produção florestal. Uma parcela de 0,3% estava trabalhando na produção de sementes e mudas certificadas, e em aquicultura e pesca.

Gráfico 70 - Pessoal ocupado em estabelecimentos (%) - grupos de atividade
No período de referência - Espírito Santo



Fonte: Censo Agropecuário 2017 - IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN
* Pessoal ocupado durante o período de referência (01/10/2016 a 30/09/2017).



BIBLIOGRAFIA

BONELLI, R.; BASTOS, E.K.X.; ABREU, P.C.A. **Indicador do PIB do Agronegócio do Espírito Santo**. Texto para Discussão n.20, IJSN, jan.2011. 46p. (Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/828_ijsn_td20_.pdf)

BUFFON, J. A. **O café e a urbanização no Espírito Santo: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar**. Campinas: IE/UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1992.

Campos, M. J. de O. **Limites e formas de representação das informações estatísticas sobre o agronegócio: abordagem pela classificação nacional de atividades econômicas**. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2008.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html

FRANÇA C. G. *et al.* **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/intranet/uploadfiles/121.pdf>

JOHNSTON, B.F.; MELLOR, J.W. **The role of agriculture in economic development**. American Economic Review, vol. 51, n.4, p. 566-93, 1961.

NEY, V. S. P.; PONCIANO, N. J.; ZAMPIROLI, P. D. **Inovação Tecnológica e Cooperação entre os Atores Econômicos no arranjo produtivo local: o exemplo do mamão no Espírito Santo**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco-AC, 2008.



NONNENBERG, M. J. B.; REZENDE, G. C. de. **Desenvolvimento da agropecuária do Espírito Santo**. In: Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. 1ª ed. Vitória: ES : BIOS, 2010, v.1, p. 139-163.

SOUZA FILHO, H. M. A Modernização Violenta: Principais Transformações na Agropecuária Capixaba. 1990. 201f. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. **Cafecultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

REGO, M. A.; FASSARELLA, R. A. **A estrutura fundiária do Espírito Santo de 1970 a 2006**. In: NOVAS LEITURAS SOBRE A ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO. volume 1/ Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari; Rogério Arthmar, organizadores. – Vitória: PPGeco/CORECON-ES, 2011.